

SANDRA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

*RISCO E RESILIÊNCIA FACE À GUERRA COLONIAL
PORTUGUESA - UMA PERSPECTIVA DOS RETORNADOS.
CONSTRUÇÃO DE UM GUIÃO DE ENTREVISTA.*

INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS DA SAÚDE DO NORTE

CESPU

PAREDES, 2010

SANDRA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

*RISCO E RESILIÊNCIA FACE À GUERRA COLONIAL
PORTUGUESA - UMA PERSPECTIVA DOS RETORNADOS.
CONSTRUÇÃO DE UM GUIÃO DE ENTREVISTA.*

*Dissertação de Candidatura para obtenção
do Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde
submetida ao Instituto Superior Ciências da Saúde - Norte*

Orientador: Doutor Carlos Caldas

Co-orientador: Doutora Manuela Leite

INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS DA SAÚDE DO NORTE

CESPU

PAREDES, 2010

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que no decorrer deste processo contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar agradeço aos orientadores da investigação o Doutor Carlos Caldas e a Doutora Manuela Leite do Instituto Superior Ciências da Saúde – Norte.

Em segundo lugar à colega e amiga Elisabete Santos pela atenção e disponibilidade ao longo do ano.

Ao João e aos meus pais pelo apoio, força e aceitação.

A todas as pessoas que acederam ao meu pedido e contaram um pouco da sua história.

ÍNDICE GERAL

	Pág.s
0- INTRODUÇÃO	1
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1- RESENHA HISTÓRICA	3
1.1. A PARTIDA	3
1.2. O FIM DO SONHO AFRICANO	4
1.3. AS TRAJECTÓRIAS	5
1.4. A INTEGRAÇÃO	6
1.5. OS APOIOS INSTITUCIONAIS	11
1.6. UM PASSADO AFRICANO	12
1.7. AS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS	13
2- VULNERABILIDADE, ESTRATÉGIAS DE <i>COPING</i>	14
3- RESILIÊNCIA	16
PARTE II- INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	
1- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	19
1.1. DESENHO E MÉTODO	19
1.2. PARTICIPANTES	19
1.3. INSTRUMENTOS	20
1.4. PROCEDIMENTOS	20
2- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	22
3- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
3.1. BREVE NOTA METODOLÓGICA	28
3.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
3.2.1. VIVÊNCIA EM PORTUGAL ANTERIOR À MIGRAÇÃO	29

3.2.2. MIGRAÇÃO	30
3.2.3. ADAPTAÇÃO A ÁFRICA	30
3.2.4. VIVÊNCIA EM ÁFRICA	32
3.2.5. NÚCLEO FAMILIAR	34
3.2.6. DESCOLONIZAÇÃO E REGRESSO A PORTUGAL	34
3.2.7. ADAPTAÇÃO A PORTUGAL	39
3.2.7.1. ADAPTAÇÃO SOCIAL	39
3.2.7.2. APOIOS INSTITUCIONAIS E NÃO INSTITUCIONAIS À CHEGADA A PORTUGAL	40
3.2.7.3. ADAPTAÇÃO PROFISSIONAL	43
3.2.7.4. SUPORTE FAMILIAR	45
3.2.8. A VIVÊNCIA EM PORTUGAL APÓS A ADAPTAÇÃO	46
3.2.9. RISCO E RESILIÊNCIA	47
3.3. GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	50
4- CONCLUSÃO	52
5- BIBLIOGRAFIA	54

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Artigo Científico

ANEXO B: Consentimento informado

ANEXO C: Transcrição das Entrevistas

RESUMO

O presente estudo teve como objectivo a construção de um guião de entrevista com vista ao estudo futuro do “*Risco e Resiliência face à guerra colonial na perspectiva dos retornados*”, tendo em conta as trajectórias de vida dos «retornados» e as estratégias de *coping* utilizadas em três momentos chave: a experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem. A recolha de dados foi realizada através de uma entrevista semi-aberta a uma amostra aleatória de sete indivíduos apelidados de “retornados” que residiam à data na área do Grande Porto. Para o tratamento de dados realizou-se uma análise de conteúdo. Através das trajectórias de vida dos “retornados” foi possível verificar a existência de vários momentos vivenciais similares presentes na grande maioria dos entrevistados e que se inserem nos três momentos chave. Assim, a realização deste estudo permitiu a elaboração de um guião de entrevista susceptível de ser utilizado em futuras investigações sob o mesmo tema.

Palavras-chave: *Retornados, Descolonização, Colónias Portuguesas, Risco, Resiliência*

ABSTRACT

This study was aimed at constructing a script from an interview with a view to future study of "Risk and Resilience in the face of the colonial war from the perspective of the returnees, taking into account the life experiences of 'returnees' and coping strategies used three key moments: the living experience in Africa, the return to Portugal and adaptation to the country of origin. Data collection was performed through a semi-open interview to a random sample of seven individuals dubbed the "returnees" who live in the area of Porto. For the treatment of data took place a content analysis. Through the life experiences of "returnees" were unable to verify the existence of several similar experiential moments in the great majority of the respondents and which fall within three key moments. Thus, this study allowed the development of a script of the interview could be used in future investigations on the same topic.

Keywords: *returnees, decolonization, the Portuguese Colonies, Risk, Resilience*

0- INTRODUÇÃO

A descolonização é um processo político ocorrido especialmente após a segunda guerra mundial, que se traduziu na obtenção gradual da independência das colónias europeias situadas em África. Regulada por uma política de “concessão” de autonomia, surge diferenciada segundo a potência colonizadora, a especificidade de cada território e pela forma de luta dos povos coloniais na conquista da sua independência.

O caso português surge duas décadas após as outras potências coloniais europeias. Em meados dos anos setenta, Portugal foi forçado, fruto de várias pressões internacionais, a declarar a independência das suas colónias africanas. A 18 de Julho de 1974, com a formação do II Governo provisório, a Descolonização passa a ser o centro da actividade política interna e externa (Correia, 1991).

Aliado a uma conjuntura marcada por uma crise política, económica e social, chegam ao território nacional cerca de meio milhão de pessoas residentes nas colónias e que ficaram conhecidos como “retornados” do ultramar (Oliveira, 2008). Apesar dos apoios existentes, estes não foram suficientes, nem chegaram a todos os indivíduos, levando a um aumento das dificuldades de integração. Sem recursos económicos, sem habitação, a ajuda de familiares residentes em Portugal tornou-se uma tábua de segurança proporcionando, em alguns casos, algum conforto económico.

A integração dos apelidados «retornados» tornou-se, escassos anos após a sua chegada, num caso surpreendente. À desconfiança inicial, hostilidade com que foram recebidos pelos portugueses residentes, suceder-se-ia a aceitação e convivência mútuas (Dacosta, 1993). Segundo Dacosta (1993), o exemplo que deram de trabalho, iniciativa, interajuda, perseverança, depressa lhes trouxe admiração e respeito. Apesar da integração não ser fácil, comparando com outros fenómenos populacionais decorrentes de uma descolonização de outras potências europeias, o caso português, surpreendeu por ter sido ultrapassado com mais celeridade (Oliveira, 2008).

Não são muitos os estudos científicos que se debruçaram sobre esta problemática. Por esta razão e por a grande maioria estudos existentes, não

realçarem os seus principais intervenientes: os «retornados», foi propósito desta investigação que aqui se apresenta, contribuir para a compreensão deste fenómeno, tendo como objectivo a construção de um guião de entrevista semi-estruturada com vista ao estudo futuro do “*Risco e Resiliência face à guerra colonial na perspectiva dos retornados*”, visando as trajectórias de vida dos «retornados» e as estratégias de *coping* utilizadas em três momentos chave: a experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem.

PARTE I
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1- RESENHA HISTÓRICA

1.1- A PARTIDA

No início do século passado, principalmente durante o Estado Novo, entre as décadas de trinta a sessenta, muitos foram aqueles que procuraram nas colónias africanas a riqueza e a glória que outros proclamavam (Alexandre, 2000). O “mito da fortuna”, sucesso pompeado pelos migrantes regressados das colónias, contribuiu para um aumento da migração colonial. Por outro lado, no início dos anos cinquenta, de forma a garantir a manutenção da soberania portuguesa e do nível de qualidade de vida semelhante ao da metrópole, partiram para as colónias funcionários públicos especializados maioritariamente acompanhados das suas famílias (Oliveira, 2008).

Segundo Oliveira (2008), melhores condições salariais, progressão na carreira e conseqüentemente melhores condições de vida foram o “motor” para a partida de milhares de portugueses para as colónias.

No entanto, eram vários os entraves que muitas vezes impossibilitavam a ida para as colónias. Os preços das viagens eram inacessíveis para a grande maioria da população e a obrigatoriedade de apresentação de uma “carta de chamada” era intransponível (Oliveira, 2008). Esta “carta chamada” consistia num “contrato-promessa” ou “termo de responsabilidade” de familiares residentes nas colónias.

Os migrantes eram assim sujeitos a fortes triagens na metrópole com o intuito de “*adequar as partidas às necessidades políticas, económicas e sociais da administração colonial*” contribuindo para um aumento das “*probabilidades de êxito económico*” (Oliveira, 2008, p.5). Este sucesso assentava não só nas características pessoais mas sobretudo nas condições económicas e sociopolíticas, devendo-se tal à responsabilidade da pessoa que o “mandou ir” de o inserir socioeconomicamente na sociedade. Por outro lado, estes migrantes usufruíram dos laços de solidariedade característicos de pessoas de origem metropolitana, residentes nas sociedades coloniais.

A partir dos anos sessenta, a obrigatoriedade da “carta de chamada” cessou, mas segundo Oliveira (2008, p.3) “*continuou-se a “mandar ir” familiares e conhecidos até o fecho do ciclo do Império*”.

1.2- O FIM DO SONHO AFRICANO

Com o 25 de Abril de 1974, promessas de democracia e liberdade foram proclamadas, indo estas ao encontro dos sentimentos separatistas em relação à metrópole. No entanto, os migrantes coloniais reagiram contra o rumo dos acontecimentos quando o Governo de Angola foi entregue à maioria africana devido às insistentes pressões do MPLA, FNLA e FRELIMO (Pinto e Faria, 1996).

Um sentimento anti-português começa a engrandecer entre a comunidade colonial, especialmente entre os jovens, que os acusam de os ter abandonado à sua sorte. O Governo e os militares começam também a ser alvo de críticas pelas intromissões na vida da colónia e pelo pouco interesse em terminar com a guerra colonial devido aos privilégios que isso lhes proporcionava (Pinto e Faria, 1996). Por outro lado, o migrante colonial descobre o sentimento entre os portugueses que lhe é pouco favorável e que “*resulta da imagem do colono como um milionário ou explorador de negros indefesos, não olhando com muita simpatia o seu irmão que regressa do além-mar*” (Pinto e Faria, 1996,p.5).

Com a descolonização, a Metrópole foi o destino da maioria dos migrantes coloniais. No entanto, a África do Sul e a Rodésia foram o destino de uma minoria que ali se radicou devido às excelentes condições de emprego e o Brasil devido aos laços de sangue e de cultura que uniam os dois países (Pinto e Faria, 1996).

Em Junho de 75 dá-se o grande êxodo angolano, após os incidentes com o MPLA e o FNLA. Apesar dos apelos da Comissão Nacional de Defesa para que permanecessem em Angola, a comunidade portuguesa exigiu ao Governo a sua evacuação imediata para Portugal ou para outro país onde pudessem refazer a sua vida (Pinto e Faria, 1996). Uma vez que as companhias aéreas se revelaram insuficientes para tamanho êxodo, os

migrantes coloniais foram obrigados a tentar outras vias. Foi então que o Governo Português, com o auxílio da França, União Soviética, EUA, República Democrática da Alemanha, República Federal da Alemanha e Inglaterra, estabeleceu uma ponte aérea entre os dois territórios (Pinto e Faria, 1996). Entre a Primavera e o Outono de 1975, a ponte aérea havia transportado cerca de 120 000 portugueses, suas famílias e de um modo geral, de todos aqueles que com Portugal se identificavam (Antunes, 1993; Oliveira, 2008).

No caso Moçambicano, a FRELIMO desencorajava o êxodo dos portugueses, “*convidando-os a adaptarem-se às transformações políticas e sociais*” (Pinto e Faria, 1996,p.6), salientando que o seu combate havia sido contra o colonialismo português e não contra a raça branca (Pinto e Faria, 1996). No entanto, em 1975 registou-se um aumento do êxodo com a chegada a Lisboa dos primeiros portugueses expulsos de Moçambique pelo governo da FRELIMO (*Ibidem*).

Contudo, segundo Oliveira (2008), perante os acontecimentos vertiginosos, a maioria dos antigos residentes nas colónias deixaram-se sucumbir ao conflito dissolvendo-se em soluções individuais, de tal forma que só se terão apercebido da gravidade da situação já perto das datas marcadas para as independências. Este autor ressalva também que a maioria dos portugueses procuraram, antes de tudo, pôr a salvo a família para então tentarem precaver uma parcela dos bens materiais. Em alguns casos, conseguiram trazer algum património correndo algum risco de vida.

1.3- AS TRAJECTÓRIAS

Segundo os dados do censo de 1981, do Instituto Nacional de Estatística, retornaram a Portugal 505 079 pessoas, sendo 309 058 provenientes de Angola e 164 065 de Moçambique. Ressalva-se que quase dois terços dos retornados oriundos de Angola eram, maioritariamente, das áreas urbano-industriais de Lisboa e Porto (cerca de 23%) e das regiões do Norte e Centro interior do país (34%) (Antunes, 1993).

No que diz respeito à distribuição regional da população “retornada”, segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 1981, os dados revelavam ser bastante desigual. Lisboa, Porto, Setúbal, Viseu e Coimbra foram os distritos onde a percentagem de “retornados” na população residente era mais elevada. No pólo oposto, surge a Madeira, os Açores, Viana do Castelo, Portalegre, Évora e Beja (Oliveira, 2008).

É de salientar que em 1981, no distrito do Porto, o número de “retornados” situava-se à volta de 56 264, ocupando o segundo lugar, considerando a percentagem de “retornados” na população residente (3,6%) (Oliveira, 2008).

Assim, daqueles 505.079 “retornados”, 65,5% tinham menos de 40 anos e 29,8% tinham entre 40 e 64 anos. Além disso, no total dos “retornados”, 52,74% eram homens e 47,26% mulheres. Estes dados revelam que grande percentagem dos “retornados” eram “*braços válidos para o trabalho*” (Pires, 2008, p.2).

Estes dados reflectem os grandes contrastes culturais. O facto de a migração para as colónias não envolver apenas as zonas periféricas do país, mas também os grandes centros urbanos, é explicado pelo facto de as colónias atraírem indivíduos com qualificações superiores. Por outro lado, no regresso, a fixação nos grandes centros urbanos levava a maiores oportunidades profissionais. No entanto, segundo Oliveira (2008), os “retornados” que fixaram residência nos grandes centros urbanos foram alvo de sentimentos hostis mais drásticos do que aqueles que se mantiveram resguardados nos distritos periféricos. Todavia, verifica-se também a hipótese da existência de certos traços culturais dominantes entre a população oriunda das ex-colónias, fruto de percursos migratórios dominantes (origem em Portugal e destino Angola ou Moçambique) (Pinto e Faria, 1996).

1.4- A INTEGRAÇÃO

Segundo Pires (2008, p.1), uma das ideias que ainda subsiste é a de que os “retornados” constituíam “*uma legião de indivíduos que vieram agravar*

de várias formas o já de si deplorável estado da sociedade portuguesa à data da Descolonização". De facto, esta sociedade sofria as inevitáveis consequências causadas pela emigração maciça dos seus braços mais válidos em busca de melhores condições de vida.

As sucessivas viagens que os aviões realizavam, despejando diariamente no Aeroporto de Lisboa, nos dois ou três meses que se seguiram ao êxodo maciço dos Portugueses de Angola e Moçambique, bem como as imagens fotográficas e televisivas, davam uma aparência da realidade deploráveis levando a juízos errados (Pires, 2008). De facto, muitos regressaram em deploráveis condições, nove em cada dez regressaram apenas com as roupas que tinham vestidas no momento do embarque devido à impossibilidade de voltarem aos lares onde tinham sido expulsos (Pires, 2008).

Segundo alguns estudos, a integração é muitas vezes apresentada como tendo sido relativamente fácil e rápida. Segundo Pinto e Faria (1996,p.8) *“uma das razões que terá facilitado a integração desta população terá sido a persistência durante a sua estadia em África de inúmeros vínculos para com a Metrópole, nomeadamente, vínculos de carácter familiar”*. Terá sido devido a este factor que os “retornados” instalaram-se maioritariamente nas regiões de Portugal onde viviam as suas famílias (Pinto e Faria,1996). Tal facto é também comprovado por Oliveira (1998), em que no estudo realizado a resposta dos entrevistados sobre a sua fixação em Portugal foi peremptória e está associada à sua naturalidade ou à naturalidade da família mais próxima. Esta estratégia de fixação prende-se com a procura de apoios de carácter relacional, cultural e afectivo, nos momentos que se seguiram ao retorno (Pinto e Faria,1996).

Contudo, Pinto e Faria (1996) colocam também a hipótese de que a distribuição dos “retornados” pelo território nacional seja condicionada pela possibilidade de uma rápida inserção no mercado de trabalho em sectores e condições semelhantes aos da sua anterior vida profissional. Assim, as condicionantes económico-profissionais terão tido maior importância nos processos de integração quando os vínculos para com a Metrópole ou familiares eram mais fracos.

Segundo Pires (s/d, cit. in Pinto e Faria, 1996) ocorriam na sociedade portuguesa inúmeras transformações e reajustamentos de carácter económico e cultural que favoreceram a integração profissional dos retornados e que proporcionaram um clima de relativa abertura face a novos valores e produtos culturais. Este autor salienta também que apesar de haver entre os “retornados” cumplicidade e solidariedades de vários tipos, elas apresentam um carácter relativamente pontual, não se constituindo como uma verdadeira comunidade autónoma. Contudo, tal não significa a inexistência de casos em que a fragilidade das solidariedades familiares e locais foi parcialmente compensada pelo desenvolvimento de relações mais intensas entre os “retornados”, criando condições propícias à emergência de referentes de identidade colectiva. Porém, as relações de solidariedade que se estabeleceram nos locais de estudo, de trabalho e residência com a população metropolitana parecem ganhar maior peso (Pinto e Faria, 1996).

A estrutura demográfica da população “retornada” adquire maior importância quando comparada com a população portuguesa da década de 70, que se apresentava envelhecida e com uma baixa percentagem de homens e jovens activos, fruto da forte emigração (Pinto e Faria, 1996). No que diz respeito à população “retornada”, apresentava um forte peso relativo de jovens em idade activa e de mulheres em idade fecunda, ao mesmo tempo que registava uma baixa percentagem de idosos. Segundo Pinto e Faria (1996,p.9), este *“forte peso das camadas jovens parece dever-se fundamentalmente ao facto do grande fluxo emigratório para as ex-colónias se ter verificado nos anos 50”*. Deste modo, a inserção dos retornados na sociedade portuguesa veio inverter as tendências regressivas, sendo responsável por cerca de metade do acréscimo populacional verificado entre 1970 e 1981.

No que diz respeito à formação escolar, o Censo de 1981 revela que a população retornada era em regra, profissional e intelectualmente, mais bem preparada do que a metrópole, sendo que 48,4% tinha instrução primária (na metrópole havia mais de 20% de analfabetos), dos restantes 51,6%, 6,5% eram não alfabetizados, constituídos quase exclusivamente por crianças com menos de 10 anos de idade, 8,5% possuíam curso superior e mais de 30% possuíam

cursos médios, secundários e profissionais (Pires, 2009).

Segundo Pinto e Faria (1996, p.10) este facto poderá dever-se ao “*acelerado crescimento económico e à necessidade que o Estado Português sentiu, com o início da Guerra Colonial, de expandir o aparelho administrativo nas colónias e proceder à criação de novos serviços públicos como forma de legitimar interna e internacionalmente a sua presença nos territórios ultramarinos*”. Como consequência houve um aumento da procura de mão-de-obra qualificada, especialmente de técnicos médios e superiores (*Ibidem*).

Assim, com a entrada dos retornados, a sociedade portuguesa foi subitamente enriquecida com mais de 5.000 engenheiros, arquitectos e técnicos superiores; cerca de 1.800 biólogos, agrónomos, investigadores; 13.000 professores; 16.000 quadros de serviços administrativos. Na área da construção civil, Portugal foi enriquecido com mais de 13.000 profissionais; na área da produção cerca de 20.000; nas indústrias transformadoras mais de 12.000; no sector dos transportes 13.000 condutores de veículos pesados e de transportes públicos; no sector agro-pecuário mais de 16.000 e cerca de 10.000 trabalhadores dos ramos de hotelaria, restaurantes e outros, ou seja, as profissões qualificadas são aquelas onde a presença de “retornados mais se faz sentir. Porém, mais que as especializações profissionais, os “retornados” trouxeram a contribuição valiosa da disciplina, da produtividade, da assiduidade, que rapidamente os distinguiram (Pires, 2009).

Quanto à inserção profissional, faz sentido a divisão entre “funcionários públicos” e “não funcionários públicos”. A grande maioria dos “funcionários públicos” foi progressivamente integrada no aparelho burocrático do estado, através do Quadro Geral dos Adidos. No lado oposto quanto à celeridade de inserção estão os “não funcionários públicos”, principalmente os que durante o processo de Descolonização não conseguiram pôr os seus bens a salvo. Segundo Oliveira (2008), a verdadeira formação pelo *saber-fazer* terá facilitado a integração num mercado de trabalho em processo de modernização. Este autor refere também que muitos dos “retornados” mobilizaram todas as vantagens comparativas que obtiveram através das suas vivências em África, “*num processo que surge vinculado aos seus discursos como “deitar mão a*

tudo” (Oliveira, 2008, p.10). No entanto, às habilitações académico-profissionais, às competências pessoais e profissionais adquiridas pela experiência de vida em África, ao deficit de população activa em determinadas camadas etárias, deverá juntar-se a *“crescente necessidade de funcionários públicos desencadeada pela democracia e o conseqüente desenvolvimento do sector de serviços, que o novo regime político proporcionou, embalado pela mudança social vertiginosa”* (Oliveira, 2008, p.10).

A questão da Mudança social torna-se aqui pertinente. Por esta altura, verifica-se em Portugal uma divisão da sociedade: Sociedade Moderna e Sociedade Tradicional. Naturalmente, a Sociedade Tradicional situava-se nas zonas periféricas, nos distritos rurais, em oposição aos quatro distritos (Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal), onde seria mais fácil identificar as características da Sociedade Moderna (Nunes, 2000, cit. in Oliveira, 2008). Sendo assim, os “retornados” eram o esboço do desapego à Sociedade Tradicional para a qual já tinham manifestado a sua insatisfação perante as condições e perspectivas profissionais e sociais que esta tinha para lhes dar. Obviamente, não estariam dispostos a regressar às ocupações já exercidas e outrora abandonadas. Por isso não é de estranhar que muitos “retornados” investiram em actividades económicas por conta própria, não só ao nível dos centros urbanos como também nas mais pequenas povoações rurais (Oliveira, 2008). Não raras vezes, os “retornados” não dispunham de um capital mínimo para iniciar a actividade, valendo-lhes então o auxílio económico de familiares e empréstimos da banca (Leandro, 1984, cit. in Oliveira, 2008).

No estudo realizado por Nelson Oliveira (2008) que teve como pano de fundo o distrito da Guarda, ressaltou-se que os “retornados” inseridos numa sociedade mais moderna e aberta como África, em que não lhes era vedada a mobilidade social, regressaram com uma mentalidade empreendedora e arrojada, não diferenciada daqueles que emigraram para outros países, mas foram estes os únicos a regressar em idade activa. Na fase imediata ao retorno, embora assumissem actividades profissionais que não exigiam qualquer tipo de qualificação profissional ou especialização, depressa evoluíram para situações mais estáveis e valorizadas socialmente.

Tudo isto foi possível porque estas pessoas moldaram-se, suficientemente, à sociedade portuguesa.

1.5- OS APOIOS INSTITUCIONAIS

Com o regresso de milhares de portugueses vindos das ex-colónias, o Governo começa a sofrer várias pressões por parte dos intelectuais, dos próprios retornados e de alguns partidos políticos que se mostravam solidários. Deste modo, procederam-se à criação de algumas Instituições, que aliadas à Cruz vermelha Portuguesa e ao Ministério da Coordenação Interterritorial, levariam a cabo a tarefa de acolhimento e reintegração dos “retornados” do ultramar. Entre as várias instituições criadas na altura, destacamos o “*Quadro Geral de Adidos*”, o “*Instituto de Apoio ao Retorno Nacional*”, mais conhecido como IARN, a “*Secretaria de Estado dos Retornados*”, a “*Comissão para o Alojamento de Refugiados*” (CAR) e o “*Comissariado para os Desalojados*”. O Quadro Geral de Adidos tinha como objectivo defender os interesses dos “funcionários públicos” em território ultramarino, enquanto o IARN tinha como funções fretar aviões para o transporte gratuito de retornados, familiares e bagagens; recepção e acolhimento; viagens gratuitas para as localidades de residência; alojamento nos campos, hotéis e pensões para os que tivessem que permanecer algum tempo em Lisboa; concessão de subsídios de viagem, residência, instalação, alimentação e vestuário; apoio médico e hospitalar; e auxílio aos que pretendessem emigrar para outros países. Contudo, as funções do IARN foram mais tarde alargadas a subsídios de desemprego, de casamento, nascimento, aleitação, doença, maternidade, morte, terminalismo, pensões de sobrevivência, velhice e invalidez. Passaram a ser concedidos subsídios e empréstimos de habitação, mobiliário, reintegração profissional, acção social escolar e transporte (Pinto e Faria, 2006). Por outro lado, o Comissariado para os Desalojados desenvolvia uma política, não de assistência, mas acima de tudo de integração dos “retornados” na sociedade através de uma planificação a médio prazo, susceptível de corrigir distorções

injustas na distribuição dos meios disponíveis e reduzir a ocorrência de subsídios puros sem carácter reprodutivo. A Comissão para o Alojamento de Refugiados tinha como missão devolver as unidades hoteleiras à sua função específica, com a expectativa de que o ano de 1976 se revelasse um melhor ano turístico (*Ibidem*).

Perante o fenómeno de Descolonização, competia aos órgãos de poder instituídos a função de proporcionar os meios necessários à integração social e económica de meio milhão de “retornados” das ex-colónias, para assim minimizar os atritos sociais que daí pudessem advir. Neste sentido, seria necessária a criação de postos de trabalho, o que tendo em conta as condições político-administrativas da altura, não poderia ser conseguido através do funcionamento normal do mercado de trabalho (Pinto e Faria, 1996). O Governo procurou aproveitar as capacidades de trabalho e de iniciativa da população “retornada” estabelecendo “*as condições necessárias à criação de pequenas e médias empresas, o que contribuía [...] para o desenvolvimento do tecido produtivo empresarial*” (Pinto e Faria, 1996, p.13). Desta forma, foi criada a “Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados” (CIFRE) que financiava, com cerca de 200 contos, a criação de cada posto de trabalho nas seguintes áreas: agricultura, pecuária, apicultura e piscicultura, actividades agro-industriais, indústrias alimentares, aproveitamento de recursos florestais, indústrias metalo-mecânicas, aproveitamento de desperdícios e actividades turísticas (Pinto e Faria, 1996). Paralelamente a este programa, o Governo implementou um conjunto de medidas de forma a minimizar o problema da habitação dos desalojados lançando o programa para a construção ou aquisição de casa própria num regime bonificado com condições favoráveis, tendo dele beneficiado cerca de 906 empréstimos (Pinto e Faria, 1996).

1.6- UM PASSADO AFRICANO

Para muitos “retornados”, o regresso incluiu uma nova redistribuição dos estatutos e dos papéis sociais. Muitos “*vieram directamente do topo das hierarquias sociais das sociedades coloniais para as bases da sociedade*”

metropolitana” (Oliveira, 2008, p.13), passando de pessoas com largos recursos económicos e com determinados privilégios para pessoas que dependeram de ajudas. No entanto, para a maioria, este processo constituiu-se um “*recomeço da vida económica e social*” (Oliveira, 2008,p.13). Este regresso implicou também mudanças na vida e educação dos filhos, uma vez que se viram privados do nível de vida e das oportunidades que poderiam usufruir caso não tivessem regressado (*Ibidem*). Para Oliveira (2008,p.13) o processo de inserção profissional e social não foi simples, no entanto, passados mais de trinta anos, “*estas pessoas consideram-se plenamente integradas*”. Segundo este autor, a inserção dos “retornados” só foi possível devido a esta população não adoptar e alimentar um saudosismo mórbido, levando a um renovar ou passando a compor as suas redes de relacionamento nos locais onde se fixaram. Apesar dos incidentes pontuais com a população residente, segundo Oliveira (2008,p.14), foram ultrapassados “*com o brio de quem tem a consciência que as suas atitudes profissionais e sociais contribuíram para desmistificar os rótulos depreciativos*”.

1.7- AS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-CULTURAIS

A inclusão na sociedade portuguesa de um vasto número de indivíduos com trajectórias muito distintas das da grande maioria dos portugueses levou à introdução na sociedade de novos saberes, estilos de vida e valores. As sociedades coloniais detinham particularidades que facilitaram a atenuação de alguns constrangimentos morais de origem tradicional e possuíam a vivência do contacto directo com civilizações diferentes da europeia e da ocidental (Pinto e Faria, 1996). Para a sociedade portuguesa estas particularidades contribuíram para uma reorganização das hierarquias sociais, para uma maior liberalização dos costumes que conseqüentemente levou a novos valores e comportamentos (*Ibidem*).

O impacto do retorno no plano cultural foi notório. Surgem novas atitudes em relação ao casamento, à família e à religião. O casamento na população

“retornada” surge mais tardio (devido à formação escolar prolongada), com um carácter menos durável, mas no entanto, é nesta população onde se verifica maior incidência. Quanto à família, a sua estrutura e dimensão sofreram inúmeras influências ditadas pela guerra, pelo crescimento económico, pelos percursos de mobilidade e pelos processos de desenraizamento e adaptação (Pinto e Faria, 1996). O regresso de milhares de indivíduos com trajectórias de vida diferenciadas também possibilitou o desenvolvimento de alguns grupos religiosos em Portugal, sendo a grande maioria originários de Moçambique (*Ibidem*).

2 - VULNERABILIDADE E ESTRATÉGIAS DE COPING

A população “retornada”, aquando da descolonização, esteve sujeita a várias pressões (sociais e políticas). Para além disso, muitos foram aqueles que correram risco de vida, que perderam a vida (de forma tremenda), que viram os seus bens destruídos e as suas famílias dispersas e destroçadas. Perante estes acontecimentos (na sua grande maioria traumáticos), muitos “retornados” conseguiram *“adaptar-se e construir-se bem do ponto de vista psíquico, apesar das circunstâncias adversas, dos acontecimentos stressantes ou dos traumatismos com que se defrontaram”* (Anaut, 2005, p.12).

Neste sentido, podemos referenciar o termo *vulnerabilidade* que designa os *“indivíduos ou grupo de indivíduos considerados como vulneráveis devido a predisposições (genéticas, biológicas ou psicossociais) para a doença, um dano ou uma estratégia negativa”* (Anaut, 2005, p.18). Neste caso em particular, os “retornados” foram repentinamente sujeitos a factores externos ameaçadores, como as pressões políticas e sociais, os massacres, as perseguições, os assaltos, etc., ou seja, uma *vulnerabilidade ligada ao ambiente* (Anaut, 2005). Segundo Garmezy (1991, cit. in Anaut, 2005) o risco de vulnerabilização aumenta exponencialmente com a acumulação dos factores de risco (factores centrados na pessoa, factores ligados à configuração familiar e factores socioambientais).

No entanto, apesar de “os retornados” serem submetidos a factores de risco equivalentes, desenvolveram-se diferentemente (uns superaram, outros conformaram-se e alguns revoltaram-se) (Oliveira, 2008). Segundo Anaut (2005) a resposta a este facto deve-se não ao número ou à importância objectiva dos acontecimentos negativos mas sim aos aspectos subjectivos ou *stress percebido*, sendo que o *stress* “*resulta de um desequilíbrio entre as exigências da situação de agressão e os recursos do indivíduo para a enfrentar*” (Fortin e Brigas, 2000, cit. in Anaut, 2005).

Muitas investigações têm sido realizadas no âmbito das diferenças de reacção ao *stress*. Aqui encontramos o termo *coping* que, segundo Lazarus e Folkman (1984, cit. in Anaut, 2005,p.80), consiste no “*conjunto de esforços cognitivos e comportamentais destinados a controlar, a reduzir ou tolerar as exigências internas ou externas que ameaçam ou ultrapassam os recursos do indivíduo*”. Desta forma, Ionescu, Jacquet e Lhote (1997, cit.in Anaut, 2005), identificaram vários tipos de estratégias de *coping*: o *coping centrado na emoção* que consiste na regulação da perturbação emocional; o *coping centrado no problema* que visa a gestão do problema que se encontra na origem da perturbação do sujeito; o *coping evitante* que através de estratégias passivas (fuga, evitamento, recusa, etc) poderá reduzir a tensão emocional; e o *coping vigilante* que através de estratégias activas (procura de informação, de apoio social, etc) poderá enfrentar a situação para a resolver. Segundo Anaut (2005, p.82) as diferentes abordagens de *coping* demonstram que este conceito pode dizer respeito a “*estratégias e comportamentos variados que remetem tanto para estratégias comportamentais externas e conscientes, como para processos psíquicos e características mais inconscientes e internalizados*”. No entanto, o *modo de coping* de um indivíduo poderá ser considerado como um traço de personalidade estável ou como uma resposta a situações stressantes específicas e conseqüentemente poderão variar em função do contexto e da natureza do *stress*.

3 – RESILIÊNCIA

Numa primeira abordagem, a *resiliência* consiste num “*desenvolvimento normal perante circunstâncias difíceis*” (Fonagy, 1994, cit. in Anaut, 2005, p.43), ou seja, na capacidade de se adaptar às situações adversas (condições biológicas, sociais e psicológicas) desenvolvendo capacidades ligadas aos recursos internos e externos e que permitem aliar uma construção psíquica adequada e a inserção social (Anaut, 2005).

Numa abordagem polissémica, Anaut (2005) refere que o sujeito possui uma potencialidade diferente para resistir às pressões que varia de intensidade devido a uma determinada circunstância. Ora, o mesmo sujeito pode ser vulnerável ou resiliente consoante as circunstâncias. Desta forma, a vulnerabilidade de um sujeito poderia transformar-se em resiliência devido a um acontecimento altamente significativo para este, ou quando apoiado por uma circunstância amparadora. Torna-se então necessário abordar os *factores de protecção*¹ que segundo Rutter (1990, cit. in Anaut, 2005, p.51), “*modificam a reacção à situação que apresenta o risco, ao reduzir o efeito do risco e as reacções negativas em cadeia*”. Desta forma, estes factores têm a ver com componentes variados como as características, a capacidade e comportamentos das pessoas e a origem (individual, familiar e extrafamiliar) que contribuem para a protecção do sujeito, na medida em que atenuam o impacto das experiências desfavoráveis (Anaut, 2005).

Alguns autores referem-se a *resiliência a curto-prazo* (resposta ao traumatismo) e *resiliência a longo-prazo* (marca do funcionamento resiliente) (Anaut, 2005). No entanto, para Cyrulnik (1999;2001, cit. in Anaut, 2005, p.61) o *primeiro momento da resiliência* é o do “*confronto com o traumatismo e caracteriza-se essencialmente pela resistência à desorganização*”, enquanto que o *segundo momento de resiliência* baseia-se em “*integrar o choque traumático e ultrapassá-lo através de um processo de reconstrução e de reparação a cargo da personalidade do sujeito*”.

¹ Factores de protecção: *factores individuais* (temperamento, reflexão e capacidades cognitivas), *factores familiares* (coesão e atenção) e *factores de suporte* (organismos, entidades, técnicos que prestam auxílio) (Garmezy, 1991, cit. in Anaut, 2005).

Rutter (1985;1996, cit. in Anaut, 2005) considera que as pessoas resilientes, perante as situações de impotência e de ausência de ajuda que normalmente acompanham as situações de *stress* e de adversidade, colocam em acção outras formas de comportamento que apelam a modos de funcionamento específicos que se baseiam em mecanismos de elaboração do pensamento. A pessoa resiliente concilia três características: “a consciência da sua auto-estima (ou autovalorização) e do sentimento de Si”, “a consciência da sua eficácia” e “um relatório de formas de resolução de problemas sociais” (Rutter, 1985;1996, cit. in Anaut, 2005, p.65). Neste sentido, a auto-estima consiste numa disposição mental que prepara o indivíduo para reagir segundo as suas expectativas de êxito, a sua aceitação e a sua determinação pessoal, enquanto a auto-eficácia permite ao indivíduo resiliente ver sobretudo os aspectos positivos das provações e a ter confiança nas suas capacidades para resolver a maior parte dos problemas (Anaut, 2005). A resolução de problemas sociais compreende a experiência e a capacidade do indivíduo resiliente para apoiar-se em experiências pessoais, familiares ou extrafamiliares suficientemente positivas (*Ibidem*)

Segundo Anaut (2005), a resiliência pode surgir como um traço de personalidade ou de carácter, como um processo evolutivo, ou ser abordada como o resultado deste processo ou como resultado de um percurso de vida. Assim, a resiliência pode ser considerada ao mesmo tempo como o próprio processo de ajustamento psíquico ou como o resultado desse processo em termos de adaptabilidade e de interacção com o meio social e psicoafectivo.

Numa abordagem multidimensional, o modelo de funcionamento da resiliência está ligado à concepção de que o traumatismo funciona como «agente» da resiliência, ou seja, é possível verificar a resiliência quando um indivíduo se depara com um perigo psíquico ou físico (Anaut,2005). Tendo por base a Psicanálise, o traumatismo é definido como um “acontecimento que pela sua violência e repentismo, implica um afluxo de excitações tal que põe em cheque os mecanismos de defesa habitualmente eficazes, o traumatismo produz a maior parte das vezes um estado de sideração e provoca, num prazo

mais ou menos longo, uma desorganização na vida psíquica” (Mijolla, 2002, Anaut, 2005, p.97). Assim, o *trauma* corresponde à violência externa e o *traumatismo* aos efeitos psíquicos do trauma sobre o sujeito (Anaut, 2005).

Embora seja um domínio pouco desenvolvido, muitas investigações interessam-se pela *resiliência colectiva ou comunitária*. Estes grupos comunitários são vistos como sistemas que podem apresentar certas características de tipo psicológico, uma vez que se tratam de grupos de indivíduos que fruem de laços em comum e interagem uns com os outros (Anaut, 2005). Neste tipo de resiliência verifica-se o apoio mútuo, a expectativa de que os membros irão conseguir ultrapassar a crise, um nível elevado de participação comunitária, de optimismo e de *empowerment* (capacidade de controlo e sensação de poder sobre o meio ambiente) (Anaut, 2005).

A avaliação da resiliência incide cada vez mais sobre os «domínios da resiliência». Estes domínios dividem-se em: resiliência social (avaliação de competências sociais adequadas), resiliência escolar (competências adaptativas no domínio cognitivo e escolar) e a resiliência emocional (bem-estar psicológico ou ausência de perturbações psicológicas). Neste sentido, um sujeito poderá ser resiliente num domínio de competências e eventualmente não ser resiliente noutros domínios (Anaut, 2005). Luthar (1993, cit. in Anaut, 2005) refere que a boa adaptação comporta consequências, muitas vezes emocionais, para além das aparências. Lecomte (2002, cit. in Anaut, 2005, p.125) defende a existência de dois domínios para avaliar a resiliência num sujeito ou grupo de sujeitos “a existência de um compromisso aceitável entre uma posição demasiado flexível e uma posição, pelo contrário, demasiado rígida constituem talvez dois critérios para caracterizar a resiliência de um indivíduo ou de um grupo”.

A resiliência não é um sinónimo de invencibilidade nem de insensibilidade, mas sim de flexibilidade e de adaptação e o “*sujeito resiliente permanece um ser que foi ferido, cuja ferida não está completamente cicatrizada e pode estar mascarada pelo comportamento resiliente*” (Anaut, 2005, p.151).

PARTE II
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

1- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1.1- DESENHO E MÉTODO

O tipo de estudo desenvolvido nesta investigação, tem as características dos estudos qualitativos, descritivos e retrospectivos, com a finalidade de construir um guião de entrevista semi-estruturado para a futura investigação sob o tema “*Risco e Resiliência face à Guerra Colonial Portuguesa - uma perspectiva dos retornados*”.

Utilizámos a metodologia qualitativa pois pretende-se com este estudo analisar, examinar e descrever as trajectórias de vida dos “retornados” e as estratégias de *coping* utilizadas. É um estudo retrospectivo dado que os factos estudados remontam ao passado das pessoas.

Este estudo insere-se no desenho observacional-descritivo transversal, ao descrever as características de uma determinada população (“retornados”) ou fenómeno (Resiliência) e estabelecer relação entre estas.

1.2- PARTICIPANTES

A população em estudo é constituída por “retornados” das ex-colónias portuguesas (Angola e Moçambique) que regressaram a Portugal entre os anos de 1974 e 1977 e que residem à data na região do Grande Porto. Os participantes constituem uma amostra de sete “retornados”, sendo três indivíduos do sexo masculino e quatro do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 58 e 78 anos.

A escolha dos participantes procedeu-se através de contactos de conveniência que garantiam os seguintes requisitos: naturalidade portuguesa, residência nas ex-colónias portuguesas (Angola ou Moçambique) e regresso a Portugal entre os anos de 1974 e 1977.

1.3- INSTRUMENTOS

Tendo como primordial objectivo a construção de um guião de entrevista, a recolha de dados foi realizada através de uma entrevista semi-aberta. Neste sentido, foi construído um pequeno texto que serviu de introdução à entrevista. Este mesmo texto, tem como principal objectivo levar os sujeitos a reportarem-se aos três momentos considerados como cruciais: a sua experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem.

Para o auxílio da condução da entrevista, de forma a obter uma maior recolha de dados significativos para a investigação, foram utilizadas algumas perguntas. Estas perguntas incidiram-se sobre os três momentos: no *período da experiência vivencial em África* teve-se em conta o agregado familiar em África, a duração da experiência em África e o estatuto sócio-económico; no *momento do regresso a Portugal* foram focadas as condições em que se procedeu o regresso, a situação de maior risco, os apoios à chegada a Portugal e a situação social e económica familiar; na *adaptação ao país de origem* foi salientada a situação social e económica familiar, a situação profissional e as estratégias de adaptação.

1.4- PROCEDIMENTOS

A amostra foi recolhida através de contactos de conveniência. Num primeiro momento, os participantes foram contactados de forma a ser-lhes explicado o objectivo do estudo, sendo-lhes pedido o seu consentimento informado.

Tendo o consentimento informado por parte dos participantes, procedeu-se às entrevistas de carácter individual.

Assim, as entrevistas foram iniciadas com a referência aos três momentos chave para a investigação através do texto construído: “*Gostaria que me falasse sobre a sua ida para África, em que situação ocorreu, como foi a sua adaptação e vivência em África e como foi seu regresso e posterior adaptação a Portugal*”.

De forma a recolher o máximo de dados, foram realizadas algumas perguntas ao longo da entrevista dependendo da pertinência da informação para o estudo.

As entrevistas foram realizadas e gravadas num registo áudio pela investigadora, de forma a proceder-se à posterior transcrição das entrevistas.

O tratamento de dados foi realizado com recurso à análise de conteúdo, através do programa N-Vivo 8, onde, através das trajectórias de vida, foi possível obter categorias similares entre os vários entrevistados.

2- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As categorias determinadas através das trajetórias de vida dos “retornados” apresentam-se na tabela 1.

TABELA 1- CATEGORIAS DAS TRAJECTÓRIAS DE VIDA DOS “RETORNADOS”

Categorias	Referências
Motivações económicas para a migração	<i>“Em termos de trabalho que era uma condição que cá, eu entendia, embora, pronto, na metrópole não ter realmente, não ter uma vida digna, avancei para lá nessa data” (Entrevistado nº 4)</i>
Viagem para África	
Entrada no país através de «Carta chamada»	<i>“Quando fui para África fui com carta chamada do meu cunhado, de uma pessoa de família” (Entrevistado nº1)</i>
Migração do agregado familiar: inicialmente o marido	<i>“Ele foi, ele devia ter ido em Setembro ou Outubro que ele foi, e eu fui em Janeiro, ele arranhou lá dinheiro, ele é que foi lá arranjar dinheiro e comprou as passagens para mim. Eu depois fui lá ter com ele” (Entrevistado nº2)</i>
Adaptação a África	
Adaptação profissional	<i>“Quando cheguei lá ele estava em Quibash, trabalhava num armazém, num armazém tipo mercearia (...) era longe de Luanda, tínhamos que ir em colunas militares ao pra lá e vínhamos em colunas militares pra baixo pra Luanda” (Entrevistado nº2)</i>
Adaptação Social	<i>“Tudo para mim era parvo. Eu não comia batatas, eu não comia arroz eu não comia nada. Ah foi terrível porque eu não comia nada de lá, só depois é que a fome começou a apertar e eu realmente fui obrigada a comer e está tudo bem” (Entrevistado nº3)</i> <i>“Em África adaptei-me bem (...) com muita amizade com o povo de Angola e acho que para mim é</i>

	<i>uma maravilha de gente</i> ” (Entrevistado nº1)
Apoio familiar	<i>“(…) tinha o meu cunhado e uma irmã, que já lá estava, não tive problemas nenhuns”</i> (Entrevistado nº1)
Vivência em África	
Actividade profissional	
- Por conta própria	<i>“Em Luanda fiz três armazéns de café, comecei a fazer café já era conhecido lá no norte pelo café, comecei a fazer cafés para armazenar e para comercializar pelos armazéns. A partir daí já tinha mais uns conhecimentos fundei o melhor colégio de Angola que era o SC, que está lá, está a funcionar, só que já não é nosso não é, perdemos. Montei o maior “cristalante” de Angola que cá não há igual, trabalhavam lá à volta de duzentas pessoas, como tínhamos diversas firmas, como tal trabalhavam mais de quinhentas pessoas nas nossas firmas. Eram firmas médias”</i> (Entrevistado nº1)
- Por conta de outrem	<i>“Ele trabalhava lá, e quando aquilo começou a ficar mais...mal, nós viemos pra Luanda e ele foi arranjar trabalho, não sei se era Petrolgal, era qualquer coisa assim. Ele trabalhava na distribuição de gasolina”</i> (Entrevistado nº2)
- Estado	<i>“(…) ele chegou a Luanda no dia 19 e fez 26 anos no dia 20. Chegou lá na véspera dos anos dele. Entrou para a polícia e depois quando veio, continuou na polícia”</i> (Entrevistado nº3)
- Doméstica/ educação dos filhos	<i>“Estive sempre em casa a olhar pela filha, foi o que fiz lá”</i> (Entrevistado nº2)
Duração da permanência em África	<i>“Eu fui em 66 e vim em 74, mas entretanto vim cá ter um filho, estive cá oito meses, se eu ficava nessa altura e que era fina, não fique!”</i> (Entrevista nº3)
Percepção vivencial em África	<i>“Mas o tempo melhor que eu tive foi lá, trabalhava-se aquele tempo e depois íamos muito para a praia, para Luanda aquilo era bom, o clima é que gostava. Lá não se precisava de usar casacos, era um calçãozito e uns chinelos e era assim que as pessoas andavam todas”</i> (Entrevistado nº2)
Casamento	<i>“Casei com uma mulher da minha terra também, da minha aldeia”</i> (Entrevistado nº1)
Vivência na descolonização	<i>“só que infelizmente depois, quer se dizer, deu-se a independência não é, e precisamente quando se</i>

	<i>deu a independência eu estava a trabalhar no banco e tivemos que fechar imediatamente o banco e regressarmos todos para casa e a partir daí nunca mais tivemos sossego” (Entrevistado nº5)</i>
Motivações para o regresso	
Medo	<i>“(…) nós, aquela política contra quem tem alguma coisa, “tá a perceber, começou a ficar queimada e eu então comecei a ter medo” (Entrevistado nº1)</i>
Perigo de vida	<i>“(…) tivemos de deixar a casa imediatamente, estive oito dias sem ir a minha casa. Viemos com uns amigos que também viviam em Luanda, no centro de Luanda, e tivemos aí oito dias até o meu marido tratar da bagagem, das passagens e tudo e fomos a casa debaixo de tropa, foi debaixo de tropa que nós fomos a casa. Tive imensa pena, um vizinho nosso (...) ouvimos uns berros dos pretos e eles disseram óh Dª F. estão a assaltar as casas, que era assim, eles se vissem armamento em casa eles encontravam a pessoa e matavam-na (...) quando ouvimos isso eu e o meu marido saltamos o muro para as traseiras e fomos esconder numas traseiras é que se não estivesse lá ninguém não nos faziam mal” (Entrevistado nº 5)</i>
Viagem de regresso a Portugal	
Acesso às viagens	<i>“Depois conheci lá uma vizinha que estava casada com um branco e ela arranhou bilhetes, vim eu e a filha e ele ficou” (Entrevistada nº2)</i>
Meio de transporte	
- Avião	<i>“(…) antigamente ainda havia aviação com a Varig com Angola e eu aproveitei. Aproveitei e vi-me aflito, mas estive lá, tinha família e já lá voltei” (Entrevistado nº1)</i>
- Barco	<i>“o meu marido veio de avião e eu vim de barco que era para poder trazer alguma coisa, porque de avião só podia trazer os 20 Kg, não é, o exceso de bagagem era tudo pago, e pronto” (Entrevistado nº 5)</i>

Regresso do agregado familiar: inicialmente mulher e filhos	<i>"(...) quando o meu marido veio à noite eu disse-lhe tu amanhã vais ao aeroporto e marcas-me as passagens pra mim e para os meninos pra eu ir embora, tu não podes ir, ficas, melhor te safas tu sozinho do que eu com quatro filhos, quatro, cinco já nessa altura tinha cinco, e diz ele tens razão, ele foi no outro dia ao aeroporto e tinha lá conhecimentos, e eu vim"</i> (Entrevistado nº 3)
Apoios no regresso	<i>"Não tivemos apoio nenhum, nenhum, nenhum e pró fim nenhum mesmo, ninguém se importava. Estávamos ali encurralados ou ficávamos, não sei se era uma questão política por causa do comunismo"</i> (Entrevistado nº1)
Bens de África	
Bens Materiais	<i>"Deixei uma casa mobilada com tudo o que era bom, deixei tudo, e não trouxe nada. Trouxe os filhos"</i> (Entrevistado nº7)
Dinheiro	<i>"eu trabalhava no X em Angola e eu tinha lá bastante dinheiro, felizmente vivíamos todos muito bem e pedi uma transferência na altura de setecentos contos, que naquele tempo era muito dinheiro, e o banco só me deixou trazer sete contos, deixei lá ficar o dinheiro todo, não o pude trazer. Nem dinheiro, nem valores, nada"</i> (Entrevistado nº 5)
Adaptação a Portugal	
Adaptação profissional	
- Por conta de outrem	<i>"Entretanto cheguei cá e arranjei trabalho onde trabalhava antes, fui pra lá trabalhar. E quando ele veio arranjou trabalho como motorista em V. e depois de V. foi para L. para outra firma"</i> (Entrevistado nº2)
- Por conta própria	<i>"Depois aqui tivemos que começar, começar, pronto, era a coisa mais prática para nós, como também tinha comércio, fui para o comércio, tentei montar um restaurante"</i> (Entrevistado nº1)
- Estado	<i>"Entrou para a polícia e depois quando veio, voltou continuou na polícia"</i> (Entrevistado nº 3)
Adaptação social	<i>"não, a mim nunca me falaram aquela coisa de és retornada, eu não senti muito isso. Como estive lá"</i>

	<p><i>pouco tempo, como paguei a viagem para ir e para vir, aqui não me deram nada, nunca me chamaram pra nada, nunca me deram apoios pra nada, acho que não senti assim muito. A mim nunca me disseram nada” (Entrevistado nº2)</i></p> <p><i>“Saber que, por exemplo, com um filho com vinte e cinco dias, houve muita dificuldade. Eu era vizinho do Hospital Santo António e no entanto chamei uma ambulância para levar o meu filho para o Hospital, ninguém me dizia que o Hospital era já ali, tá-me a entender estas coisas assim. E uma pessoa fica muito magoada com uma coisa assim” (Entrevista nº 6)</i></p>
Habitação	
- Aluguer	<p><i>“Aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim” (Entrevistado nº1)</i></p>
- Familiares	<p><i>“Depois quando cheguei fui morar pra minha mãe” (Entrevistado nº 2)</i></p>
- Tomada de assalto	<p><i>“quando eu soube que estavam aqui as casas do bairro ST aqui para assalto e eu vim para o assalto. Assaltei a casa aqui e o meu marido não queria mas eu com os meus filhos assaltamos a casa e aqui ficamos e aqui estamos” (Entrevistado nº 7)</i></p>
Apoios	
- Amigos	<p><i>“Fui muito bem apoiado pelo senhorio, ajudou-nos bastante, também cá há muita gente boa não é tudo má” (Entrevistado nº1)</i></p>
- Familiares	<p><i>“tenho uma irmã em Lisboa que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim, mas ficou lá, na casa da sogra e eu e os meus filhos viemos pra aqui e depois fomos pra lá e depois regressamos outravez pra aqui, mas, a não ser a família” (Entrevistado nº 3)</i></p>
- Herança	<p><i>“O apoio da família foi do meu pai que já não existia que me deixou uma terrazinha para eu vender, algumas terras, ainda lá tenho. Uma terra para vender foi o nosso apoio, não é? Não houve mais apoio nenhum, nem eu nem a minha família, a maior parte dos meus irmãos, nos somos sete e estávamos lá todos, só um é que não estava. Então viemos todos na mesma. Entretanto, como os meus pais já tinham falecido, a minha mãe faleceu quando eu tinha nove anos ou dez e de resto não havia cá mais família” (Entrevistado nº 1)</i></p>
- Estado	<p><i>“Nós quando chegamos cá, havia aquela coisa que vinha de fora dos americanos, umas certas comidas e não sei que mais, que muita gente aí aproveitou” (Entrevistado nº1)</i></p>

	<i>“Cinco contos nessa altura, uma fartura” (Entrevistado nº 3)</i>
- IARN	<i>“o apoio que recebi a chamada Instituição de apoio ao retornado, ainda recebi. De resto foi trabalhar cá, continuar a vida e pronto” (Entrevistado nº 4)</i> <i>“Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes” (Entrevistado nº1)</i>
Vivência em Portugal após a adaptação	
- Actividade profissional	<i>“(…) comecei a montar mais restaurantes, portanto já tinha umas seis ou sete sócias e ia deixando as lojas a elas, e foi assim que se foi desenvolvendo as coisas, até também tentei educar os filhos, um formou-se o outro não chegou ao fim mas também está mais ou menos bem e eu também agora estou bem” (Entrevistado nº1)</i> <i>“Pronto, o meu marido depois foi para uma firma trabalhar, ganhava dezassete contos e quinhentos naquela altura e eu é que trabalhava sempre na costura, trabalhava na costura e trabalhei muitos anos também na costura. Hoje tenho a minha vida estabelecida, sou reformada, sou viúva, tenho quatro filhos, pronto, já tenho dois netos” (Entrevistada nº 7)</i>
- Habitação	<i>“Pus-me a trabalhar na costura, depois eles legalizaram as casas e eu fiquei aqui, na minha casa com os meus filhos” (Entrevistado nº 7)</i> <i>“Depois quando pude comecei a fazer a casa” (Entrevistado nº2)</i>
Regresso a África após a Descolonização	<i>“eu só não fui para África quando as coisas começaram a melhorar porque a minha idade já não condizia muito para ir para lá, eu nesta altura estou com 76 anos, não é. E os filhos estavam aqui a estudar também, habituei-me a permanecer cá. Não tinha hipótese nenhuma de ir para lá naquela idade, também aqui tinha os meus negócios e ‘tavam a rolar bem, não é” (Entrevistado nº1)</i> <i>“Gostava de voltar e a minha filha gostava de conhecer aquilo de onde nasceu. Ela gostava muito de lá ir, mas é que não temos lá ninguém está tudo para cá. Ah gostava, gostava de ir pra lá viver, mesmo agora, aquilo é muito bom.” (Entrevistado nº 7)</i>

3- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo anterior, referimos as categorias resultantes das trajectórias de vida dos participantes, introduzindo algumas referências do discurso sempre que considerado oportuno.

Para este capítulo, reservamos uma discussão mais detalhada, chamando a atenção para as principais categorias, comparando as trajectórias de vida com os dados resultantes de outros estudos e finalizando com o guião de entrevista semi-estruturado.

3.1- BREVE NOTA METODOLÓGICA

É necessário considerar as limitações que se colocam quando trabalhamos com o público em geral e neste particular com os “retornados” tendo em conta o instrumento utilizado. Uma vez que os resultados dependem da sinceridade e da flexibilidade em abordar o tema, os dados obtidos podem não abarcar todas as áreas desta problemática. Por outro lado, reconhecemos que não conseguimos controlar todas as variáveis “parasitas”, pois foi quase impossível dispor de condições que permitissem recolher informação de forma neutra e eficiente.

Por se tratar de um método qualitativo, aliado a uma entrevista semi-aberta, a amostra circunscreveu-se a sete indivíduos, número considerado suficiente para a realização deste estudo. A amostra foi seleccionada aleatoriamente.

Pensamos que os resultados obtidos, permitem-nos por um lado adquirir um conhecimento mais real sobre a problemática da Descolonização e dos seus principais intervenientes e, por outro, constituem um contributo valioso para a futura investigação sob o mesmo tema.

3.2- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A amostra em estudo era constituída por sete denominados “retornados” de Angola ou Moçambique, residentes à data na área do Grande Porto. A colheita de dados foi realizada através de uma entrevista semi-aberta.

Tendo em conta o objectivo do estudo, optámos por abordar previamente os vários temas presentes nas entrevistas, inseridos nos três momentos considerados cruciais, e posteriormente aportamos ao tema central, o *Risco e Resiliência*.

3.2.1. VIVÊNCIA EM PORTUGAL ANTERIOR À MIGRAÇÃO

No início do século XIX, Portugal vivia uma parca situação política e económica. A vigência de uma difícil situação económica levou a que milhares de portugueses rumassem às colónias, onde as promessas de boas condições socioeconómicas eram aliciantes, como foram os casos dos entrevistados nº1, 4 e 7:

“Vamos falar um bocadinho disto uma vez que cá não tínhamos hipóteses.” [Entrevista nº1]

“Em termos de trabalho que era uma condição que cá eu entendia, embora, pronto, na metrópole não ter realmente, não ter uma vida digna, avancei para lá nessa data.” [Entrevista nº4]

“(...) o meu marido foi primeiro para África trabalhar, por causa da vida lá ser melhor (...).” [Entrevista nº7]

Para Oliveira (2008), os grandes impulsionadores para a migração de milhares de portugueses para as ex-colónias foram as melhores condições salariais, a progressão na carreira e melhores condições de vida, aliado ao “mito da fortuna” propagado por muitos migrantes do ultramar.

3.2.2. MIGRAÇÃO

Até aos anos sessenta, o sonho africano era inexecutável para alguns. A necessidade de apresentar uma “carta de chamada” dificultava a entrada nas colónias para muitos portugueses. No entanto, esta “carta de chamada” assegurava a sua inserção social e profissional através da responsabilidade dos familiares residentes nas colónias, proporcionando algum apoio na sua chegada de pessoas de origem metropolitana (Oliveira, 2008).

“Naquela altura tínhamos as “cartas de chamadas”, tipo uma carta chamada por um familiar, fui então para o comércio no norte de Angola (...)” [Entrevistado nº1]

A situação económica que se vivia em Portugal aliada à incerteza do futuro africano levou a que muitos portugueses migrassem para África sem o apoio da família nuclear. De acordo com a maioria dos entrevistados, migrava para África primeiramente o marido com o objectivo de reunir condições de vida favoráveis (profissionais, económicas, sociais, habitação, etc.) à vinda do restante agregado familiar.

“Ele foi, ele devia ter ido em Setembro ou Outubro que ele foi, e eu fui em Janeiro, ele arranjou lá dinheiro, ele é que foi lá arranjar dinheiro e comprou as passagens para mim. Eu depois fui lá ter com ele (...)” [Entrevista nº2]

“(...) fui sozinha o meu marido já estava lá(...) levei três filhos e levei dois irmãos menores.” [Entrevista nº3]

“A minha da para lá, eu fui para lá solteira, o meu pai estava lá, não é, e eu fui pra lá com o meu pai e com a minha mãe e com a minha irmã (...)” [Entrevista nº5]

“(...) o meu marido foi primeiro para África trabalhar, por causa da vida lá ser melhor.” [Entrevista nº7]

3.2.3. ADAPTAÇÃO A ÁFRICA

À chegada às colónias, a existência de apoio de amigos e familiares facilitaram a sua integração. Familiares próximos e amigos da sua terra natal

fomentaram o clima de solidariedade e de ajuda que se vivia entre os indivíduos de origem metropolitana que residiam nas colónias (Oliveira, 2008). Deste apoio, usufruíram alguns dos entrevistados, como é o caso do entrevistado nº1:

“(...) tinha, eu fui por uma, antigamente havia a carta de chamada e, pois tinha, tinha o meu cunhado e uma irmã, que já lá estava, não tive problemas nenhuns” [Entrevista nº1]

A adaptação profissional, no discurso dos entrevistados, é um marco importante e recorrente. Com a inserção no mercado de trabalho dá-se o impulso para a adaptação ao país e a primeira etapa do objectivo da migração, aos seus olhos, vê-se cumprida. Tendencialmente, estes primeiros empregos advinham da influência da pessoa que o “mandou ir”, já que era da sua responsabilidade a sua inserção socioeconómica. Assim, eram fortes as probabilidades de sucesso económico (Oliveira, 2008).

Inicialmente, a grande maioria, exerceu funções por conta de outrem, como retratam os entrevistados nº 1,2 e 7:

“(...) fui então para o comércio no norte de Angola, chamado Shung à beira de Carman. E fui, tive lá alguns tempos (...)” [Entrevista nº1]

“Quando cheguei lá ele estava em Quibash, trabalhava num armazém, num armazém tipo mercearia era uma coisa que fornecia aquilo tudo, era longe de Luanda, tínhamos que ir em colunas militares ao para lá e vínhamos em colunas militares para baixo para Luanda.” [Entrevista nº2]

“(...) mas foi para uma firma de tintas, as tintas Rexolin, e depois estive lá um mês mas não se estava a adaptar e fui logo, passado um mês eu fui mais os meus filhos, os meus três filhos (...)” [Entrevista nº7]

A mudança para outro país implica um confronto com uma nova cultura, um espaço físico diferenciado e, neste caso em particular, com um clima distinto do da terra natal. Estas foram as três nuances acentuadas pelos entrevistados, como comprovam as entrevistas nº 2 e 3.

“(...) quando cheguei lá a minha adaptação foi difícil devido ao clima, eu achava que não tinha ar, que as coisas não eram boas, que tudo o que levava daqui não prestava e ia grávida de sete meses. Entretanto a minha filha nasceu e fui-me já habituando ao clima de lá e adaptei-me bem e depois estive lá (...) Era frio, aqui era frio, eu ia de casaco comprido de fazenda, camisola de gola alta, as pessoas diziam que aquilo era quente, a gente imagina o quente daqui, mas lá aquele calor sem ar, para mim era um calor sem ar e depois uma coisa que me fazia confusão é que não conseguia andar lá de chinelos, com a terra vermelha, arrepiava-me tinha de andar de sapatos. Depois a casa não tinha nada, só tinha a cama e a mesa-de-cabeceira, quando fiquei melhor, quando passou aqueles dias peguei numa mangueira e comecei a lavar as paredes. E depois aí já fiquei melhor, porque as pessoas aqui diziam olha que é isto, e tem bicho e não sei quê. As frentes eram madeiras cruzadas para entrar o ar e aquilo fazia-me confusão, peguei numa mangueira grande liguei a água lavei as paredes todas, a água saía toda pela frente, a casa já ficou mais, já me sentia ali melhor, mas o pior da adaptação foi isso.” [Entrevista nº2]

“Tudo para mim era parvo. Eu não comia batatas, eu não comia arroz eu não comia nada. Ah foi terrível porque eu não comia nada de lá, só depois é que a fome começou a apertar e eu realmente fui obrigada a comer e está tudo bem. Pretos e pretas era tudo igual, para mim não tinha diferença nenhuma (...)” [Entrevista nº3]

3.2.4. VIVÊNCIA EM ÁFRICA

No ramo profissional, após o período inicial de adaptação, a motivação para progredir economicamente, levou a que muitos portugueses optassem por estabelecer-se por conta própria, sobretudo em áreas ligadas ao comércio e indústria (Oliveira, 2008). O rápido desenvolvimento da sociedade ligado ao grande número de habitantes levou a uma qualificação e profissionalização das empresas a que os portugueses aderiram em massa. Isto levou a uma modernização das colónias, sobretudo ao nível da qualidade de vida, que depressa superou a metrópole (Oliveira, 2008).

“Aquilo era uma terra de café, funcionava muito com o mestre do café, mais tarde aquela vida já era pequena para mim, fui então para Luanda. Em Luanda fiz três

armazéns de café, comecei a fazer café, já era conhecido lá no norte pelo café, comecei a fazer cafés para armazenar e para comercializar pelos armazéns. A partir daí já tinha mais uns conhecimentos fundei o melhor colégio de Angola que era o SC, que está lá, está a funcionar, só que já não é nosso não é, perdemos. Montei o maior “cristalante” de Angola que cá não há igual, trabalhavam lá à volta de duzentas pessoas, como tínhamos diversas firmas, como tal trabalhavam mais de quinhentas pessoas nas nossas firmas. Eram firmas médias (...) Entretanto, pronto fomo-nos desenvolvendo lá enquanto podíamos, tendo em vista outras coisas, por exemplo ter uma suinicultura tipo industrial quase, uma suinicultura muito grande, tínhamos sempre entre os três e os quatro mil porcos, nem sei, tínhamos sempre aquilo a funcionar, nunca tivemos problemas com testes nem com nada, ‘tava tudo muito bem feito, muito bem organizado, com técnicos (...)” [Entrevista nº1]

“ (...) trabalhava em costura. Eu trabalhava aqui em costura e depois fui para lá e continuei a trabalhar na costura. Trabalhava para pessoas da alta sociedade mas também trabalhava para empregadas, para pretas mesmo, que era de um instituto da maternidade do hospital e depois pagavam-me assim ao fim do mês (...)” [Entrevista nº7]

Relativamente aos funcionários públicos, que auxiliaram na manutenção da soberania portuguesa, mantinham um alto estatuto ao nível social, usufruindo de elevados padrões de qualidade de vida.

A educação dos filhos, é muitas vezes referenciada nas entrevistas, como tendo ficado a cargo da Mulher. Segundo alguns entrevistados, o nível económico que se conseguia atingir nas colónias juntamente com a pretensão de uma educação com traços portugueses levou a um renunciar da actividade profissional da Mulher.

“Estive sempre em casa a olhar pela filha, foi o que fiz lá.” [Entrevista nº2]

Uma vez que o regresso definitivo a Portugal, na maioria dos casos, não estava nos projectos a curto ou médio prazo, muitos portugueses residentes nas colónias investiram no território de acolhimento todo o capital acumulado, o que se repercutiu na sociedade, sobretudo nas experiências de vida, no

consumismo e no lazer (Oliveira, 2008). Deste modo, é habitual no discurso dos “retornados” a descrição de uma terra como sendo sua.

“*Só tenho boas recordações de África, só deixei o dinheiro lá, de maneiras que, já não estou em idade de ir para África, porque agora já não tem sentido nenhum*” [Entrevista nº1]

“(...) *Mas tenho mais saudades de lá do que daqui, aqui é muito complicado, foi difícil, claro que foi (...)*” [Entrevista nº2]

“*Tivemos uma vida muito feliz, muito boa, um país que... Nova Lisboa aquilo maravilhoso, era como aqui. Depois ao fim de cinco anos em 1974, tivemos que regressar*” [Entrevista nº7]

“(...) *a vida como em Luanda acho que ninguém fazia, porque Luanda é uma cidade espectacular, é lindíssimo.*” [Entrevista nº5]

3.2.5. NÚCLEO FAMILIAR

A solidariedade e a cumplicidade que uniam os portugueses residentes no ultramar contribuíram para a manutenção da ligação com Portugal. As raízes portuguesas não foram alienadas, verificando-se um empreendimento na conservação dos seus laços afectivos e sociais. A escolha do parceiro, retrata este facto, na medida em que havia uma predisposição para a escolha de um parceiro de origem portuguesa, como reflectem o entrevistado nº1 e 7:

“*Casei com uma mulher da minha terra também, da minha aldeia (...) casei lá em Angola.*” [Entrevista nº1]

“*Eu depois lá conheci o meu marido, depois casei-me lá (...)*” [Entrevista nº7]

3.2.6. DESCOLONIZAÇÃO E REGRESSO A PORTUGAL

A descolonização trouxe a vários migrantes coloniais a insegurança e o medo. A situação política que se vivia na altura despertou os movimentos militares e os colonos foram imersos nos conflitos.

Alheados no seu trabalho e na família, muitos foram os portugueses que viram este conflito como uma realidade distante. No entanto, quando a descolonização chegou ao seu auge, era já tarde para salvaguardar os seus bens materiais, ficando como primeiro objectivo colocar a família a salvo (Oliveira, 2008).

“ (...) só que infelizmente depois, quer se dizer, deu-se a independência não é, e precisamente quando se deu a independência eu estava a trabalhar no banco e tivemos que fechar imediatamente o banco e regressarmos todos para casa e a partir daí nunca mais tivemos sossego. Tive que deixar a minha casa, a minha mãe veio embora com a minha filha e com o meu irmão pequenino que tem a mesma idade que a minha filha, na altura era pequenino, agora já é grande. E pronto, vieram pra cá, e eu como era funcionária do banco não podia deixar assim de momento, pedi umas férias sem vencimento e vim para Portugal.” [Entrevista nº5]

“Eu estive lá, vim para cá e não me considero retornado. Considero-me um refugiado. Porque a palavra retornado pressupõe que a pessoa vem para um sítio e retorna, eu não retornei eu tive que me refugiar. Porque, normalmente as pessoas foram apelidadas de retornadas e não é bem assim, uns são retornados porque quiseram vir e outros são refugiados porque tiveram que vir. Há essas duas diferenças (...) Eu estava bem lá e estou bem aqui. Lá estava bem, estava óptimo, aqui tenho de estar como estou, tenho que aceitar aquilo que as pessoas se predispuseram a dar. Posso lhe dizer que (palavras imperceptíveis) porque nós fomos obrigados a vir, não é, e uma coisa é estarem aqui cem pessoas e depois estarem aqui mil, já não é igual. Portanto, acho isso, não é.” [Entrevista nº6]

A existência de conflitos provocou situações de risco para muitos colonos. O que antes era um país próspero rapidamente passou a ser sinónimo de risco de vida e medo levando a que milhares de portugueses ponderassem o seu regresso. As situações de risco e o medo a que foram acometidos foram os contributos para que a decisão de regresso a Portugal fosse mais célere.

“Estávamos ali encurralados ou ficávamos, não sei se era uma questão política por causa do comunismo ou ficávamos ou morríamos, não tínhamos hipótese nenhuma de nos safar. Lá conseguimos, por um lado morreu muita gente, uns por um lado outros

por outro mas lá nos conseguimos safar. Entretanto, entretanto, fomos esperando a ver se poderíamos ainda conseguir alguma coisa, mas como a guerra lá entre eles, entre os negros acelerou, tivemos que deixar de pensar no que lá tínhamos, não tínhamos hipótese. (...) A gente começou a aperceber-se que realmente estávamos muito mal, que não havia hipótese nenhuma, eu ouvi também muitas coisas, que o Mário Soares nos atirava para o mar e não sei que mais. (...) E então tive medo, já o meu sócio que já ‘tava cá, disse-lhe não venhas, que isto está perigoso aqui, comecei a pensar não venhas que isto está muito mal vamos perder tudo, salvamos a vida, que aqui ‘tá tudo contra nós agora, foi a sorte do meu sócio, porque estava tudo contra o colonialismo que éramos nós, os colonialistas.” [Entrevista nº1]

“(…) foi o 25 de Abril e as coisas mudaram muito e aí tivemos que andar a fugir de um lado para o outro, de um lado para o outro e foi o pior, até que já não estava lá bem (...) Foi no dia 11 de Novembro, marquei porque era o dia de S. Martinho aqui. Aí foi quando eu vi balas a voar em cima da minha cabeça, a fazer uns barulhos muito esquisitos, que eu não sabia o que era e quando me disseram que eram balas, então aí foi o medo e a partir daí então nunca mais saí com ela (filha), tinha medo. Aí foi terrível. (...) Depois dali fomos para uma zona mais para o centro, mas os tiros foi sempre, nunca mais, ouviu-se sempre. Muitos tiros. Foi complicado.” [Entrevista nº2]

“Os carros passavam as barrileiras da tropa, passavam carregados de brancos e de pretos, uns para cima e outros para baixo, não me importava com isso. Uma coisa que me marcou muito até hoje, havia no meu bairro uma família de sete filhas, a mãe e o pai. As nossas casas tinham duas entradas, eles entraram por um lado, fizeram o que quiseram à mãe e ao pai, cortaram-lhe os membros e encostaram-nos à parede, às filhas cortaram-nas todas às postinhas só ficou uma, que era para o chefe, o sangue que corria na valeta parecia um rio, marcou-me muito. (...) eu tinha, no meu bairro tinha dois, o MPLA e o FNLA, e eles quando se lembraram de andar à bofetada uns aos outros pelo ar, eles andavam por cima da minha placa ouvia-se os tiros e eu fiquei...era terrível. Agora quando estava sossegado as crianças podiam estar à vontade nas varandas, não tinha problemas, mas havia lá um preto pegado a mim (...) e um dia disse-me assim: “senhora vem aí o preto para matar o branco a senhora tira os meninos” e era... é terrível.” [Entrevista nº3]

Com o desenrolar da situação política e social, o regresso era inevitável. No entanto, a debandada de milhares de pessoas no aeroporto de Angola e Moçambique dificultou o acesso às viagens de regresso, conduzindo centenas

de pessoas a pernoitaram durante vários dias no aeroporto à espera que a sua vez chegasse.

“Depois ao fim de cinco anos, em 1974, tivemos que regressar. (...) Tínhamos passagens marcadas pelo Huambo, pela TAG, tínhamos as passagens marcadas, mas depois viemos pelos voos fretados, viemos pela TAP em auxílio de doentes, que não eram bem doentes mas que foi assim que se arranjou e viemos para Portugal.”
[Entrevista nº7]

Como regressar à metrópole, devido ao afluxo de pessoas, se tornou um processo demorado e instável, alguns portugueses optaram por comprar viagens rumo ao Brasil, para então depois regressar a Portugal (Pinto e Faria, 1996).

“Depois fugimos para o Brasil, foi a única hipótese naquela altura, não havia aviões para cá, fizemos ainda diversas manifestações, fomos a Nova Lisboa fizemos manifestações a forçar o Costa Gomes, que era naquela altura o Presidente para deixarem os Americanos irem buscar os Portugueses que ‘tavam a matá-los lá no aeroporto, não tinham os transportes para fugir, de maneiras que lá depois se convenceu a dar essa autorização e então salvou-se muita gente, senão tinha morrido muita gente de Portugal.” [Entrevista nº1]

Poucos foram os portugueses, que no meio da agitação de um regresso iminente e ameaçador, conseguiram trazer os seus bens materiais acumulados em vidas de trabalho. Os aviões fretados pela TAP, eram insuficientes para o número de passageiros como também para as mercadorias, sendo que aqueles que conseguiram salvaguardar alguns bens, conseguiram-no, com alguma dificuldade, através das viagens de barco.

“(...) o meu marido veio de avião e eu vim de barco que era para poder trazer alguma coisa, porque de avião só podia trazer os 20 kg, não é, o excesso de bagagem era tudo pago, e pronto” [Entrevista nº5]

De um modo geral, os portugueses procuraram antes de tudo colocar a família em segurança, optando muitas vezes por enviar num primeiro momento os filhos e as esposas (Oliveira, 2008). Os entrevistados nº 2, 3 e 5 referem que os filhos e a esposa regressaram primeiramente, enquanto os entrevistados nº 1,6 e 7 regressaram juntamente com o seu agregado familiar.

“Depois conheci lá uma vizinha que estava casada com um branco e ela arranjou bilhetes, vim eu e a filha e ele ficou. Ficou, já não me lembro bem mas ele deve ter vindo para ai em Março, eu vim em Novembro ele deve ter vindo para ai em Março.”

[Entrevista nº2]

“O meu regresso foi muito simples, o meu marido estava de piquete e eu de repente, houve lá umas escaramuças com o FNLA e o MPLA, e quando o meu marido veio à noite eu disse-lhe tu amanhã vais ao aeroporto e marcas-me as passagens para mim e para os meninos para eu ir embora, tu não podes ir ficas, melhor te safas tu sozinho do que eu com quatro filhos, (...) e diz ele tens razão, ele foi no outro dia ao aeroporto e tinha lá conhecimentos, e eu vim.” [Entrevista nº3]

“Tive que deixar a minha casa, a minha mãe veio embora com a minha filha e com o meu irmão pequenino que tem a mesma idade que a minha filha, (...) vieram para cá, e eu como era funcionária do banco não podia deixar assim de momento, pedi umas férias sem vencimento e vim para Portugal. Portanto o meu marido ficou lá” [Entrevista nº5]

A resistência de alguns homens em permanecer nas colónias recaía sobre a tentativa de conseguir salvaguardar os seus bens, no entanto, esta tentativa foi, na sua grande maioria, infrutífera.

“Portanto o meu marido ficou lá, depois voltei e o meu pai foi connosco, tivemos lá para ver se conseguíamos trazer alguma coisa, mas não conseguimos trazer nada. Eu por acaso ainda consegui trazer o meu carro. Tive uma noite inteira no cais para conseguir trazer o meu carro e alguma coisa, um caixote, mas pronto.” [Entrevista nº5]

O risco de vida sentido por milhares de portugueses aliado à perda dos bens materiais de anos de trabalho apinhou todo este processo de Descolonização de uma grande carga dramática.

“Entretanto ficaram milhares e milhares de toneladas de café num armazém, tinha muitos clientes que colocavam o café lá no armazém e inclusivamente nós. Isso ficou tudo perdido quando voltamos (...) Perdi tudo, perdi, mas está a ser tudo utilizado, pelo povo de lá (...)” [Entrevista nº1]

“(...) sem nada. Mesmo nada. Trazia uma malita com uma roupa mas não trazia mais nada. Eu ainda trouxe roupa, também não trouxe mais nada, eram só roupas, praticamente era o que levei e trouxe a miúda que fui com ela na barriga e vim com ela já a andar.” [Entrevista nº2]

Da mesma forma, não foi possível o resgate do dinheiro que possuíam em África, o que causou maior dependência económica à chegada a Portugal.

“Eu trazia dinheiro meu de lá de Angola e depois aqui já não me recordo como fui cambiar, sei que cambiaram e foram sete contos e quinhentos e depois o resto que ficou não valeu de nada. Também me lembro de ter lá uma conta aberta em nome da minha filha e ficou tudo lá, nem isso chegamos, o que tínhamos ficou tudo.” [Entrevista nº2]

“(...) inclusivamente eu trabalhava no Banco X em Angola e eu tinha lá bastante dinheiro, felizmente vivíamos todos muito bem e pedi uma transferência na altura de setecentos contos, que naquele tempo era muito dinheiro, e o banco só me deixou trazer sete contos, deixei lá ficar o dinheiro todo, não o pude trazer. Nem dinheiro, nem valores, nada.” [Entrevista nº5]

3.2.7. ADAPTAÇÃO A PORTUGAL

3.2.7.1. ADAPTAÇÃO SOCIAL

Portugal na década de setenta vivia submergido numa ditadura, em que a informação sobre as colónias era controlada. Os “retornados” eram sinónimos de escravatura e de exploração do povo Angolano, por isso, à chegada a Portugal, depararam-se com um clima de hostilidade e de desresponsabilização por parte do Estado (Pinto e Faria, 1996).

Além das dificuldades económicas que estavam a passar, os “retornados” depararam-se com comportamentos de retractação e de afastamento.

“Muitas pessoas daqui não souberam avaliar o que era ter a nossa casa, o nosso emprego, a nossa vida por lá e de um dia para outro termos que abandonar tudo. (...)” [Entrevistado nº5]

Consequentemente, estes comportamentos dificultaram a integração social e profissional na sociedade portuguesa.

“ (...) além de termos sido mal recebidos. Chegava-se ao ponto de as mães assustarem os filhos para se portarem bem, se não se portassem bem chamavam o retornado.” [Entrevista nº1]

“Regressamos cá e aqui, ao chegar aqui, quer dizer fomos bem recebidos por uns e mal recebidos por outros, havia aquela coisa se vocês não viessem nós ‘távamos melhor e pronto” [Entrevista nº5]

“Aqui, a minha reintegração aqui, foi muito complicada (...) Quanto aos retornados, houve essa parte, que era quase como um insulto surdo sabe, foi o que mais me custou, de resto. A gente trabalhando não é, a gente vai trabalhando, mas olhe que 75 já lá foi há muito tempo mas ainda tem marcas, percebe. E muitas pessoas que num pequeno ziguezague ainda apontam o dedo (...) Saber que, por exemplo, com um filho com vinte e cinco dias, houve muita dificuldade. Eu era vizinho do Hospital Santo António e no entanto chamei uma ambulância para levar o meu filho para o Hospital, ninguém me dizia que o Hospital era já ali, ‘tá-me a entender estas coisas assim. E uma pessoa fica muito magoada com uma coisa assim” [Entrevista nº6]

“Tivemos uma adaptação má, mau ao princípio porque já se sabe” [Entrevista nº7]

3.2.7.2. APOIOS INSTITUCIONAIS E NÃO INSTITUCIONAIS À CHEGADA A PORTUGAL

Com a chegada fulgurante de milhares de “retornados” a Portugal, o Governo teve a necessidade de criar instituições de ajuda e acolhimento ao “retornado”. A forma como ocorreu a descolonização, que deixou milhares sem retaguarda económica e familiar em Portugal, tornou estas instituições de fulcral importância (Pinto & Faria, 1996).

A atribuição de subsídios do Estado, sobretudo através do IARN (Instituto de Apoio ao Retornado Nacional), foi o grande responsável pela subsistência e posteriormente pela criação de condições profissionais e económicas aos “retornados”.

“(...) ainda recebi, o apoio que recebi a chamada Instituição de apoio ao retornado, ainda recebi. De resto foi trabalhar cá, continuar a vida e pronto.” [Entrevista nº4]

“Recebi apoios através do IARN, que era o organismo de apoio, que estava na altura a apoiar. Recebi aquilo que eles me deram, mas aquilo que eu pedi não me deram (...) deram-me o essencial para ir vivendo” [Entrevista nº6]

“(...) tive o IARN, mas tive muita pouca coisa. Eu pedi uma máquina de costura e não me deram.” [Entrevista nº7]

“Nós quando chegamos cá, havia aquela coisa que vinha de fora dos americanos, umas certas comidas e não sei que mais, que muita gente aí aproveitou.” [Entrevista nº1]

No entanto, os apoios prestados, para a grande maioria dos entrevistados, não foram suficientes para o recomeçar de uma nova vida. A dificuldade em obter os subsídios, a morosidade e os baixos valores dos subsídios, fizeram com que alguns “retornados” abdicassem destes. E nestes casos, os entrevistados tecem duras críticas à forma como foram distribuídos os subsídios de ajuda.

“aqui não me deram nada, nunca me chamaram para nada, nunca me deram apoios para nada (...) para mim quem teve mais apoios foram aqueles que não tinham cá ninguém, percebe, que vieram sem ninguém, não tinham famílias, porque geralmente a família ajuda um bocadinho, porque quem não tinha ninguém, era complicado. Aí eu penso que sim, foi complicado” [Entrevista nº2]

“(...) Cinco contos nessa altura, uma fartura.” [Entrevista nº3]

“Recebi aquilo que eles me deram, mas aquilo que eu pedi não me deram. Porque depois aí começava a funcionar o padrinho, os amigos, percebe, pessoas que não tinham nada a haver com aquilo e que iam lá e aproveitavam-se da situação, porque é assim, nós estávamos aqui assim e houve muita gente que nunca sequer pôs os pés em África e se intitulou de retornados, isso eles não dizem” [Entrevistado nº6]

A existência de familiares em território nacional constituiu-se numa mais-valia, na medida em que proporcionaram algum apoio sobretudo nos bens essenciais e na habitação.

“(...) tenho uma irmã em Lisboa que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim, mas ficou lá, na casa da sogra, e eu e os meus filhos viemos para aqui e depois fomos para lá e depois regressamos outravez para aqui, mas, a não ser a família.” [Entrevista nº3]

“(...) tive apoio, tive bastante apoio. Digamos a integração novamente, a reintegração na cidade metropolitana foi o que se pode dizer foi boa no possível.” [Entrevista nº4]

“(...) a minha mãe já cá estava, fui para a casa dos meus sogros em G., não tinha casa, sabe como é, a nossa vida era lá (...)” [Entrevista nº5]

“(...) estivemos em casa dos meus pais, em casa da minha mãe, porque o meu pai já tinha falecido. Estivemos lá um mês, quando eu soube que estavam aqui as casas do bairro T. aqui para assalto e eu vim para o assalto.” [Entrevista nº7]

No entanto, muitos “retornados” não tinham familiares residentes na metrópole ou encontravam-se em igual situação. Assim, a sua estabilidade via-se dificultada pela inexistência de retaguarda familiar, bem como pela demora na atribuição dos subsídios de ajuda do Governo.

“(...) o apoio da família foi do meu pai que já não existia que me deixou uma terrazinha para eu vender, algumas terras, ainda lá tenho. Uma terra para vender foi o nosso apoio, não é? Não houve mais apoio nenhum, nem eu nem a minha família, a maior parte dos meus irmãos, nos somos sete e estávamos lá todos, só um é que não estava. Então viemos todos na mesma. Entretanto, como os meus pais já tinham falecido, a minha mãe faleceu quando eu tinha nove anos ou dez e de resto não havia cá mais família.” [Entrevista n1]

Os amigos, residentes em Portugal ou “retornados”, segundo os entrevistados, tornaram-se de igual forma, uma fonte de segurança e de entreaajuda.

“(...) aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim (...) apareceu-me o meu fornecedor de frios de Angola, mas também estava como eu não tinha dinheiro, ele disse você veja lá o que pode fazer porque eu não tenho dinheiro e não sei que mais, e eu mas então deixe ‘tar eu primeiro vou alugar isto aqui. Entretanto, veio o dinheiro e fui chamar o gajo e então ajudei também aqui, emprestei-lhe dinheiro também para comprar uma carrinha. Ao mesmo tempo que ele foi para mim também fui para ele.”
[Entrevista nº1]

Por outro lado, verifica-se um investimento na componente profissional. A utilização de empréstimos do IARN para fins profissionais tornou-se a alavanca para o recomeço da vida profissional.

“Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes” [Entrevista nº1]

3.2.7.3. ADAPTAÇÃO PROFISSIONAL

Os “retornados”, principalmente os “não funcionários públicos (uma vez que os funcionários públicos através do Quadro Geral de Adidos foram rapidamente integrados no aparelho burocrático do Estado), encontraram algumas dificuldades na sua integração profissional (Oliveira, 2008).

As dificuldades económicas que estavam a passar (principalmente os que não conseguiram colocar os seus bens a salvo) associado à hostilidade da sociedade portuguesa, criaram barreiras à adaptação profissional. No entanto, habituados a uma sociedade em crescimento e ao espírito de *saber-fazer* devido à sua experiência profissional e pessoal em África facilitaram a sua integração num mercado de trabalho em processo de modernização (Oliveira, 2008).

As entrevistas realizadas ilustram as novas competências técnicas e profissionais que estas pessoas trouxeram para Portugal. Os entrevistados nº 1 e nº 6 retratam este facto, em que através das competências adquiridas em África, juntamente com a sua capacidade de empreendimento, lançaram-se no

mercado de trabalho por conta própria, apostando nas técnicas avançadas que adquiriram nas colónias.

“(...) comecei a pensar na minha vida, o que vou fazer, depois pensei em estabelecer-me em V., mas não (...) vou pró Porto, e então lembrei-me vou montar churrasqueiras. A primeira churrasqueira a abrir no Porto fui eu (...) A churrasqueira é uma coisa que se adapta, adapta-se porquê, porque é uma cozinha que está aberta a toda a hora, enquanto que nos restaurantes às três horas ou às duas fecha e a pessoa para comer não tem nada (...) E então montei na T. um self-service, gosto muito de self-service, depois fui abrir aqui ao M., uma churrasqueira, essa churrasqueira era para ser aberta pelo meu agente agrícola de Angola, ele já não a quis e passou-a a mim, (...) já não havia contas que fizesse, já tinha muitas casas a funcionar” [Entrevista nº1]

“Tínhamos um espaço ou arranamos um espaço que estava abandonado, fizemos dele um espaço de trabalho, trabalhamos, eu era fotógrafo e também fiz fotojornalismo, fazia para jornais, para diários, na altura. Aqui já em Portugal, fiz trabalhos de fotografia e videoreportagem, fiz fotopublicidade. (...) Na altura trabalhava-se de outra maneira, trabalhava-se muito com o slide e ainda fiz muita propaganda que circulou ai nos, em vários carros (palavras imperceptíveis). Acho que não viemos ocupar os espaço de ninguém, vim ocupar um espaço que estava vago, e mais aquele sitio, (...), portanto nós fizemos isso, foi uma luta.” [Entrevista nº6]

Obviamente, que iniciar uma qualquer actividade económica por conta própria era difícil para todos aqueles que não dispusessem do capital inicial. Por isso, um grande número de pessoas, tiveram como opção trabalhar por conta doutrem, sobretudo em áreas profissionais distintas das de África, como é o caso do entrevistado nº2 e 7.

“(...) depois arranjou para motorista para uma casa de móveis, depois lá foi para L. para outra fábrica de móveis, aí trabalhou como um desgraçado. Depois aí, ainda tinha que lhe dar dinheiro para o gasóleo porque aquilo, foi uma coisa muito grande mas veio tudo abaixo.” [Entrevistada nº2]

“(...) é que o meu marido depois teve que arranjar um emprego, não foi ganhar muito mas pronto, também estivemos na casa um bocado de tempo de graça, estávamos aqui e não pagávamos.” [Entrevistado nº7]

A família foi um grande contributo para a adaptação dos “retornados”, não só pelos vínculos familiares que os uniam como também pela tentativa de desresponsabilização por parte do Estado, ao delegar nas famílias residentes a responsabilidade de acolher a população retornada (Pinto e Faria, 1996). De facto, através das entrevistas realizadas, constata-se que à chegada e no período inicial de adaptação, as famílias cederam as suas casas.

“ (...) estive a viver na casa da minha mãe alguns anos” [Entrevistado nº2]

Por outro lado, a família retornada tornou-se também um dos principais apoios. Para além do apoio económico, estas famílias serviram de *“local privilegiado de refúgio entre iguais”* (Pinto e Faria, 1996). Assim, a fixação dos “retornados” esteve ligada grandemente à zona de residência dos elementos familiares que chegaram anteriormente a Portugal. Segundo Pinto e Faria (1996, p.106), este facto *“poderá estar na origem de uma forte coesão de grupo e da construção de uma identidade de retornado”*.

“Aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim.” [Entrevistado nº1]

“(...) tenho uma irmã em Lisboa, que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim” [Entrevistada nº3]

Com o regresso maciço de milhares de pessoas sem recursos económicos, deu-se uma vaga da chamada “tomada de assalto”. Prédios em construção ou abandonados foram ocupados por “retornados”, como ilustra o entrevistado nº 7.

“ (...) quando eu soube que estavam aqui as casas do bairro T. aqui para assalto e eu vim para o assalto. Assaltei a casa aqui e o meu marido não queria mas eu com os meus filhos assaltamos a casa e aqui ficamos e aqui estamos.” [Entrevistado nº7]

3.2.8- A VIVÊNCIA EM PORTUGAL APÓS A ADAPTAÇÃO

O regresso repentino a Portugal implicou uma redistribuição dos papéis sociais e familiares (Oliveira, 2008). Privados do nível de vida e das oportunidades que usufruíam nas colónias, estas pessoas lutaram pela sua reintegração social e estabilidade económica.

Progrediram gradualmente ao nível económico e demonstraram uma mentalidade empreendedora, de pessoas arrojadas com espírito de luta. Inicialmente, a passagem por actividades profissionais distintas das suas, evoluiu para situações mais estáveis.

“ (...) comecei a montar mais restaurantes, portanto já tinha umas seis ou sete sócias e ia deixando as lojas a elas, e foi assim que se foi desenvolvendo as coisas (...) eu também agora estou bem.” [Entrevistado nº1]

“(...) ele depois arranjou para motorista para uma casa de móveis, depois lá foi para L. para outra fábrica de moveis (...) e depois começou isto, na fábrica de sofás” [Entrevista nº2]

Apesar do processo de integração social e profissional não ter sido simples, a grande parte destas pessoas consideram-se integradas na sociedade portuguesa.

Prevê-se que as suas atitudes profissionais e sociais contribuíram para desmistificar os rótulos depreciativos que lhes estavam associados (Oliveira, 2008). Por outro lado, os incidentes que opuseram estas pessoas à população residente parecem ter sido superados.

“Regressamos cá e aqui, ao chegar aqui, quer dizer fomos bem recebidos por uns e mal recebidos por outros, havia aquela coisa se vocês não viessem nós ‘távamos melhor e pronto. Mas felizmente superamos tudo e renovamos aqui a nossa vida. “ [Entrevista nº5]

3.2.9. RISCO E RESILIÊNCIA

Muitas situações traumáticas ocorreram neste período da nossa história. No entanto, apesar de correrem risco de vida, da destruição de todo um império construído ao longo de vários anos, das dificuldades económicas que passaram à chegada a Portugal, estas pessoas conseguiram adaptar-se apesar das circunstâncias adversas, dos traumatismos e dos acontecimentos stressantes (Anaut, 2005).

Neste caso específico, o factor de vulnerabilidade ligado ao ambiente (predisposição psicossocial) está presente devido a factores externos ameaçadores (pressão política e social, ataques, regresso compulsivo). Esta vulnerabilidade é verificada tanto nas colónias como à chegada a Portugal.

[Em África] “ (...) aquela política contra quem tem alguma coisa, ‘tá a perceber, começou a ficar queimada e eu então comecei a ter medo, nós tínhamos muita gente a trabalhar com a gente e quem nos quer mal nem quer saber se a gente tem um coração bom ou mau, mas é para matar porque é colonialista, não é. E então tive medo (...) salvamos a vida, que aqui ‘tá tudo contra nós agora, foi a sorte do meu sócio, porque estava tudo contra o colonialismo que éramos nós, os colonialistas (...) A gente começou a aperceber-se que realmente estávamos muito mal, que não havia hipótese nenhuma, eu ouvi também muitas coisas, que o Mário Soares nos atirava para o mar e não sei que mais” [Entrevistado nº1]

[Em Portugal] “ (...) fui perseguido e meteram-se à minha frente, eu na altura tinha um Mercedes lá, eu ia com um senhor e pensei vou esperar ali e mais a frente ao subir encostei e parei o carro. Eu tinha uma matrícula de Angola e os gajos sabiam, então vinha ali, eles passavam e não me deixavam andar (...) Então comecei a encostar o carro, o carro, o carro e os gajos começam a gritar lá dentro do carro, eram rapazes novos, gritavam, gritavam, gritavam. Encostei mas eles fugiram por ai abaixo, eu encostei o carro (...) era uma revolta enorme” [Entrevistado nº1]

Para além dos factores ambientais a que estiveram sujeitos, os “retornados” viram o seu grau de vulnerabilidade aumentar devido à exposição a factores de risco ligados à configuração familiar e a factores socioambientais (Garmezy, 1991, cit. in. Anaut, 2005). Com o deteriorar da situação sociopolítica das colónias, a prioridade para estas pessoas foi a de colocar em

segurança os seus familiares. Ora, através dos relatos dos entrevistados, verifica-se que na altura existia um clima de insegurança ao seu redor. Muitos foram aqueles que se viram no meio de um ataque entre as várias tropas. Assim, perante este cenário dramático, tentaram a todo o custo levar as suas famílias para um local seguro, que na maior parte dos casos, colmatou no regresso a Portugal do agregado familiar.

“(..) tivemos de deixar a casa imediatamente, estive oito dias sem ir a minha casa (...) até o meu marido tratar da bagagem, das passagens e tudo e fomos a casa debaixo de tropa, foi debaixo de tropa que nós fomos a casa. Tive imensa pena, um vizinho nosso, olhe que eu saltei de minha casa, eram três horas da tarde, eu estava em casa, eu e o meu marido, já tinha mandado a minha filha pra cá e ouvimos uns berros dos pretos e eles disseram oh F. estão a assaltar as casas, (...) eles se vissem armamento em casa eles encontravam a pessoa e matavam-na e o meu pai era caçador, (...) tinha muita manutenção em casa, e quer dizer quando ouvimos isso eu e o meu marido saltamos o muro para as traseiras e fomos esconder numas traseiras é que se não estivesse lá ninguém não nos faziam mal. Mas felizmente não, passaram a nossa casa, e foram roubar um vizinho nosso que também tinha uma pistola em casa e eles levaram-no pela rua abaixo, sabe como quem leva Cristo no meio daqueles todos, pronto era ele a gritar, levaram-no para uma praça de touros, ainda estive lá retido 15 dias depois é que nós fomos lá chamar a nossa polícia, a nossa tropa para tirá-lo de lá. Foram momentos muito difíceis (...) A minha casa, aquilo eram os morteiros passavam “VUHH” e nós até nos baixávamos. Eu passei duas noites sentada na beira da porta porque se caísse um morteiro ali na porta não nos atingia, eu e o meu marido” [Entrevistado nº5]

“(..) o meu marido estava de piquete (..) houve lá umas escaramuças com o FNLA e o MPLA, e quando o meu marido veio à noite, eu disse-lhe: tu amanhã vais ao aeroporto e marcas-me as passagens para mim e para os meninos para eu ir embora, tu não podes ir ficas, melhor te safas tu sozinho do que eu com quatro filhos, (...) e diz ele tens razão, ele foi noutra dia ao aeroporto e tinha lá conhecimentos, e eu vim.” [Entrevistado nº3]

Do ponto de vista psíquico, estas pessoas tiveram que munir-se de estratégias cognitivas e comportamentais, de forma a controlar ou a reduzir as

exigências internas e externas. Assim, sem recursos económicos e sem estabilidade, os “retornados” muniram-se de estratégias para gerir o problema (*coping centrado no problema*) como também assumiram uma posição activa assente numa procura incessante de apoios (*coping vigilante*).

“Depois cheguei aqui e não sabia nada o que é que eu vou fazer? ah? (...) Depois comecei a pensar na minha vida, o que vou fazer (...) como ainda tinha umas terras que o meu pai me deixou, vendi uma terra, comecei aí então a comprar uma máquina para a minha mulher fazer umas malhas e depois ela também fazia umas alheiras de Trás-os-Montes (...) no meio dessa coisa toda, fomos andando (...) Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes.” [Entrevistado nº1]

Passadas trinta décadas verifica-se que, apesar das circunstâncias adversas, estas pessoas conseguiram adaptar-se à sociedade portuguesa. Transportando o conceito *resiliência* de Anaut (2005) para este caso específico, os “retornados” adaptaram-se às situações adversas desenvolvendo capacidades ligadas aos recursos internos e externos que permitem uma construção psíquica adequada e a sua inserção social.

3.3- GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Após a análise das trajectórias de vida semelhantes entre os entrevistados, podemos estabelecer um guião de entrevista semi-estruturada.

- I- Motivações para a migração
- II- Viagem para África
 - Idade
 - Ano
 - Ida do agregado familiar
- III- Adaptação a África
 - Profissional
 - Social
 - Apoios institucionais e não institucionais
- IV- Vivência em África
 - Actividade profissional
 - Relações sociais
 - Relações familiares
 - Tempo de permanência em África
- V- Descolonização
 - Percepção vivencial
 - Situações de risco
 - Motivações para o regresso
- VI- Viagem de regresso a Portugal
 - Apoios institucionais e não institucionais
 - Meio de transporte
 - Acesso às viagens
 - Regresso do agregado familiar
 - Bens materiais importados de África

VII- Adaptação a Portugal

Apoios institucionais e não institucionais

Adaptação social

Adaptação profissional

Condição económica e de habitabilidade

VIII- Vivência em Portugal após adaptação

Percurso profissional

Adaptação social

Condição económica e de habitabilidade

4- CONCLUSÃO

A Descolonização das colónias portuguesas em África, apesar de trinta anos idos, continua presente na nossa sociedade, tanto pelos milhares de portugueses que regressaram naquela vaga, como pelas consequências políticas, sociais e económicas, fruto deste processo tumultuoso.

Inesperadamente, estas pessoas viram o seu rumo de vida alterar-se. O clima de insegurança e de medo que se vivia nas colónias, associado à independência das colónias, impulsionou o regresso maciço de cerca de 500 000 indivíduos. Assim, estes milhares de portugueses foram baptizados pelo seu país de “retornados”.

A viagem para a metrópole não se traduziu num processo simples e fácil. Os aeroportos viram-se apinhados de pessoas que ansiavam um bilhete para Portugal e muitos foram aqueles que permaneceram nos aeroportos durante vários dias apenas com a roupa que tinham no corpo. Deixaram para trás impérios de toda uma vida, uma economia em franco crescimento, um desafoço económico e um estilo de vida muito próprio.

À chegada a Portugal esperava-os um clima de hostilidade e de afastamento. O Governo delegava responsabilidades, as famílias pouco recursos possuíam para dar auxílio. Milhares de pessoas, que nas colónias detinham um nível de vida acima da média, passaram a depender de terceiros e de ajudas do Governo. A sociedade portuguesa vivia ainda sobre a sombra da ditadura, que durante muitos anos transmitiu uma imagem negra dos “colonos”, sendo estes sinónimos de escravatura e de exploração do povo africano. Este facto em muito contribuiu para que à chegada a Portugal, os “retornados” não fossem facilmente integrados ao nível social e profissional.

Cedo os “retornados” revelaram as suas competências técnicas e profissionais adquiridas ao longo da vivência em África. As suas capacidades de empreendimento e de luta sobressaíram numa sociedade envelhecida e carecida de mão-de-obra qualificada. Aos poucos, a sociedade portuguesa, reconhecendo o seu mérito facilitou a sua integração.

O processo de reintegração, em grande parte dos casos, não foi fácil, mas ocorreu sem sobressaltos de maior. No entanto, não podemos deixar de referir algumas condicionantes que facilitaram esta integração, como a família, as ajudas institucionais e o contexto económico que encontraram em Portugal.

Os “retornados” revelaram o uso de estratégias cognitivas e comportamentais para lidar com o problema de forma adaptativa. O comprovativo desta utilização é o facto de os entrevistados referirem que passadas trinta décadas consideram-se inteiramente integrados.

As entrevistas realizadas demonstraram a similaridade das trajectórias de vida. Todos eles partilham uma história com trajectos muito semelhantes, que vão de encontro aos três momentos por nós considerados importantes neste processo no início deste estudo: a experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem.

5- BIBLIOGRAFIA

- ANAUT, M. (2005). *A Resiliência: Ultrapassar os traumatismos*
- ANTUNES, M., (1993). *A Descolonização Portuguesa: mitos e realidades*. In: Medina, J. (dir.), *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol.XIV. Lisboa: Ediclube.
- DACOSTA, F., (1993). *Os retornados*. In: Medina, J. (dir.), *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol.XIV. Lisboa: Ediclube..
- FONSECA, A., (2009). *Angola, terra prometida. A vida que os portugueses deixaram*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- MATOSO, J. (dir.) (1994). *História de Portugal - Portugal em transe*, vol.8. Lisboa: Editorial Estampa.
- PINTO, C., Faria,S. (1996).*Retornados: Identidade de um grupo (in)conformado*. Coimbra.
- PIRES,A.(s/d). *Os retornados do ex-ultramar na valorização da sociedade portuguesa*. Pesquisado em 20 de Setembro de 2009. Disponível em Associação de Espoliados de Moçambique.
- OLIVEIRA, N.(2008). *A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda*.
- RIBEIRO, G., (2002). *A vertigem da Descolonização, da agonia do êxodo à cidadania plena*. Mem Martins: Editora Inquérito.

SOARES, J. (s/d). *O fenómeno da nossa descolonização: retornados, deslocados e espoliados*. Pesquisado a 14 de Outubro de 2009. Disponível em Associação de Espoliados de Moçambique.

VIANA,L. (2005). *Da angústia da chegada ao sucesso da integração*. Diário de Noticias. 14 de Agosto de 2005. Pesquisado em 20 de Janeiro de 2009.

VIEGAS, A. (2002). *Abandonar Angola. Um olhar à distância*. Aveiro.

ANEXOS

ANEXO A: Artigo científico

RISCO E RESILIÊNCIA FACE À GUERRA COLONIAL NUMA PERSPECTIVA DOS RETORNADOS - CONSTRUÇÃO DE UM GUIÃO DE ENTREVISTA.

SANDRA ANDRADE, CARLOS CALDAS & MANUELA LEITE
Instituto Superior Ciências da Saúde – Norte, Portugal

RESUMO: O presente estudo teve como objectivo a construção de um guião de entrevista com vista ao estudo futuro do “*Risco e Resiliência face à guerra colonial na perspectiva dos retornados*”, tendo em conta as trajectórias de vida dos «retornados» e as estratégias de *coping* utilizadas em três momentos chave: a experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem. A recolha de dados foi realizada através de uma entrevista semi-aberta a uma amostra aleatória de sete indivíduos apelidados de “retornados” que residiam à data na área do Grande Porto. Para o tratamento de dados realizou-se uma análise de conteúdo. Através das trajectórias de vida dos “retornados” foi possível verificar a existência de vários momentos vivenciais similares presentes na grande maioria dos entrevistados e que se inserem nos três momentos chave. Assim, a realização deste estudo permitiu a elaboração de um guião de entrevista susceptível de ser utilizado em futuras investigações sob o mesmo tema.

Palavras-chave: *Retornados, Descolonização, Colónias Portuguesas, Risco, Resiliência*

ABSTRACT: This study was aimed at constructing a script from an interview with a view to future study of "Risk and Resilience in the face of the colonial war from the perspective of the returnees, taking into account the life experiences of 'returnees' and coping strategies used three key moments: the living experience in Africa, the return to Portugal and adaptation to the country of origin. Data collection was performed through a semi-open interview to a random sample of seven individuals dubbed the "returnees" who live in the area of Porto. For the treatment of data took place a content analysis. Through the life experiences of "returnees" were unable to verify the existence of several similar experiential moments in the great majority of the respondents and which fall within three key moments. Thus, this study allowed the development of a script of the interview could be used in future investigations on the same topic.

Keywords: *returnees, decolonization, the Portuguese Colonies, Risk, Resilience*

INTRODUÇÃO:

A descolonização é um processo político ocorrido especialmente após a segunda guerra mundial, que se traduziu na obtenção gradual da independência das colónias europeias situadas em África. Regulada por uma política de “concessão” de autonomia, surge diferenciada segundo a potência colonizadora, a especificidade de cada território e pela forma de luta dos povos coloniais na conquista da sua independência. O caso português surge duas décadas após as outras potências coloniais europeias. Em meados dos anos setenta, Portugal foi forçado, fruto de várias pressões internacionais, a declarar a independência das suas colónias africanas. A 18 de Julho de 1974, com a formação do II Governo provisório, a Descolonização passa a ser o centro da actividade política interna e externa (Correia, 1991). Aliado a uma conjuntura marcada por uma crise política, económica e social, chegam ao território nacional cerca de meio milhão de pessoas, até aí residentes nas colónias (Oliveira, 2008). Apesar dos apoios existentes, estes não foram suficientes, nem chegaram a todos os indivíduos, levando a um aumento das dificuldades de integração. Sem recursos económicos, sem habitação, a ajuda de familiares residentes em Portugal tornou-se uma tábua de segurança proporcionando, em alguns casos, algum conforto económico. A integração dos apelidados «retornados» tornou-se, escassos anos após a sua chegada, num caso surpreendente. À desconfiança inicial, hostilidade com que foram recebidos pelos portugueses residentes, suceder-se-ia a aceitação e convivência mútuas (Dacosta, 1993). Segundo Dacosta (1993), o exemplo que deram de trabalho, iniciativa, interajuda, perseverança, depressa lhes trouxe admiração e respeito. Não são muitos os estudos científicos que se debruçaram sobre esta problemática. Por esta razão e por a grande maioria estudos existentes, não realçarem os seus principais intervenientes: os «retornados», foi propósito desta investigação que aqui se apresenta, contribuir para a compreensão deste fenómeno, tendo como objectivo a construção de um guião de entrevista semi-estruturada com vista ao estudo futuro do “*Risco e Resiliência face à guerra colonial na perspectiva dos retornados*”, visando as trajectórias de vida dos «retornados» e as estratégias de *coping* utilizadas em três momentos chave: a experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem.

A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Melhores condições salariais, progressão na carreira e consequentemente melhores condições de vida foram o “motor” para a partida de milhares de portugueses para as colónias (Oliveira, 2008). Os migrantes eram assim sujeitos a fortes triagens na metrópole com o intuito de “*adequar as partidas às necessidades políticas, económicas e sociais da administração colonial*” contribuindo para um aumento das “*probabilidades de êxito económico*” (Oliveira, 2008, p.5).. Por outro lado, estes migrantes usufruíram dos laços de solidariedade característicos de pessoas de origem metropolitana, residentes nas sociedades coloniais. Em Junho de 75 dá-se o grande êxodo angolano, após os incidentes com o MPLA e o FNLA. Segundo Oliveira (2008), perante os acontecimentos vertiginosos, a maioria dos antigos residentes nas colónias deixaram-se sucumbir ao conflito dissolvendo-se em soluções individuais, de tal forma que só se terão apercebido da gravidade da situação já perto das datas marcadas para as independências. A maioria dos portugueses procuraram, antes de tudo, pôr a salvo a família para então tentarem precaver uma parcela dos bens materiais. Em alguns casos, conseguiram trazer algum património correndo algum risco de vida.

Segundo os dados do censo de 1981, do Instituto Nacional de Estatística, retornaram a Portugal 505 079 pessoas, sendo 309 058 provenientes de Angola e 164 065 de Moçambique.

Ocorriam na sociedade portuguesa inúmeras transformações e reajustamentos de carácter económico e cultural que favoreceram a integração profissional dos retornados e que proporcionaram um clima de relativa abertura face a novos valores e produtos culturais (Pires, s/d, cit. in Pinto e Faria, 1996). Os “retornados” inseridos numa sociedade mais moderna e aberta como África, em que não lhes era vedada a mobilidade social, regressaram com uma mentalidade empreendedora e arrojada, não diferenciada daqueles que emigraram para outros países, mas foram estes os únicos a regressar em idade activa. Na fase imediata ao retorno, embora assumissem actividades profissionais que não exigiam qualquer tipo de qualificação profissional ou especialização, depressa evoluíram para situações mais estáveis e valorizadas socialmente. Tudo isto foi possível porque estas pessoas moldaram-se, suficientemente, à sociedade portuguesa (Oliveira, 2008).

Devido a várias pressões, procederam-se à criação de algumas Instituições, que aliadas à Cruz Vermelha Portuguesa e ao Ministério da Coordenação Interterritorial, levariam a cabo a tarefa de acolhimento e reintegração dos “retornados” do ultramar. Perante o fenómeno de Descolonização, competia aos órgãos de poder instituídos a função de proporcionar os meios necessários à integração social e económica de meio milhão de “retornados” das ex-colónias, para assim minimizar os atritos sociais que daí pudessem advir. Para muitos “retornados”, o regresso incluiu uma nova redistribuição dos estatutos e dos papéis sociais. Muitos “*vieram directamente do topo das hierarquias sociais das sociedades coloniais para as bases da sociedade metropolitana*” (Oliveira, 2008, p.13), passando de pessoas com largos recursos económicos e com determinados privilégios para pessoas que dependeram de ajudas.

Apesar dos incidentes pontuais com a população residente, segundo Oliveira (2008, p.14), estes foram ultrapassados “*com o brio de quem tem a consciência que as suas atitudes profissionais e sociais contribuíram para desmistificar os rótulos depreciativos*”.

MÉTODO:

A amostra deste estudo foi seleccionada aleatoriamente através de contactos de conveniência, sendo composta por sete “retornados” das ex-colónias portuguesas (Angola e Moçambique) que regressaram a Portugal entre os anos de 1974 e 1977 e que residem à data na região do Grande Porto. O tipo de estudo desenvolvido nesta investigação, tem as características dos estudos qualitativos, descritivos e retrospectivos, com a finalidade de construir um guião de entrevista semi-estruturado para a futura investigação sob o tema “*Risco e Resiliência face à Guerra Colonial Portuguesa - uma perspectiva dos retornados*”. O tipo de metodologia é qualitativa pois pretende-se com este estudo analisar, examinar e descrever as trajectórias de vida dos “retornados” e as estratégias de *coping* utilizadas. É um estudo retrospectivo dado que os factos estudados remontam ao passado das pessoas. Insere-se no desenho observacional-descritivo transversal, ao descrever as características de uma determinada população (“retornados”) ou fenómeno (Resiliência) e estabelecer relação entre estas.

PROCEDIMENTOS:

A amostra foi recolhida através de contactos de conveniência. Num primeiro momento, os participantes foram contactados de forma a ser-lhes explicado o objectivo do estudo, sendo-lhes pedido o seu consentimento informado. Tendo o consentimento informado por parte dos participantes, procedeu-se às entrevistas de carácter individual. As entrevistas foram iniciadas com a referência aos três momentos chave para a investigação através do texto construído: “*Gostaria que me falasse sobre a sua ida para África, em que situação ocorreu, como foi a sua adaptação e vivência em África e como foi seu regresso e posterior adaptação a Portugal*”. De forma a recolher o máximo de dados, foram realizadas algumas perguntas ao longo da entrevista dependendo da pertinência da informação para o estudo. As entrevistas foram realizadas e gravadas num registo áudio pela investigadora, de forma a proceder-se à posterior transcrição das entrevistas. Para o tratamento de dados recorreu-se à análise de conteúdo, através do programa N-Vivo 8, onde, através das trajectórias de vida, foi possível obter categorias similares entre os vários entrevistados.

RESULTADOS:

A amostra em estudo era constituída por sete denominados “retornados” de Angola ou Moçambique, residentes à data na área do Grande Porto. A colheita de dados foi realizada através de uma entrevista semi-aberta e gravadas num registo áudio para posterior transcrição das mesmas. Após a transcrição, deu-se início à análise dos dados com auxílio do N-Vivo 8, onde obtivemos as várias categorias das trajectórias de vida semelhantes aos vários entrevistados.

De seguida apresentam-se as categorias determinadas através das trajectórias de vida dos “retornados” :

TABELA 1- CATEGORIAS DAS TRAJECTÓRIAS DE VIDA DOS “RETORNADOS”

Categorias	Referências
Motivações económicas para a migração	<i>“Em termos de trabalho que era uma condição que cá, eu entendia, embora, pronto, na metrópole não ter realmente, não ter uma vida digna, avancei para lá nessa data”</i> (Entrevistado nº 4)
Viagem para África	
Entrada no país através de «Carta chamada»	<i>“Quando fui para África fui com carta chamada do meu cunhado, de uma pessoa de família”</i> (Entrevistado nº1)
Migração do agregado familiar: inicialmente o marido	<i>“Ele foi, ele devia ter ido em Setembro ou Outubro que ele foi, e eu fui em Janeiro, ele arranhou lá dinheiro, ele é que foi lá arranjar dinheiro e comprou as passagens para mim. Eu depois fui lá ter com ele”</i> (Entrevistado nº2)
Adaptação a África	
Adaptação profissional	<i>“Quando cheguei lá ele estava em Quibash, trabalhava num armazém, num armazém tipo mercearia (...) era longe de Luanda, tínhamos que ir em colunas militares ao pra lá e vínhamos em colunas militares pra baixo pra Luanda”</i> (Entrevistado nº2)
Adaptação Social	<i>“Tudo para mim era parvo. Eu não comia batatas, eu não comia arroz eu não comia nada. Ah foi terrível porque eu não comia nada de lá, só depois é que a fome começou a apertar e eu realmente fui obrigada a comer e está tudo bem”</i> (Entrevistado nº3) <i>“Em África adaptei-me bem (...) com muita amizade com o povo de Angola e acho que para mim é uma maravilha de gente”</i> (Entrevistado nº1)
Apoio familiar	<i>“(…) tinha o meu cunhado e uma irmã, que já lá estava, não tive problemas nenhuns”</i> (Entrevistado nº1)
Vivência em África	
Actividade profissional	
- Por conta própria	<i>“Em Luanda fiz três armazéns de café, comecei a fazer café já era conhecido lá no norte pelo café, comecei a fazer cafés para armazenar e para comercializar pelos armazéns. A partir daí já tinha mais uns conhecimentos fundei o melhor colégio de Angola que era o SC, que está lá, está a funcionar, só que já não é nosso não é, perdemos. Montei o maior “cristalante” de Angola que cá não há igual, trabalhavam lá à volta de duzentas pessoas, como tínhamos diversas firmas, como tal trabalhavam mais de quinhentas pessoas nas nossas firmas. Eram firmas médias”</i> (Entrevistado nº1)
- Por conta de	<i>“Ele trabalhava lá, e quando aquilo começou a ficar mais...mal, nós viemos pra Luanda e ele foi</i>

Risco e Resiliência face à Guerra Colonial Portuguesa - uma perspectiva dos retornados.
 Construção de um guião de entrevista.

outrem	<i>arranjar trabalho, não sei se era Petrogal, era qualquer coisa assim. Ele trabalhava na distribuição de gasolina” (Entrevistado nº2)</i>
- Estado	<i>“(…) ele chegou a Luanda no dia 19 e fez 26 anos no dia 20. Chegou lá na véspera dos anos dele. Entrou para a polícia e depois quando veio, continuou na polícia” (Entrevistado nº3)</i>
- Doméstica/ educação dos filhos	<i>“Estive sempre em casa a olhar pela filha, foi o que fiz lá” (Entrevistado nº2)</i>
Duração da permanência em África	<i>“Eu fui em 66 e vim em 74, mas entretanto vim cá ter um filho, estive cá oito meses, se eu ficava nessa altura e que era fina, não fiquei” (Entrevista nº3)</i>
Percepção vivencial em África	<i>“Mas o tempo melhor que eu tive foi lá, trabalhava-se aquele tempo e depois íamos muito para a praia, para Luanda aquilo era bom, o clima é que gostava. Lá não se precisava de usar casacos, era um calçãozito e uns chinelos e era assim que as pessoas andavam todas” (Entrevistado nº2)</i>
Casamento	<i>“Casei com uma mulher da minha terra também, da minha aldeia” (Entrevistado nº1)</i>
Vivência na descolonização	<i>“só que infelizmente depois, quer se dizer, deu-se a independência não é, e precisamente quando se deu a independência eu estava a trabalhar no banco e tivemos que fechar imediatamente o banco e regressarmos todos para casa e a partir daí nunca mais tivemos sossego” (Entrevistado nº5)</i>
Motivações para o regresso	
Medo	<i>“(…) nós, aquela política contra quem tem alguma coisa, ‘tá a perceber, começou a ficar queimada e eu então comecei a ter medo” (Entrevistado nº1)</i>
Perigo de vida	<i>“(…) tivemos de deixar a casa imediatamente, estive oito dias sem ir a minha casa. Viemos com uns amigos que também viviam em Luanda, no centro de Luanda, e tivemos aí oito dias até o meu marido tratar da bagagem, das passagens e tudo e fomos a casa debaixo de tropa, foi debaixo de tropa que nós fomos a casa. Tive imensa pena, um vizinho nosso (...) ouvimos uns berros dos pretos e eles disseram óh D^a F. estão a assaltar as casas, que era assim, eles se vissem armamento em casa eles encontravam a pessoa e matavam-na (...) quando ouvimos isso eu e o meu marido saltamos o muro para as traseiras e fomos esconder numas traseiras é que se não estivesse lá ninguém não nos faziam mal” (Entrevistado nº 5)</i>
Viagem de regresso a Portugal	
Acesso às viagens	<i>“Depois conheci lá uma vizinha que estava casada com um branco e ela arranjou bilhetes, vim eu e a filha e ele ficou” (Entrevistada nº2)</i>
Meio de transporte	
- Avião	<i>“(…) antigamente ainda havia aviação com a Varig com Angola e eu aproveitei. Aproveitei e vi-me aflito, mas estive lá, tinha família e já lá voltei” (Entrevistado nº1)</i>
- Barco	<i>“o meu marido veio de avião e eu vim de barco que era para poder trazer alguma coisa, porque de avião só podia trazer os 20 Kg, não é, o excesso de bagagem era tudo pago, e pronto” (Entrevistado nº 5)</i>
Regresso do agregado familiar: inicialmente mulher e filhos	<i>“(…) quando o meu marido veio à noite eu disse-lhe tu amanhã vais ao aeroporto e marcas-me as passagens pra mim e para os meninos pra eu ir embora, tu não podes ir, ficas, melhor te safas tu sozinho do que eu com quatro filhos, quatro, cinco já nessa altura tinha cinco, e diz ele tens razão, ele foi no outro dia ao aeroporto e tinha lá conhecimentos, e eu vim” (Entrevistado nº 3)</i>
Apoios no regresso	<i>“Não tivemos apoio nenhum, nenhum, nenhum e pró fim nenhum mesmo, ninguém se importava. Estávamos ali encurralados ou ficávamos, não sei se era uma questão política por causa do comunismo” (Entrevistado nº1)</i>
Bens de África	
Bens Materiais	<i>“Deixei uma casa mobilada com tudo o que era bom, deixei tudo, e não trouxe nada. Trouxe os filhos” (Entrevistado nº7)</i>
Dinheiro	<i>“eu trabalhava no X em Angola e eu tinha lá bastante dinheiro, felizmente vivíamos todos muito bem e pedi uma transferência na altura de setecentos contos, que naquele tempo era muito dinheiro, e o banco só me deixou trazer sete contos, deixei lá ficar o dinheiro todo, não o pude trazer. Nem dinheiro, nem valores, nada” (Entrevistado nº 5)</i>
Adaptação a Portugal	
Adaptação profissional	
- Por conta de outrem	<i>“Entretanto cheguei cá e arranjei trabalho onde trabalhava antes, fui pra lá trabalhar. E quando ele veio arranjou trabalho como motorista em V. e depois de V. foi para L. para outra firma” (Entrevistado nº2)</i>
- Por conta própria	<i>“Depois aqui tivemos que começar, começar, pronto, era a coisa mais prática para nós, como também tinha comércio, fui para o comércio, tentei montar um restaurante” (Entrevistado nº1)</i>
- Estado	<i>“Entrou para a polícia e depois quando veio, voltou continuou na polícia” (Entrevistado nº 3)</i>
Adaptação social	<i>“não, a mim nunca me falaram aquela coisa de és retornada, eu não senti muito isso. Como estive lá pouco tempo, como paguei a viagem para ir e para vir, aqui não me deram nada, nunca me chamaram pra nada, nunca me deram apoios pra nada, acho que não senti assim muito. A mim nunca me disseram nada” (Entrevistado nº2)</i> <i>“Saber que, por exemplo, com um filho com vinte e cinco dias, houve muita dificuldade. Eu era vizinho do Hospital Santo António e no entanto chamei uma ambulância para levar o meu filho para o Hospital, ninguém me dizia que o Hospital era já ali, ‘tá-me a entender estas coisas assim. E uma pessoa fica</i>

	<i>“muito magoada com uma coisa assim”</i> (Entrevista nº 6)
Habitação	
- Aluguer	<i>“Aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim”</i> (Entrevistado nº1)
- Familiares	<i>“Depois quando cheguei fui morar pra minha mãe”</i> (Entrevistado nº 2)
- Tomada de assalto	<i>“quando eu soube que estavam aqui as casas do bairro T aqui para assalto e eu vim para o assalto. Assaltei a casa aqui e o meu marido não queria mas eu com os meus filhos assaltamos a casa e aqui ficamos e aqui estamos”</i> (Entrevistado nº 7)
Apoios	
- Amigos	<i>“Fui muito bem apoiado pelo senhorio, ajudou-nos bastante, também cá há muita gente boa não é tudo má”</i> (Entrevistado nº1)
- Familiares	<i>“tenho uma irmã em Lisboa que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim, mas ficou lá, na casa da sogra e eu e os meus filhos viemos pra aqui e depois fomos pra lá e depois regressamos outravez pra aqui, mas, a não ser a família”</i> (Entrevistado nº 3)
- Herança	<i>“O apoio da família foi do meu pai que já não existia que me deixou uma terrazinha para eu vender, algumas terras, ainda lá tenho. Uma terra para vender foi o nosso apoio, não é? Não houve mais apoio nenhum, nem eu nem a minha família, a maior parte dos meus irmãos, nos somos sete e estávamos lá todos, só um é que não estava. Então viemos todos na mesma. Entretanto, como os meus pais já tinham falecido, a minha mãe faleceu quando eu tinha nove anos ou dez e de resto não havia cá mais família”</i> (Entrevistado nº 1)
- Estado	<i>“Nós quando chegamos cá, havia aquela coisa que vinha de fora dos americanos, umas certas comidas e não sei que mais, que muita gente aí aproveitou”</i> (Entrevistado nº1) <i>“Cinco contos nessa altura, uma fatura”</i> (Entrevistado nº 3)
- IARN	<i>“o apoio que recebi a chamada Instituição de apoio ao retornado, ainda recebi. De resto foi trabalhar cá, continuar a vida e pronto”</i> (Entrevistado nº 4) <i>“Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes”</i> (Entrevistado nº1)
Vivência em Portugal após a adaptação	
- Actividade profissional	<i>“(…) comecei a montar mais restaurantes, portanto já tinha umas seis ou sete sócias e ia deixando as lojas a elas, e foi assim que se foi desenvolvendo as coisas, até também tentei educar os filhos, um formou-se o outro não chegou ao fim mas também está mais ou menos bem e eu também agora estou bem”</i> (Entrevistado nº1) <i>“Pronto, o meu marido depois foi para uma firma trabalhar, ganhava dezassete contos e quinhentos naquela altura e eu é que trabalhava sempre na costura, trabalhava na costura e trabalhei muitos anos também na costura. Hoje tenho a minha vida estabelecida, sou reformada, sou viúva, tenho quatro filhos, pronto, já tenho dois netos”</i> (Entrevistada nº 7)
- Habitação	<i>“Pus-me a trabalhar na costura, depois eles legalizaram as casas e eu fiquei aqui, na minha casa com os meus filhos”</i> (Entrevistado nº 7) <i>“Depois quando pude comecei a fazer a casa”</i> (Entrevistado nº2)
Regresso a África após a Descolonização	<i>“eu só não fui para África quando as coisas começaram a melhorar porque a minha idade já não condizia muito para ir para lá, eu nesta altura estou com 76 anos, não é. E os filhos estavam aqui a estudar também, habituei-me a permanecer cá. Não tinha hipótese nenhuma de ir para lá naquela idade, também aqui tinha os meus negócios e ‘tavam a rolar bem, não é”</i> (Entrevistado nº1) <i>“Gostava de voltar e a minha filha gostava de conhecer aquilo de onde nasceu. Ela gostava muito de lá ir, mas é que não temos lá ninguém está tudo para cá. Ah gostava, gostava de ir pra lá viver, mesmo agora, aquilo é muito bom.”</i> (Entrevistado nº 7)

DISCUSSÃO:

O SONHO AFRICANO

A vigência de uma difícil situação económica em Portugal levou a que milhares de portugueses rumassem às colónias, onde as promessas de boas condições socioeconómicas eram aliciantes. Para Oliveira (2008), os grandes impulsionadores para a migração de milhares de portugueses para as ex-colónias foram as melhores condições salariais, a progressão na carreira e melhores condições de vida, aliado ao “mito da fortuna” propagado por muitos migrantes do ultramar, como retratam os entrevistados nº1, 4 e 7.

“Vamos falar um bocadinho disto uma vez que cá não tínhamos hipóteses.” [Entrevista nº1]

“Em termos de trabalho que era uma condição que cá, eu entendia, embora, pronto, na metrópole não ter realmente, não ter uma vida digna, avancei para lá nessa data.” [Entrevista nº4]

“(...) o meu marido foi primeiro para África trabalhar, por causa da vida lá ser melhor (...)”
[Entrevista nº7]

Contudo, até aos anos sessenta, o sonho africano era inexecutável para alguns. A necessidade de apresentar uma “carta de chamada” dificultava a entrada nas colónias para muitos portugueses. Porém, esta “carta de chamada” assegurava a sua inserção social e profissional através da responsabilidade dos familiares residentes nas colónias, proporcionando algum apoio na chegada, de pessoas de origem metropolitana (Oliveira, 2008).

“Naquela altura tínhamos as “cartas de chamadas”, tipo uma carta chamada por um familiar, fui então para o comércio no norte de Angola (...)” [Entrevistado nº1]

A situação económica que se vivia em Portugal aliada à incerteza do futuro africano levou a que muitos portugueses migrassem para África sem o apoio da família nuclear. De acordo com a maioria dos entrevistados, migrava para África primeiramente o marido com o objectivo de reunir condições de vida favoráveis (profissionais, económicas, sociais, habitação, etc.) à vinda do restante agregado familiar.

“Ele foi, ele devia ter ido em Setembro ou Outubro que ele foi, e eu fui em Janeiro, ele arranhou lá dinheiro, ele é que foi lá arranjar dinheiro e comprou as passagens para mim. Eu depois fui lá ter com ele (...)” [Entrevista nº2]

“(...) fui sozinha o meu marido já estava lá(...) levei três filhos e levei dois irmãos menores.”
[Entrevista nº3]

“A minha da pra lá, eu fui pra lá solteira, o meu pai estava lá, não é, e eu fui pra lá com o meu pai e com a minha mãe e com a minha irmã (...)” [Entrevista nº5]

“(...) o meu marido foi primeiro para África trabalhar, por causa da vida lá ser melhor.”
[Entrevista nº7]

À chegada às colónias, a existência de apoio de amigos e familiares facilitaram a sua integração. Familiares próximos e amigos da sua terra natal fomentaram o clima de solidariedade e de ajuda que se vivia entre os indivíduos de origem metropolitana que residiam nas colónias (Oliveira, 2008). Deste apoio, usufruíram alguns dos entrevistados, como é o caso do entrevistado nº1:

“(...) tinha, eu fui por uma, antigamente havia a carta de chamada e, pois tinha, tinha o meu cunhado e uma irmã, que já lá estava, não tive problemas nenhuns” [Entrevista nº1]

Com a inserção no mercado de trabalho dá-se o impulso para a adaptação ao país e a primeira etapa do objectivo da migração, aos seus olhos, vê-se cumprida. Tendencialmente, estes primeiros empregos advinham da influência da pessoa que o “mandou ir”, já que era da sua responsabilidade a sua inserção socioeconómica. Deste modo, eram fortes as probabilidades de sucesso económico (Oliveira, 2008). Inicialmente, a grande maioria, exerceu funções por conta de outrem, como retrata o entrevistado nº2.

“Quando cheguei lá ele estava em Quibash, trabalhava num armazém, num armazém tipo mercearia era uma coisa que fornecia aquilo tudo, era longe de Luanda, tínhamos que ir em colunas militares ao para lá e vínhamos em colunas militares para baixo para Luanda.”
[Entrevista nº2]

A mudança para outro país implica um confronto com uma nova cultura, um espaço físico diferenciado e, neste caso em particular, com um clima distinto do da terra natal. Estas foram as três nuances acentuadas pelos entrevistados, como comprovam o entrevistado nº 2.

“(...) quando cheguei lá a minha adaptação foi difícil devido ao clima, eu achava que não tinha ar, que as coisas não eram boas, que tudo o que levava daqui não prestava e ia grávida de sete meses. Entretanto a minha filha nasceu e fui-me já habituando ao clima de lá e adaptei-me bem e depois estive lá (...) Era frio, aqui era frio, eu ia de casaco comprido de fazenda, camisola de gola alta, as pessoas diziam que aquilo era quente, a gente imagina o quente daqui, mas lá aquele calor sem ar, para mim era um calor sem ar e depois uma coisa que me fazia confusão é que não conseguia andar lá de chinelos, com a terra vermelha, arrepiava-me tinha de andar de sapatos. Depois a casa não tinha nada, só tinha a cama e a mesa-de-cabeceira, quando fiquei melhor, quando passou aqueles dias peguei numa mangueira e comecei a lavar as paredes. E depois aí já fiquei melhor, porque as pessoas aqui diziam olha que é isto, e tem bicho e não sei quê. As frentes eram madeiras cruzadas para entrar o ar e aquilo fazia-me confusão, peguei numa mangueira grande liguei a água lavei as paredes todas, a água saía toda pela frente, a casa já ficou mais, já me sentia ali melhor, mas o pior da adaptação foi isso.” [Entrevista nº2]

Após o período inicial de adaptação, a motivação para progredir economicamente, levou a que muitos portugueses optassem por estabelecer-se por conta própria, sobretudo em áreas ligadas ao comércio e indústria (Oliveira, 2008). O rápido desenvolvimento da sociedade ligado ao grande número de habitantes levou a uma qualificação e profissionalização das empresas a que os portugueses aderiram em massa. Isto levou a uma modernização das colónias, sobretudo ao nível da qualidade de vida, que depressa superou a metrópole (Oliveira, 2008).

“Aquilo era uma terra de café, funcionava muito com o mestre do café, mais tarde aquela vida já era pequena para mim, fui então para Luanda. Em Luanda fiz três armazéns de café, comecei a fazer café, já era conhecido lá no norte pelo café, comecei a fazer cafés para armazenar e para comercializar pelos armazéns. A partir daí já tinha mais uns conhecimentos fundei o melhor colégio de Angola que era o SC, que está lá, está a funcionar, só que já não é nosso não é, perdemos. Montei o maior “cristalante” de Angola que cá não há igual, trabalhavam lá à volta de duzentas pessoas, como tínhamos diversas firmas, como tal trabalhavam mais de quinhentas pessoas nas nossas firmas. Eram firmas médias (...) Entretanto, pronto fomo-nos desenvolvendo lá enquanto podíamos, tendo em vista outras coisas, por exemplo ter uma suinicultura tipo industrial quase, uma suinicultura muito grande, tínhamos sempre entre os três e os quatro mil porcos, nem sei, tínhamos sempre aquilo a funcionar, nunca tivemos problemas com testes nem com nada, ‘tava tudo muito bem feito, muito bem organizado, com técnicos (...)” [Entrevista nº1]

Relativamente aos funcionários públicos, que auxiliaram na manutenção da soberania portuguesa, estes mantinham um alto estatuto ao nível social, usufruindo de elevados padrões de qualidade de vida.

“O meu pai tinha uma posição social muito boa em Luanda, o meu pai era funcionário dos correios, eu trabalhava no banco, o meu marido tinha uma fábrica de móveis, e vivíamos muitíssimo bem (...) Nessa altura estávamos muito bem, o meu pai vivia muito bem.” [Entrevista nº5]

Uma vez que o regresso definitivo a Portugal, na maioria dos casos, não estava nos projectos a curto ou médio prazo, muitos portugueses residentes nas colónias investiram no território de acolhimento todo o capital acumulado, o que se repercutiu na sociedade, sobretudo nas experiências de vida, no consumismo e no lazer (Oliveira, 2008). Assim,

é habitual no discurso dos “retornados” a descrição de uma terra como sendo sua.

“Só tenho boas recordações de África, só deixei o dinheiro lá, de maneiras que, já não estou em idade de ir para África, porque agora já não tem sentido nenhum” [Entrevista nº1]

“(…) Mas tenho mais saudades de lá do que daqui, aqui é muito complicado, foi difícil, claro que foi (…)” [Entrevista nº2]

“(…) a vida como em Luanda acho que ninguém fazia, porque Luanda é uma cidade espectacular, é lindíssimo.” [Entrevista nº5]

A solidariedade e a cumplicidade que uniam os portugueses residentes no ultramar contribuíram para a manutenção da ligação com Portugal. As raízes portuguesas não foram alienadas, verificando-se um empreendimento na conservação dos seus laços afectivos e sociais. A escolha do parceiro, retrata este facto, na medida em que havia uma predisposição para a escolha de um parceiro de origem portuguesa, como reflectem o entrevistado nº1 e 7:

“Casei com uma mulher da minha terra também, da minha aldeia (…) casei lá em Angola.” [Entrevista nº1]

“Eu depois lá conheci o meu marido, depois casei-me lá (…)” [Entrevista nº7]

A DESCOLONIZAÇÃO

A descolonização trouxe a vários migrantes coloniais a insegurança e o medo. A situação política que se vivia na altura despertou os movimentos militares e os colonos foram imersos nos conflitos. Alheados no seu trabalho e na família, muitos foram os portugueses que viram este conflito como uma realidade distante. No entanto, quando a descolonização chegou ao seu auge, era já tarde para salvaguardar os seus bens materiais, ficando como primeiro objectivo colocar a família a salvo (Oliveira, 2008).

“(…) só que infelizmente depois, quer se dizer, deu-se a independência não é, e precisamente quando se deu a independência eu estava a trabalhar no banco e tivemos que fechar imediatamente o banco e regressarmos todos para casa e a partir daí nunca mais tivemos sossego. Tive que deixar a minha casa, a minha mãe veio embora com a minha filha e com o meu irmão pequenino que tem a mesma idade que a minha filha, na altura era pequenino, agora já é grande. E pronto, vieram pra cá, e eu como era funcionária do banco não podia deixar assim de momento, pedi umas férias sem vencimento e vim para Portugal.” [Entrevista nº5]

O que antes era um país próspero rapidamente passou a ser sinónimo de risco de vida e medo levando a que milhares de portugueses ponderassem o seu regresso. As situações de risco e o medo a que foram acometidos foram os contributos para que a decisão de regresso a Portugal fosse mais célere.

“Estávamos ali encurralados ou ficávamos, não sei se era uma questão política por causa do comunismo ou ficávamos ou morríamos, não tínhamos hipótese nenhuma de nos safar. Lá conseguimos, por um lado morreu muita gente, uns por um lado outros por outro mas lá nos conseguimos safar. Entretanto, entretanto, fomos esperando a ver se poderíamos ainda conseguir alguma coisa, mas como a guerra lá entre eles, entre os negros acelerou, tivemos que deixar de pensar no que lá tínhamos, não tínhamos hipótese. (…) A gente começou a aperceber-se que realmente estávamos muito mal, que não havia hipótese nenhuma, eu ouvi também muitas coisas, que o Mário Soares nos atirava para o mar e não sei que mais. (…) E então tive medo, já o meu sócio que já ‘tava cá, disse-lhe não venhas, que isto está perigoso aqui, comecei a pensar não venhas que isto está muito mal vamos perder tudo, salvamos a vida, que aqui ‘tá

tudo contra nós agora, foi a sorte do meu sócio, porque estava tudo contra o colonialismo que éramos nós, os colonialistas.” [Entrevista nº1]

Com o desenrolar da situação política e social, o regresso era inevitável. No entanto, a debandada de milhares de pessoas no aeroporto de Angola e Moçambique dificultou o acesso às viagens de regresso, conduzindo centenas de pessoas a pernoitarem durante vários dias no aeroporto à espera que a sua vez chegasse.

“Depois ao fim de cinco anos, em 1974, tivemos que regressar. (...) Tínhamos passagens marcadas pelo Huambo, pela TAG, tínhamos as passagens marcadas, mas depois viemos pelos voos fretados, viemos pela TAP em auxílio de doentes, que não eram bem doentes mas que foi assim que se arranjou e viemos para Portugal.” [Entrevista nº7]

Como regressar à metrópole, devido ao afluxo de pessoas, se tornou um processo demorado e instável, alguns portugueses optaram por comprar viagens rumo ao Brasil, para então depois regressar a Portugal (Pinto e Faria, 1996).

“Depois fugimos para o Brasil, foi a única hipótese naquela altura, não havia aviões para cá, fizemos ainda diversas manifestações, fomos a Nova Lisboa fizemos manifestações a forçar o Costa Gomes, que era naquela altura o Presidente para deixarem os Americanos irem buscar os Portugueses que ‘tavam a matá-los lá no aeroporto, não tinham os transportes para fugir, de maneiras que lá depois se convenceu a dar essa autorização e então salvou-se muita gente, senão tinha morrido muita gente de Portugal.” [Entrevista nº1]

No meio da agitação de um regresso iminente e ameaçador, poucos conseguiram trazer os seus bens materiais acumulados em vidas de trabalho. Os aviões fretados pela TAP, eram insuficientes para o número de passageiros como também para as mercadorias, sendo que aqueles que conseguiram salvaguardar alguns bens, conseguiram-no, com alguma dificuldade, através das viagens de barco.

“(...) o meu marido veio de avião e eu vim de barco que era para poder trazer alguma coisa, porque de avião só podia trazer os 20 kg, não é, o excesso de bagagem era tudo pago, e pronto” [Entrevista nº5]

De um modo geral, os portugueses procuraram antes de tudo colocar a família em segurança, optando muitas vezes por enviar num primeiro momento os filhos e as esposas (Oliveira, 2008). Os entrevistados nº 2, 3 e 5 referem que os filhos e a esposa regressaram primeiramente, enquanto os entrevistados nº 1,6 e 7 regressaram juntamente com o seu agregado familiar.

“Depois conheci lá uma vizinha que estava casada com um branco e ela arranjou bilhetes, vim eu e a filha e ele ficou. Ficou, já não me lembro bem mas ele deve ter vindo para ai em Março, eu vim em Novembro ele deve ter vindo para ai em Março.” [Entrevista nº2]

“O meu regresso foi muito simples, o meu marido estava de piquete e eu de repente, houve lá umas escaramuças com o FNLA e o MPLA, e quando o meu marido veio à noite eu disse-lhe tu amanhã vais ao aeroporto e marcas-me as passagens para mim e para os meninos para eu ir embora, tu não podes ir ficas, melhor te safas tu sozinho do que eu com quatro filhos, (...) e diz ele tens razão, ele foi no outro dia ao aeroporto e tinha lá conhecimentos, e eu vim.” [Entrevista nº3]

“Tive que deixar a minha casa, a minha mãe veio embora com a minha filha e com o meu irmão pequenino que tem a mesma idade que a minha filha, (...) vieram para cá, e eu como era funcionária do banco não podia deixar assim de momento, pedi umas férias sem vencimento e vim para Portugal. Portanto o meu marido ficou lá” [Entrevista nº5]

A resistência de alguns homens em permanecer nas colónias recaía sobre a tentativa de conseguir salvaguardar os seus bens, no entanto, esta tentativa foi, na sua grande maioria, infrutífera.

“Portanto o meu marido ficou lá, depois voltei e o meu pai foi connosco, tivemos lá para ver se conseguíamos trazer alguma coisa, mas não conseguimos trazer nada. Eu por acaso ainda consegui trazer o meu carro. Tive uma noite inteira no cais para conseguir trazer o meu carro e alguma coisa, um caixote, mas pronto.” [Entrevista nº5]

O risco de vida sentido por milhares de portugueses aliado à perda dos bens materiais de anos de trabalho apinhou todo este processo de Descolonização de uma grande carga dramática.

“Entretanto ficaram milhares e milhares de toneladas de café num armazém, tinha muitos clientes que colocavam o café lá no armazém e inclusivamente nós. Isso ficou tudo perdido quando voltamos (...) Perdi tudo, perdi, mas está a ser tudo utilizado, pelo povo de lá (...)” [Entrevista nº1]

“(...) sem nada. Mesmo nada. Trazia uma malita com uma roupa mas não trazia mais nada. Eu ainda trouxe roupa, também não trouxe mais nada, eram só roupas, praticamente era o que levei e trouxe a miúda que fui com ela na barriga e vim com ela já a andar.” [Entrevista nº2]

Da mesma forma, não foi possível resgatar o dinheiro que possuíam em África, o que causou maior dependência económica à chegada a Portugal.

“Eu trazia dinheiro meu de lá de Angola e depois aqui já não me recordo como fui cambiar, sei que cambiaram e foram sete contos e quinhentos e depois o resto que ficou não valeu de nada. Também me lembro de ter lá uma conta aberta em nome da minha filha e ficou tudo lá, nem isso chegamos, o que tínhamos ficou tudo.” [Entrevista nº2]

“(...) inclusivamente eu trabalhava no X em Angola e eu tinha lá bastante dinheiro, felizmente vivíamos todos muito bem e pedi uma transferência na altura de setecentos contos, que naquele tempo era muito dinheiro, e o banco só me deixou trazer sete contos, deixei lá ficar o dinheiro todo, não o pude trazer. Nem dinheiro, nem valores, nada.” [Entrevista nº5]

O RETORNO

Portugal na década de setenta vivia submergido numa ditadura, em que a informação sobre as colónias era controlada. Os “retornados” eram sinónimos de escravatura e de exploração do povo Angolano, por isso, à chegada a Portugal, depararam-se com um clima de hostilidade e de desresponsabilização por parte do Estado (Pinto e Faria, 1996). Por isso, além das dificuldades económicas que estavam a passar, os “retornados” depararam-se com comportamentos de retractação e de afastamento.

“Muitas pessoas daqui não souberam avaliar o que era ter a nossa casa, o nosso emprego, a nossa vida por lá e de um dia para outro termos que abandonar tudo. (...)” [Entrevistado nº5]

Consequentemente, estes comportamentos dificultaram a integração social e profissional na sociedade portuguesa.

“(...) além de termos sido mal recebidos. Chegava-se ao ponto de as mães assustarem os filhos para se portarem bem, se não se portassem bem chamavam o retornado.” [Entrevista nº1]

“Aqui, a minha reintegração aqui, foi muito complicada (...) Quanto aos retornados, houve essa parte, que era quase como um insulto surdo sabe, foi o que mais me custou, de resto. A gente trabalhando não é, a gente vai trabalhando, mas olhe que 75 já lá foi há muito tempo mas

ainda tem marcas, percebe. E muitas pessoas que num pequeno ziguezague ainda apontam o dedo (...) Saber que, por exemplo, com um filho com vinte e cinco dias, houve muita dificuldade. Eu era vizinho do Hospital Santo António e no entanto chamei uma ambulância para levar o meu filho para o Hospital, ninguém me dizia que o Hospital era já ali, 'tá-me a entender estas coisas assim. E uma pessoa fica muito magoada com uma coisa assim' [Entrevista nº6]

"Tivemos uma adaptação má, mau ao princípio porque já se sabe" [Entrevista nº7]

Com a chegada fulgurante de milhares de "retornados" a Portugal, o Governo teve a necessidade de criar instituições de ajuda e acolhimento ao "retornado". A forma como ocorreu a descolonização, que deixou milhares sem retaguarda económica e familiar em Portugal, tornou estas instituições de fulcral importância (Pinto & Faria, 1996). A existência de familiares em território nacional constituiu-se numa mais-valia, na medida em que proporcionaram algum apoio sobretudo nos bens essenciais e na habitação.

" (...) tenho uma irmã em Lisboa que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim, mas ficou lá, na casa da sogra, e eu e os meus filhos viemos para aqui e depois fomos para lá e depois regressamos outra vez para aqui, mas, a não ser a família." [Entrevista nº3]

No entanto, muitos "retornados" não tinham familiares residentes na metrópole ou encontravam-se em igual situação. Assim, a sua estabilidade via-se dificultada pela inexistência de retaguarda familiar, bem como pela demora na atribuição dos subsídios de ajuda do Governo.

" (...) o apoio da família foi do meu pai que já não existia que me deixou uma terrazinha para eu vender, algumas terras, ainda lá tenho. Uma terra para vender foi o nosso apoio, não é? Não houve mais apoio nenhum, nem eu nem a minha família, a maior parte dos meus irmãos, nos somos sete e estávamos lá todos, só um é que não estava. Então viemos todos na mesma. Entretanto, como os meus pais já tinham falecido, a minha mãe faleceu quando eu tinha nove anos ou dez e de resto não havia cá mais família." [Entrevista n1]

Os amigos residentes em Portugal ou amigos "retornados", segundo os entrevistados, tornaram-se de igual forma, uma fonte de segurança e de entreaajuda.

" (...) aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim (...) apareceu-me o meu fornecedor de frios de Angola, mas também estava como eu não tinha dinheiro, ele disse você veja lá o que pode fazer porque eu não tenho dinheiro e não sei que mais, e eu mas então deixe 'tar eu primeiro vou alugar isto aqui. Entretanto, veio o dinheiro e fui chamar o gajo e então ajudei também aqui, emprestei-lhe dinheiro também para comprar uma carrinha. Ao mesmo tempo que ele foi para mim também fui para ele." [Entrevista nº1]

A atribuição de subsídios do Estado, sobretudo através do IARN (Instituto de Apoio ao Retornado Nacional), foi o grande responsável pela subsistência e posteriormente pela criação de condições profissionais e económicas aos "retornados".

" (...) ainda recebi, o apoio que recebi a chamada Instituição de apoio ao retornado, ainda recebi. De resto foi trabalhar cá, continuar a vida e pronto." [Entrevista nº4]

"Recebi apoios através do IARN, que era o organismo de apoio, que estava na altura a apoiar. Recebi aquilo que eles me deram, mas aquilo que eu pedi não me deram (...) deram-me o essencial para ir vivendo" [Entrevista nº6]

“ (...) tive o IARN, mas tive muita pouca coisa. Eu pedi uma máquina de costura e não me deram.” [Entrevista nº7]

No entanto, os apoios prestados, para a grande maioria dos entrevistados, não foram suficientes para o recomeçar de uma nova vida. A dificuldade em obter os subsídios, a morosidade e os baixos valores dos subsídios, fizeram com que alguns “retornados” abdicassem destes.

“aqui não me deram nada, nunca me chamaram para nada, nunca me deram apoios para nada (...) para mim quem teve mais apoios foram aqueles que não tinham cá ninguém, percebe, que vieram sem ninguém, não tinham famílias, porque geralmente a família ajuda um bocadinho, porque quem não tinha ninguém, era complicado. Aí eu penso que sim, foi complicado” [Entrevista nº2]

“(…) Cinco contos nessa altura, uma fatura.” [Entrevista nº3]

Por outro lado, verifica-se um investimento na componente profissional. A utilização de empréstimos do IARN para fins profissionais tornou-se a alavanca para o recomeço da vida profissional.

“Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes” [Entrevista nº1]

Os “retornados”, principalmente os “não funcionários públicos (uma vez que os funcionários públicos através do Quadro Geral de Adidos foram rapidamente integrados no aparelho burocrático do Estado), encontraram algumas dificuldades na sua integração profissional (Oliveira, 2008). As dificuldades económicas que estavam a passar (principalmente os que não conseguiram colocar os seus bens a salvo) associado à hostilidade da sociedade portuguesa, criaram barreiras à adaptação profissional. No entanto, habituados a uma sociedade em crescimento e ao espírito de *saber-fazer* devido à sua experiência profissional e pessoal em África facilitaram a sua integração num mercado de trabalho em processo de modernização (Oliveira, 2008). As entrevistas realizadas ilustram as novas competências técnicas e profissionais que estas pessoas trouxeram para Portugal. O entrevistado nº 6 retrata este facto, em que através das competências adquiridas em África, juntamente com a sua capacidade de empreendimento, lançou-se no mercado de trabalho por conta própria, apostando nas técnicas avançadas que adquiriram nas colónias.

“Tínhamos um espaço ou arranjam os um espaço que estava abandonado, fizemos dele um espaço de trabalho, trabalhamos, eu era fotografo e também fiz fotojornalismo, fazia para jornais, para diários, na altura. Aqui já em Portugal, fiz trabalhos de fotografia e videoreportagem, fiz fotopublicidade. (...) Na altura trabalhava-se de outra maneira, trabalhava-se muito com o slide e ainda fiz muita propaganda que circulou ai nos, em vários carros (palavras imperceptíveis). Acho que não viemos ocupar os espaço de ninguém, vim ocupar um espaço que estava vago, e mais aquele sitio, (...), portanto nós fizemos isso, foi uma luta.” [Entrevista nº6]

Obviamente, que iniciar uma qualquer actividade económica por conta própria era difícil para todos aqueles que não dispusessem do capital inicial. Por isso, um grande número de pessoas, tiveram como opção trabalhar por conta doutrem, sobretudo em áreas profissionais distintas das de África, como é o caso do entrevistado nº2 e 7.

“ (...) depois arranhou para motorista para uma casa de móveis, depois lá foi para L. para outra fábrica de móveis, aí trabalhou como um desgraçado. Depois aí, ainda tinha que lhe dar dinheiro para o gasóleo porque aquilo, foi uma coisa muito grande mas veio tudo abaixo.” [Entrevistada nº2]

A família foi um grande contributo para a adaptação dos “retornados”, não só pelos vínculos familiares que os uniam como também pela tentativa de desresponsabilização por parte do Estado, ao delegar nas famílias residentes a responsabilidade de acolher a população retornada (Pinto e Faria, 1998). De facto, através das entrevistas realizadas, constata-se que à chegada e no período inicial de adaptação, as famílias cederam as suas casas.

“ (...) estive a viver na casa da minha mãe alguns anos ” [Entrevistado nº2]

Por outro lado, a família retornada tornou-se também um dos principais apoios. Para além do apoio económico, estas famílias serviram de *“local privilegiado de refúgio entre iguais”* (Pinto e Faria, 1996). Assim, a fixação dos “retornados” esteve ligada grandemente à zona de residência dos elementos familiares que chegaram anteriormente a Portugal. Segundo Pinto e Faria (1996, p.106), este facto *“poderá estar na origem de uma forte coesão de grupo e da construção de uma identidade de retornado”*.

“Aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim.” [Entrevistado nº1]

“(...) tenho uma irmã em Lisboa, que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim ” [Entrevistada nº3]

Com o regresso maciço de milhares de pessoas sem recursos económicos, deu-se uma vaga da chamada “tomada de assalto”. Prédios em construção ou abandonados foram ocupados por “retornados”, como ilustra o entrevistado nº 7.

“ (...) quando eu soube que estavam aqui as casas do bairro ST aqui para assalto e eu vim para o assalto. Assaltei a casa aqui e o meu marido não queria mas eu com os meus filhos assaltamos a casa e aqui ficamos e aqui estamos.” [Entrevistado nº7]

O PÓS-ADAPTAÇÃO

O regresso repentino a Portugal implicou uma redistribuição dos papéis sociais e familiares (Oliveira, 2008). Privados do nível de vida e das oportunidades que usufruíam nas colónias, estas pessoas lutaram pela sua reintegração social e estabilidade económica. Progrediram gradualmente ao nível económico e demonstraram uma mentalidade empreendedora, de pessoas arrojadas com espírito de luta.

“ (...) comecei a montar mais restaurantes, portanto já tinha umas seis ou sete sócias e ia deixando as lojas a elas, e foi assim que se foi desenvolvendo as coisas (...) eu também agora estou bem.” [Entrevistado nº1]

“(...) ele depois arranhou para motorista para uma casa de móveis, depois lá foi para L. para outra fábrica de móveis (...) e depois começou isto, na fábrica de sofás ” [Entrevista nº2]

Apesar do processo de integração social e profissional não ter sido simples, a grande parte destas pessoas consideram-se integradas na sociedade portuguesa. Prevê-se que as suas atitudes profissionais e sociais contribuirão para desmistificar os rótulos depreciativos que lhes estavam associados (Oliveira, 2008). Por outro lado, os

incidentes que opuseram estas pessoas à população residente parecem ter sido superados.

“Regressamos cá e aqui, ao chegar aqui, quer dizer fomos bem recebidos por uns e mal recebidos por outros, havia aquela coisa se vocês não viessem nós ‘tavamos melhor e pronto. Mas felizmente superamos tudo e renovamos aqui a nossa vida. “ [Entrevista nº5]

RISCO E RESILIÊNCIA

Muitas situações traumáticas ocorreram neste período da nossa história. No entanto, apesar de correrem risco de vida, da destruição de todo um império construído ao longo de vários anos, das dificuldades económicas que passaram à chegada a Portugal, estas pessoas conseguiram adaptar-se apesar das circunstâncias adversas, dos traumatismos e dos acontecimentos stressantes (Anaut, 2005). Assim, o factor de vulnerabilidade ligado ao ambiente (predisposição psicossocial) está presente devido a factores externos ameaçadores (pressão política e social, ataques, regresso compulsivo). Esta vulnerabilidade é verificada tanto nas colónias como à chegada a Portugal.

[Em África] “ (...) aquela politica contra quem tem alguma coisa, ‘tá a perceber, começou a ficar queimada e eu então comecei a ter medo, nós tínhamos muita gente a trabalhar com a gente e quem nos quer mal nem quer saber se a gente tem um coração bom ou mau, mas é para matar porque é colonialista, não é. E então tive medo (...) salvamos a vida, que aqui ‘tá tudo contra nós agora, foi a sorte do meu sócio, porque estava tudo contra o colonialismo que éramos nós, os colonialistas (...) A gente começou a aperceber-se que realmente estávamos muito mal, que não havia hipótese nenhuma, eu ouvi também muitas coisas, que o Mário Soares nos atirava para o mar e não sei que mais” [Entrevistado nº1]

[Em Portugal] “ (...) fui perseguido e meteram-se à minha frente, eu na altura tinha um Mercedes lá, eu ia com um senhor e pensei vou esperar ali e mais a frente ao subir encostei e parei o carro. Eu tinha uma matrícula de Angola e os gajos sabiam, então vinha ali, eles passavam e não me deixavam andar (...) Então comecei a encostar o carro, o carro, o carro e os gajos começam a gritar lá dentro do carro, eram rapazes novos, gritavam, gritavam, gritavam. Encostei mas eles fugiram por ai abaixo, eu encostei o carro (...) era uma revolta enorme” [Entrevistado nº1]

Os “retornados” viram o seu grau de vulnerabilidade aumentar devido à exposição a factores de risco ligados à configuração familiar e a factores socioambientais (Garmezy, 1991, cit. in. Anaut, 2005). Com o deteriorar da situação sociopolítica das colónias, a prioridade para estas pessoas foi a de colocar em segurança os seus familiares.. Assim, perante este cenário dramático, tentaram a todo o custo levar as suas famílias para um local seguro, que na maior parte dos casos, colmatou no regresso a Portugal do agregado familiar.

“(...) tivemos de deixar a casa imediatamente, estive oito dias sem ir a minha casa (...) até o meu marido tratar da bagagem, das passagens e tudo e fomos a casa debaixo de tropa, foi debaixo de tropa que nós fomos a casa. Tive imensa pena, um vizinho nosso, olhe que eu saltei de minha casa, eram três horas da tarde, eu estava em casa, eu e o meu marido, já tinha mandado a minha filha pra cá e ouvimos uns berros dos pretos e eles disseram oh F. estão a assaltar as casas, (...) eles se vissem armamento em casa eles encontravam a pessoa e matavam-na e o meu pai era caçador, (...) tinha muita manutenção em casa, e quer dizer quando ouvimos isso eu e o meu marido saltamos o muro para as traseiras e fomos esconder numas traseiras é que se não estivesse lá ninguém não nos faziam mal. Mas felizmente não, passaram a nossa casa, e foram roubar um vizinho nosso que também tinha uma pistola em casa e eles levaram-no pela rua abaixo, sabe como quem leva Cristo no meio daqueles todos,

pronto era ele a gritar, levaram-no para uma praça de touros, ainda esteve lá retido 15 dias depois é que nós fomos lá chamar a nossa polícia, a nossa tropa para tirá-lo de lá. Foram momentos muito difíceis(...) A minha casa, aquilo eram os moinhos passavam “VUHH” e nós até nos baixávamos. Eu passei duas noites sentada na beira da porta porque se caísse um moinho ali na porta não nos atingia, eu e o meu marido” [Entrevistado nº5]

Sem recursos económicos e sem estabilidade, os “retornados” muniram-se de estratégias para gerir o problema (*coping centrado no problema*) como também assumiram uma posição activa assente numa procura incessante de apoios (*coping vigilante*).

“Depois cheguei aqui e não sabia nada o que é que eu vou fazer? anh? (...) Depois comecei a pensar na minha vida, o que vou fazer (...) como ainda tinha umas terras que o meu pai me deixou, vendi uma terra, comecei aí então a comprar uma máquina para a minha mulher fazer umas malhas e depois ela também fazia umas alheiras de Trás-os-Montes (...) no meio dessa coisa toda, fomos andando (...) Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes.” [Entrevistado nº1]

Passadas trinta décadas verifica-se que, apesar das circunstâncias adversas, estas pessoas conseguiram adaptar-se à sociedade portuguesa. Transportando o conceito *resiliência* de Anaut (2005) para este caso específico, os “retornados” adaptaram-se às situações adversas desenvolvendo capacidades ligadas aos recursos internos e externos que permitem uma construção psíquica adequada e a sua inserção social.

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Após a análise das trajetórias de vida semelhantes entre os entrevistados, podemos estabelecer um guião de entrevista semi-estruturada.

- I- Motivações para a migração
- II- Viagem para África
 - Idade
 - Ano
 - Ida do agregado familiar
- III- Adaptação a África
 - Profissional
 - Social
 - Apoios institucionais e não institucionais
- IV- Vivência em África
 - Actividade profissional
 - Relações sociais
 - Relações familiares
 - Tempo de permanência em África
- V- Descolonização
 - Percepção vivencial
 - Situações de risco
 - Motivações para o regresso
- VI- Viagem de regresso a Portugal
 - Apoios institucionais e não institucionais
 - Meio de transporte
 - Acesso às viagens
 - Regresso do agregado familiar

Bens materiais importados de África

VII- Adaptação a Portugal

Apoios institucionais e não institucionais
Adaptação social
Adaptação profissional
Condição económica e de habitabilidade

VIII- Vivência em Portugal após adaptação

Percurso profissional
Adaptação social
Condição económica e de habitabilidade

CONCLUSÃO:

A Descolonização das colónias portuguesas em África, apesar de trinta anos idos, continua presente na nossa sociedade, tanto pelos milhares de portugueses que regressaram naquela vaga, como pelas consequências políticas, sociais e económicas, fruto deste processo tumultuoso. A viagem para a metrópole não se traduziu num processo simples e fácil. Os aeroportos viram-se apinhados de pessoas que ansiavam um bilhete para Portugal, deixaram para trás impérios de toda uma vida, uma economia em franco crescimento, um desafogo económico e um estilo de vida muito próprio. À chegada a Portugal esperava-os um clima de hostilidade e de afastamento. O Governo delegava responsabilidades e as famílias pouco recursos possuíam para dar auxílio, factos que vieram a dificultar a integração destas pessoas. Revelaram as suas competências técnicas e profissionais adquiridas ao longo da vivência em África e as suas capacidades de empreendimento e de luta sobressaíram numa sociedade envelhecida e carecida de mão-de-obra qualificada. Aos poucos, a sociedade portuguesa, reconhecendo o seu mérito facilitou a sua integração. Os “retornados” revelaram o uso de estratégias cognitivas e comportamentais para lidar com o problema de forma adaptativa. O comprovativo desta utilização é o facto de os entrevistados referirem que passadas trinta décadas consideram-se inteiramente integrados.

As entrevistas realizadas demonstraram a similaridade das trajectórias de vida. Todos eles partilham uma história com trajectos muito semelhantes, que vão de encontro aos três momentos por nós considerados importantes neste processo no início deste estudo: a experiência vivencial em África, o regresso a Portugal e a adaptação ao país de origem.

REFERÊNCIAS:

ANAUT, M. (2005). *A Resiliência: Ultrapassar os traumatismos*, Climepsi Editores, Lisboa.

ANTUNES, M., (1993). *A Descolonização Portuguesa: mitos e realidades*. In: Medina, J. (dir.), *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol.XIV. Lisboa: Ediclube.

DACOSTA, F., (1993). *Os retornados*. In: Medina, J. (dir.), *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol.XIV. Lisboa: Ediclube..

FONSECA, A., (2009). *Angola, terra prometida. A vida que os portugueses deixaram*. Lisboa: Esfera dos Livros.

MATOSO, J. (dir.) (1994). *História de Portugal - Portugal em transe*, vol.8. Lisboa: Editorial Estampa.

OLIVEIRA, N.(2008). *A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda*.

PINTO, C., Faria, S. (1996). *Retornados: Identidade de um povo (in)conformado*. Coimbra.

PIRES, A. (s/d). *Os retornados do ex-ultramar na valorização da sociedade portuguesa*. Pesquisado em 20 de Setembro de 2009. Disponível em Associação de Espoliados de Moçambique.

RIBEIRO, G., (2002). *A vertigem da Descolonização, da agonia do êxodo à cidadania plena*. Mem Martins: Editora Inquérito.

SOARES, J. (s/d). *O fenómeno da nossa descolonização: retornados, deslocados e espoliados*. Pesquisado a 20 de Setembro de 2009. Disponível em Associação de Espoliados de Moçambique.

VIANA, L. (2005). *Da angústia da chegada ao sucesso da integração*, Diário de Notícias, 14 de Agosto de 2005. Pesquisado em 20 Janeiro de 2010.

VIEGAS, A. (2002). *Abandonar Angola. Um olhar à distância*. Aveiro.

ANEXO B: Consentimento informado

Ex.mo(a) Sr.(a)

Eu, Sandra Cristina da Silva Andrade, estou neste momento a realizar uma investigação no Instituto Superior Ciências da Saúde – Norte, cujo objectivo é compreender as várias estratégias utilizadas na adaptação a Portugal pelos apelidados «retornados». Neste sentido, venho por este meio solicitar a vossa colaboração, através da realização de uma entrevista.

A participação é voluntária, podendo perfeitamente recusá-la. Para além disso, os dados obtidos serão exclusivamente utilizados na investigação em questão, garantindo-se a confidencialidade e anonimato dos intervenientes.

Agradecendo desde já a vossa atenção e compreensão, espero que possam contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre este grande marco da nossa história.

Atentamente,

Sandra Andrade

Consentimento Informado

Eu, _____, fui informado dos objectivos desta investigação e concordo em participar na mesma.

_____/_____/_____

ANEXO C: Transcrição das Entrevistas

1ª Entrevista – A.

Entrevistador: Gostaria que me falasse sobre a sua ida para África, em que situação ocorreu, a sua adaptação e vivência em África e o seu regresso e adaptação a Portugal.

Sr. A.: Vamos falar um bocadinho disto uma vez que cá não tínhamos hipóteses. Naquela altura tínhamos cartas chamadas, tipo uma carta chamada por um familiar, fui então para o comércio no norte de Angola, chamado S. à beira de C. E fui, tive lá alguns tempos até que me estabeleci. Fiz a minha vida comercial sem problema nenhum, com muita amizade com o povo de Angola e acho que para mim é uma maravilha de gente, não tenho a mínima coisa que dizer sobre eles, sobre...o que muita gente diz que eram isto, que eram aquilo, nem eu fui nem eles foram assim comigo, tive uma vida maravilhosa. Aquilo era uma terra de café, funcionava muito com o mestre do café, mais tarde aquela vida já era pequena para mim, fui então para Luanda. Em Luanda fiz três armazéns de café, comecei a fazer café já era conhecido lá no norte pelo café, comecei a fazer cafés para armazenar e para comercializar pelos armazéns. A partir daí já tinha mais uns conhecimentos fundei o melhor colégio de Angola que era o SC, que está lá, está a funcionar, só que já não é nosso não é, perdemos. Montei o maior cristalante de Angola que cá não há igual, trabalhavam lá à volta de duzentas pessoas, como tínhamos diversas firmas, como tal trabalhavam mais de quinhentas pessoas nas nossas firmas. Eram firmas médias, não é, e as autoridades lá intensificavam muito o desenvolvimento, acarinhavam, ajudavam as pessoas a crescer, ao contrário do que é aqui, aqui tratam-nos muito mal, aos retornados e aos que não são retornados, as pequenas empresas aqui não valem nada, praticamente, é só as multinacionais que contam com o mérito no país. Entretanto, pronto fomo-nos desenvolvendo lá enquanto podíamos, tendo em vista outras coisas, por exemplo ter uma suinicultura tipo industrial quase, uma suinicultura muito grande, tínhamos sempre entre os três e os quatro mil porcos, nem sei, tínhamos sempre aquilo a funcionar, nunca tivemos problemas com testes nem com nada, 'tava tudo muito bem feito, muito bem organizado, com técnicos e daí deu-se a guerra e a gente depois viemos para cá. Depois para vir para cá foi um problema porque não éramos apoiados, não nos deixavam trazer

dinheiro, algum dinheiro que trazíamos escondido tivemos que o comprar a oficiais que nem chegamos a ver a cara, trocar milhares de contos por tostões aqui.

E: Em que ano vieram para cá?

A: Viemos em 75. Depois aqui tivemos que começar, começar, pronto, era a coisa mais prática para nós, fui, como também tinha comércio, fui para o comércio, tentei montar um restaurante. Fui muito bem apoiado pelo senhorio, ajudou-nos bastante, também cá há muita gente boa não é tudo mal, além de termos sido mal recebidos. Chegava-se ao ponto de as mães assustarem os filhos para se portarem bem, se não se portassem bem chamavam o retornado.

E: Quando chegou cá recebeu algum tipo de apoio do estado?

A: Nós quando chegamos cá, havia aquela coisa que vinha de fora dos americanos, umas certas comidas e não sei que mais, que muita gente aí aproveitou. Mas depois como ainda tinha umas terras que o meu pai me deixou, vendi uma terra, comecei aí então a comprar uma máquina para a minha mulher fazer umas malhas e depois ela também fazia umas alheiras de Trás-os-Montes, nós somos transmontanos, e não sei que mais, no meio dessa coisa toda, fomos andando. Aluguei uma casa aqui, dei apoio a mais cinco pessoas, uns da família, outros que eram empregados de Angola e comecei assim. Fomos ao IARN, conseguimos lá um empréstimo e montei o primeiro restaurante e a partir daí comecei a montar mais restaurantes, portanto já tinha umas seis ou sete sócias e ia deixando as lojas a elas, e foi assim que se foi desenvolvendo as coisas, até também tentei educar os filhos, um formou-se o outro não chegou ao fim mas também está mais ou menos bem e eu também agora estou bem.

E: Voltando um bocadinho atrás, quando foi para África foi sozinho ou já era casado?

A: Quando fui para África fui com carta chamada do meu cunhado, de uma pessoa de família, pronto, fui para lá para o comércio de café e fui comerciante no norte de Angola.

E: Não sabe mais ou menos a idade que tinha?

A: A idade que tinha eu? Tinha vinte anos.

E: Casou-se lá depois?

A: Casei com uma mulher da minha terra também, da minha aldeia, casei lá em Angola.

E: Os seus filhos nasceram todos lá?

A: Nasceram, um nasceu no norte de Angola, a terra do café e o outro já nasceu em Luanda. Já estava mais estabelecido.

Entretanto ficaram milhares e milhares de toneladas de café num armazém, tinha muitos clientes que colocavam o café lá no armazém e inclusivamente nós. Isso ficou tudo perdido quando voltamos. Depois fugimos para o Brasil, foi a única hipótese naquela altura, não havia aviões para cá, fizemos ainda diversas manifestações, fomos a Nova Lisboa fizemos manifestações a forçar o Costa Gomes, que era naquela altura o Presidente para deixarem os Americanos irem buscar os Portugueses que ‘tavam a matá-los lá no aeroporto, não tinham os transportes para fugir, de maneiras que lá depois se convenceu a dar essa autorização e então salvou-se muita gente, senão tinha morrido muita gente de Portugal.

E: Mas conseguiu trazer muita coisa para cá?

A: Não nos deixavam trazer nada, não é, nada. Depois um funcionário meu que me mandou para cá dois carros, porque lá no colégio tínhamos uma série carrinhas de transporte, não é, e aí então enviaram-me dois carros já mais tarde, porque não nos deixavam trazer nada. Não tivemos apoio nenhum, nenhum, nenhum e pró fim nenhum mesmo, ninguém se importava. Estávamos ali encurralados ou ficávamos, não sei se era uma questão política por causa do comunismo ou ficávamos ou morríamos ou não tínhamos hipótese nenhuma de nos safar. Lá conseguimos, por um lado morreu muita gente, uns por um lado outros por outro mas lá nos conseguimos safar. Entretanto, entretanto, fomos esperando a ver se poderíamos ainda ir conseguir alguma coisa, mas

como a guerra lá entre eles, entre os negros acelerou, tivemos que deixar de pensar no que lá tínhamos, não tínhamos hipótese.

E: Quando chegou cá a Portugal teve algum apoio da família?

A: cá? O apoio da família foi do meu pai que já não existia que me deixou uma terrazinha para eu vender, algumas terras, ainda lá tenho. Uma terra para vender foi o nosso apoio, não é? Não houve mais apoio nenhum, nem eu nem a minha família, a maior parte dos meus irmãos, nos somos sete e estávamos lá todos, só um é que não estava. Então viemos todos na mesma. Entretanto, como os meus pais já tinham falecido, a minha mãe faleceu quando eu tinha nove anos ou dez e de resto não havia cá mais família.

E: E então quando chegaram a Portugal onde é que ficaram nos primeiros tempos?

A: Eu aluguei um andar em Viana do Castelo, um andar até bastante grande e foi pra mim e para outra pessoa que trabalhava lá em Angola, e a partir daí comecei a desenvolver-me. A minha mulher começou a trabalhar, eu comecei a trabalhar e pronto, fomos trabalhando sempre e fomos andando até que parei.

E: Em relação a África, chegou lá e adaptou-se bem?

A: Em África adaptei-me bem

E: Também tinha lá pessoas à espera?

A: Tinha, tinha, eu fui por uma, antigamente havia a carta de chamada e, pois tinha, tinha o meu cunhado e uma irmã, que já lá estava, não tive problemas nenhuns.

E: E gostava de viver lá em África?

A: sim, sim, eu só não fui para África quando as coisas começaram a melhorar porque a minha idade já não condizia muito para ir para lá, eu nesta altura estou com 76 anos, não é. E os filhos estavam aqui a estudar também, habituei-me a permanecer cá. Não tinha hipótese nenhuma de ir para lá naquela idade, também aqui tinha os meus negócios e 'tavam a rolar bem, não e. Perdi tudo, perdi, mas está a ser tudo utilizado, pelo povo de lá, não tenho problema nenhum.

E: Quanto tempo esteve em África?

A: Estive em África, ora 20 45, 24 anos. Aqui já estou a mais tempo agora. Só tenho boas recordações de África, só deixei o dinheiro lá, de maneiras que, já não estou em idade de ir para África, porque agora já não tem sentido nenhum.

E: Nunca mais regressou a África?

A: Nunca mais lá fui. Não, nunca mais lá fui porque é um país conhecido e para ir lá, ir lá relembrar, não sei quê, não tinha problema nenhum em lá ir. Mas aproveitei para conhecer outros lugares.

(...)

(...) porque era quando vendessem o café, se o café estivesse a um preço muito baixo eles não o iam vender, o cliente não o vendia, vamos esperar pelo melhor preço, e então só pagavam quando vinha o melhor preço. Muitos vezes tinha dezoito meses para pagarem a conta e um par de sapatos ou a mercadoria que levava tanto custava pagar a dinheiro ou pôr na conta, não havia juros e vivia-se muito bem assim. Às vezes, então um par de sapatos custa cem angolanos mas eu quero pagar, pronto, vou assentar e se for para pagar em dinheiro? Fica cem angolanos. Era a mesma coisa. Porque também nós íamos buscar, primeiro dávamos as facilidades ao cliente, depois íamos buscar algum na compra do café. Se a gente o comprasse a dez e vendesse a nove, mas a ideia é sempre a de ganhar alguma coisa, não é, uma pessoa que faz um negócio ou ganhou ou perdeu, pode ganhar ou perder. Quantas vezes gente que passava a viver assim, quando via o café a começar a cair e a gente com os armazéns cheios, custava um bocado segurar a máquina, né? Eram muitas toneladas que eles compravam, muitas toneladas de café, nós tínhamos tudo moderno, era tudo automático, tapete rolante que cargam e descargam, nós estávamos muito organizados, pronto. Na suinicultura nós tínhamos aquilo tudo que você podia comer no meio dos porcos, era tudo lavado duas vezes por dia mas tudo automático tudo direitinho. Você entrava para aquela zona, pra já não levávamos ninguém, mas o carro ao passar levava com um charco de água grande e ficava tudo. E o pessoal, nessa suinicultura, tinha umas dezassete, dezoito, vinte pessoas, mas tinha a cantina toda ao preço do armazém, não havia lucros, que era pra eles não dizerem ah ali eles vendem mais barato, ali eles ficavam sem hipótese, eles não podiam era sair dali, nem nenhum me podia dizer a mim que ia ao lado comprar mais barato do que ali,

não é, porque ninguém fazia isso. O pessoal, o grupo era no trabalho, o que levava era o preço de custo e pronto. O que eu queria era que dessem lucro no trabalho, não vou ganhar dinheiro nas duas coisas, e cá era a mesma coisa, era a mesma coisa. Quando tinha as casas vinha um cliente e dizia arranje-me aí um bacalhau ou isto ou aquilo, é diferente.

E: Disse-me a bocadinho que quando saiu de África foi para o Brasil?

A: Não, sim, fugi para o Brasil e do Brasil vim para cá e já tinha a família cá.

E: Foi para o Brasil foi num...

A: Fui de avião

E: Mas foi naqueles aviões que foram contratados também...

A: Não, antigamente ainda havia aviação com a Varig com Angola e eu aproveitei. Aproveitei e vi-me aflito, mas estive lá, tinha família e já lá voltei. É que é assim, eu tinha já passagens para sete lugares, eu tinha de fugir. Porquê, o que é que aconteceu? Nós, aquela politica contra quem tem alguma coisa, 'tá a perceber, começou a ficar queimada e eu então comecei a ter medo, nós tínhamos muita gente a trabalhar com a gente e quem nos quer mal nem quer saber se a gente tem um coração bom ou mau, mas é para matar porque é colonialista, não é. E então tive medo, já o meu sócio que já 'tava cá, disse-lhe não venhas, que isto está perigoso aqui, comecei a pensar não venhas que isto está muito mal vamos perder tudo, salvamos a vida, que aqui 'tá tudo contra nós agora, foi a sorte do meu sócio, porque estava tudo contra o colonialismo que éramos nós, os colonialistas. E então, a gente apercebeu-se que já ninguém podia andar na rua só o MPLA é que podia, e uma benesse foram patrulhados todas as sedes, eu ainda fiquei numa guerra dessas, ia para casa porque saía do restaurante, eu não fazia nada no restaurante, mas ia fazer as caixas (...) não tinha tempo para mais, e então a nossa tropa começou, a nossa tropa começou a atacar as outras, quer dizer, fizeram um acordo ao (palavra imperceptível) tipo explicavam as regras do governo e não sei quê e depois a própria gente do acordo, nossos governantes daqui foram atacar os outros movimentos, as sedes dos outros partidos, engraçado. Eu quando vi isso, não há nada a fazer, não temos ninguém, porque esta guerra que se deu uns contra os outros foi tudo culpa de cá, foi tudo daqui, porque eles depois queriam valorizar o MPLA, o MPLA diziam que era comunista e

então, e eram pra eles eram pra nós não sei, e até há aí uma coisa qualquer no jornal de hoje é um tema engraçado, e então, e então pronto, todo o apoio, apoiavam o MPLA mas as nossas forças que eram a nosso favor correram, mandaram-nas pra cá e então foram outras para (palavra imperceptível) e então aí é que a gente viu, não há hipótese. A gente começou a aperceber-se que realmente estávamos muito mal, que não havia hipótese nenhuma, eu ouvi também muitas coisas, que o Mário Soares nos atirava para o mar e não sei que mais. Eu era para ficar no Brasil não vinha para aqui, mas no Brasil também, eu não conhecia o Brasil, fiz mal, porque senão não tinha vindo para cá. Porque no Brasil só há ladrão, mas o Brasil é muito grande, só há ladrão, só depois é que me apercebi, só há ladrão é Rio de Janeiro, São Paulo, Portalegre, eram três ou quatro estados, mas aquilo tem vinte estados. Depois quando fui lá passear para o Rio grande, aquilo é uma maravilha, há comércio que não fecha durante a noite, aquela parte de política de interesse e não sei quê, ah aquilo não tem problema, você vai para os hotéis, aquilo é um paraíso, não é. E aquelas pessoas é uma maravilha com a gente, sei lá. E então eu não sabia, ninguém me disse, julguei que era tudo, a gente fala aqui que no Brasil e tal, não. Agora aqui em Portugal 'tá em todo porque é só um bocadinho, o ladrão 'tá em todo o lado, mas lá não, há-o lá e aqui 'tá assim, não há hipótese. Depois vim para aqui e tive que me agarrar. Mas é engraçado que quando cheguei aqui, tinha tantos negócios e eu não sabia nada de nenhum deles, eu era só um empresário, não sabia nada. Então o quê que eu fiz acontecer, suinicultura, anh e o café, café era o que havia mais porque nós tínhamos uma bolsa do café e eu como tinha uma clientela que fornecia aqui ao exportador e ia ver quem dava mais onde estava, o que é que aconteceu? pronto, o que é que eu sabia disto? Depois cheguei aqui e não sabia nada o que é que eu vou fazer? anh? Os outros estavam encostados a mim, os meus familiares (palavra imperceptível), estive quase a morrer, fui para o hospital, fui perseguido e meteram-se à minha frente, eu na altura tinha um Mercedes lá, eu ia com um senhor e pensei vou esperar ali e mais a frente ao subir encostei e parei o carro. Eu tinha uma matrícula de Angola e os gajos sabiam, então vinha ali, eles passavam e não me deixavam andar. Eu levava uma pistola, pensei que ia matá-los mas depois acabo por me matar eu. Então comecei a encostar o carro, o carro, o carro e os gajos começam a gritar lá dentro do carro, eram

rapazes novos, gritavam, gritavam, gritavam. Encostei mas eles fugiram por aí abaixo, eu encostei o carro. Eu levava um sócio meu que foi lá meu empregado e já não consegui levar o carro, era uma revolta enorme e depois o perigo que eu ia correr ao matar os gajos, ia a minha família, as crianças pequeninas, a mulher também à espera de mim, e eu aí que estou desgraçado. Pronto, consegui ir para casa mas comecei a perder sangue, rebentou-me qualquer coisa, o abençoado médico disse não lhe vou dar sangue sem ver se melhora, no outro dia faço uma análise ao sangue e eu estava a recuperar e eu alto aí! Depois comecei a pensar na minha vida, o que vou fazer, depois pensei em estabelecer-me em Viana, mas não, Viana é muito pequeno para mim, não vou pró Porto, e então lembrei-me vou montar churrasqueiras. A primeira churrasqueira a abrir no Porto fui eu. Mas primeiro antes de montar a churrasqueira, eu tinha de pedir dinheiro pró restaurante, pronto, mas quando pedi o dinheiro, fui fazer os papéis para receber o dinheiro encontro lá funcionários das sanzalas onde eu trabalhava e que sabiam a minha qualidade. E então o empréstimo foi rápido. Eles sabiam as minhas qualidades, não tinham nada a perguntar e então comecei a montar o tal restaurante. Eu não sabia quando o empréstimo vinha e apareceu-me o meu fornecedor de frios de Angola, mas também estava como eu não tinha dinheiro, você veja lá o que pode fazer porque eu não tenho dinheiro e não sei que mais, mas então deixe 'tar eu primeiro vou alugar isto aqui. Entretanto, veio o dinheiro e fui chamar o gajo e faça lá isso que pago-lhe já, e então ajudei também aqui, emprestei-lhe dinheiro também para comprar uma carrinha. Ao mesmo tempo que ele foi para mim também fui para ele. A churrasqueira é uma coisa que se adapta, adapta-se porquê, porque é uma cozinha que está aberta a toda a hora, enquanto que nos restaurantes às três horas ou às duas fecha e a pessoa pra comer não tem nada, vai a uma tasca comer uma sandezinha, ou ia, agora já não é preciso porque já tem a churrasqueira, ou qualquer coisa. E então montei na T. um self-service, gosto muito de self-service, depois fui abrir aqui ao M., uma churrasqueira, essa churrasqueira era pra ser aberta pelo meu agente agrícola de Angola, ele já não a quis e passou-a a mim, eu não tenho dinheiro mas você já me conhece, ah não tem problema, depois comecei assim, abri no M., já não havia contas que fizesse, já tinha muitas casas a funcionar, depois abri uma no

C., C. também, depois abri outra nos L., C. também, já na padaria R., era uma adega centenária, onde vendiam o vinho do Porto, depois abri uma aqui no M., também a C., depois nesta esquina aqui, e nesta esquininha aqui na A., foi na rua H.P. onde eu moro também um self-service, abri outra também em C. e depois acabei, passei e foram passando para os sócios.

2ª Entrevista – H.

B: Ele foi, ele devia ter ido em Setembro ou Outubro que ele foi, e eu fui em Janeiro, ele arranjou lá dinheiro, ele é que foi lá arranjar dinheiro e comprou as passagens para mim. Eu depois fui lá ter com ele, só que quando cheguei lá a minha adaptação foi difícil devido ao clima, eu achava que não tinha ar, que as coisas não eram boas, que tudo o que levava daqui não prestava e ia grávida de sete meses. Entretanto a minha filha nasceu e fui-me já habituando ao clima de lá e adaptei-me bem e depois estive lá, o tempo que estive, foi, entretanto foi o 25 de Abril e as coisas mudaram muito e aí tivemos que andar a fugir de um lado para o outro, de um lado para o outro e foi o pior, até que já não estava lá bem. Depois conheci lá uma vizinha que estava casada com um branco e ela arranjou bilhetes, vim eu e a filha e ele ficou. Ficou, já não me lembro bem mas ele deve ter vindo para ai em Março, eu vim em Novembro ele deve ter vindo para ai em Março. Entretanto cheguei cá e arranjei trabalho onde trabalhava antes, fui para lá trabalhar. E quando ele veio arranjou trabalho como motorista em V. e depois de V. foi para L. foi para outra firma, mas também. Nós adaptamo-nos bem, estive a viver na casa da minha mãe alguns anos.

E: Tiveram algum tipo de apoio?

B: Não, nada, não, não tivemos nada. Eu trazia dinheiro meu de lá de Angola e depois aqui já não me recordo como fui cambiar, sei que cambiaram e foram sete contos e quinhentos e depois o resto que ficou não valeu de nada. Também me lembro de ter lá uma conta aberta em nome da minha filha e ficou tudo lá, nem isso chegamos, o que tínhamos ficou tudo. Ele tinha lá o carro, mas deve de tê-lo dado, moveis também deve ter dado tudo.

E: O seu marido lá em quê que trabalhava?

B: Quando cheguei lá ele estava em Quibash, trabalhava num armazém, num armazém tipo mercearia era uma coisa que fornecia aquilo tudo, era longe de Luanda, tínhamos que ir em colunas militares ao para lá e vínhamos em colunas militares para baixo para Luanda. Ele trabalhava lá, e quando aquilo começou a ficar mais...mal, nós viemos para Luanda e ele foi arranjar trabalho,

não sei se era Petrogal, era qualquer coisa assim. Ele trabalhava na distribuição de gasolina. Estive sempre em casa a olhar pela filha, foi o que fiz lá.

E: Para si qual foi a situação de maior risco?

B: Foi no dia 11 de Novembro, marquei que era o dia de S. Martinho aqui. Aí foi quando eu vi balas a voar em cima da minha cabeça, a fazer uns barulhos muito esquisitos, que eu não sabia o que era e quando me disseram que eram balas, então aí foi o medo e a partir daí então nunca mais saí com ela, tinha medo. Aí foi terrível. Estávamos numa casa, no bairro Kaputa, perto, já me esqueço um bocadinho, sei quer perto da igreja Cristo Rei que foi onde a minha filha foi baptizada, era perto de Luanda do centro mas era mais nos subúrbios. Depois dali fomos para uma zona mais para o centro, mas os tiros foi sempre, nunca mais, ouviu-se sempre. Muitos tiros. Depois arranjei aquelas passagens e ele quis ficar e ficou, mais aquele tempo. Foi complicado.

E: A viagem dele, quando veio para cá...

B: A viagem dele, ele veio de avião, também comprou as passagens, lembro-me de ele dizer que vinha no mesmo avião o Rosa Coutinho, que vinha uma série de pessoas penso que do governo daquela época, também veio de avião, sem nada. Mesmo nada. Trazia uma malita com uma roupa mas não trazia mais nada. Eu ainda trouxe roupa, também não trouxe mais nada, eram só roupas, praticamente era o que levei e trouxe a miúda que fui com ela na barriga e vim com ela já a andar.

E: Um dia gostava de lá voltar?

B: Gostava, gostava de ir lá, talvez se fosse mais nova gostava. Eu conheço pessoas que estavam lá e agora vão foram pra lá e dizem que não voltam, ficam lá. Agora a minha filha se calhar. Mas o tempo melhor que eu tive foi lá, trabalhava-se aquele tempo e depois íamos muito para a praia, para Luanda aquilo era bom, o clima é que gostava. Lá não se precisava de usar casacos, era um calçãozito e uns chinelos e era assim que as pessoas andavam todas.

E: Quando chegou cá não sentiu nenhuma represália das pessoas de cá?

B: não, a mim nunca me falaram aquela coisa de és retornada, eu não senti muito isso. Como estive lá pouco tempo, como paguei a viagem para ir e para vir, aqui não me deram nada, nunca me chamaram pra nada, nunca me deram apoios para nada, acho que não senti assim muito. A mim nunca me disseram nada. Depois quando cheguei fui morar pra minha mãe, nunca me disseram nada.

Eu fui em Janeiro de 73 e penso que voltei no fim do ano de 75, porque a miúda tinha 18 meses e em Março fazia um ano, foi em Novembro de 75.

Eu trabalhava no restaurante onde trabalhava antes, ele depois arranjou para motorista para uma casa de móveis, depois lá foi para L. para outra fábrica de moveis, aí trabalhou como um desgraçado. Depois aí, ainda tinha que lhe dar dinheiro para o gasóleo porque aquilo, foi uma coisa muito grande mas veio tudo abaixo. E depois ele começou isto, na fábrica de sofás, mas também a coisa dele, trabalhou muito mas não aproveitou. Começou com muita coisa e acabou com nada porque agora a fábrica vai abaixo. E por um lado deixa-se de se ver e acaba. Mas tenho mais saudades de lá do que daqui, aqui é muito complicado, foi difícil, claro que foi, mas eu não senti tanto porque fui trabalhar para aquele restaurante. Ganhava-se mais ou menos e depois havia as gorjetas que dava muito dinheiro, o maior restaurante era aquele. Eu ali fui feliz, porquê não sei, trabalhava-se muito mas fui feliz ali. Fui pra ali devia ter uns 13 anos e depois casei, fui para Angola e quando voltei fui para lá, mas ele não queria que eu fosse. Mas se não fosse para lá ia ser bonito, o que é que eu ia comer. Depois estive lá até vir para aqui, até oitenta e tal. (...)

Pra mim quem teve mais apoios foram aqueles que não tinham cá ninguém, percebe, que vieram sem ninguém, não tinham famílias, porque geralmente a família ajuda um bocadinho, porque quem não tinha ninguém, ninguém era complicado. Aí eu penso que sim, foi complicado

E: Mas casou e passado poucos meses foi para Angola.

B: Fui, casei em Julho e fui em Novembro. Por isso é que eles perguntavam quantos meses está grávida e eu desde que casei. Eu não fui em Novembro fui em Janeiro, vim em Novembro e fui em Janeiro, já fui a 24 de Janeiro. Era frio,

aqui era frio, eu ia de casaco comprido de fazenda, camisola de gola alta, as pessoas diziam que aquilo era quente, a gente imagina o quente daqui, mas lá aquele calor sem ar, pra mim era um calor sem ar e depois uma coisa que me fazia confusão é que não conseguia andar lá de chinelos, com a terra vermelha, arrepiava-me tinha de andar de sapatos. Depois a casa não tinha anda, só tinha a cama e a mesa de cabeceira, quando fiquei melhor, quando passou aqueles dias peguei numa mangueira e comecei a lavar as paredes. E depois aí já fiquei melhor, porque as pessoas aqui diziam olha que é isto, e tem bicho e não sei quê. As frentes eram madeiras cruzadas para entrar o ar e aquilo fazia-me confusão, peguei numa mangueira grande liguei a água lavei as paredes todas, a água saía toda pela frente, a casa já ficou mais, já me sentia ali melhor, mas o pior da adaptação foi isso. (...)

Foi negativo a partir do 25 de Abril, mas até aí. (...)

Mesmo a miúda foi complicado porque ela tinha medo de muita coisa, mas era nova e passou.

Eu deixei os moveis todos na minha mãe, os moveis de cozinha, a sala, o quarto, agora quem não tinha nada e ter que arranjar tudo foi complicado. Depois quando pude comecei a fazer a casa, e entretanto nasceu o meu filho, fez agora 33 anos, quando ele nasceu a minha casa estava feita. Estive até aí na minha mãe, fui fazendo a cãs aos bocados, é a casa que está ali. Quando ele começou a fazer a casa dá-me a impressão que tínhamos dezassete contos e quinhentos, e eu disse pra ele tu estás tolo fazer uma casa, sempre tive, como nós vivemos mal quando o meu pai morreu ficamos todos assim muito desamparados, então eu dizia assim à minha mãe oh mãe preciso de um caderno, não tenho dinheiro, oh mãe eu queria uns sapatos, não tenho dinheiro, aquela coisa de não ter dinheiro, nós só comprávamos se tivéssemos dinheiro, fui habituada um bocadinho assim. Agora ele diz-me vamos fazer uma casa só com aquele dinheiro.

3º Entrevista

Nome: I.

Idade: 68 anos

L.: Foi no dia 19 de Março, de 1966, levei três filhos e levei dois irmãos menores.

Entrevistadora: Foi com o seu marido?

L.: Não, fui sozinha o meu marido já estava lá. E cheguei lá no dia 28 de Março. Tudo para mim era parvo. Eu não comia batatas, eu não comia arroz eu não comia nada. Ah foi terrível porque eu não comia nada de lá, só depois é que a fome começou a apertar e eu realmente fui obrigada a comer e está tudo bem. Pretos e pretas era tudo igual, para mim não tinha diferença nenhuma, em principio, entretanto passados três meses engravidei e o meu marido foi para o mato, era policia, tive o meu filho, fui ter com meu marido para o Luso, estive lá uns meses, depois do Luso vim para Cangun e aquilo começou a apertar. E viu-se coisas que não se devia de ver. não sei se posso falar?

E.: Pode, pode

L.: Os carros passavam as barrilheiras da tropa, passavam carregados de brancos e de pretos, uns para cima e outros para baixo, não me importava com isso. Uma coisa que me marcou muito até hoje, havia no meu bairro uma família de sete filhas, a mãe e o pai. Das nossas casas tinham duas entradas, eles entraram por um lado, fizeram o que quiseram à mãe e ao pai, cortaram-lhe os membros e encostaram-nos à parede, às filhas cortaram-nas todas às postinhas só ficou uma, que era para o chefe, o sangue que corria na valeta parecia um rio, marcou-me muito. Mas de resto...nunca me fizeram mal, nem a mim, nem aos meus irmãos, nem aos meus filhos. Levei os meus irmãos menores já os trouxe cada um com um filho, tinha aí uns 34.

E.: Mas quando foi para lá o seu marido já era polícia cá?

L.: Não, ele chegou a Luanda no dia 19 e fez 26 anos no dia 20. Chegou lá na véspera dos anos dele. Entrou para a polícia e depois quando veio, voltou continuou na polícia.

E.: E a senhora quando foi para lá não foi trabalhar?

L.: Não.

E. Ficou a cuidar dos filhos.

L.: E dos irmãos, eles eram pequenos, passou-se lá bons momentos mas também maus. Como eu já disse não deixei lá ninguém , nem morto nem vivo, mas medo porque elas andavam ali por cima do nosso telhado, ali, e cruzava-se que era uma maravilha.

E.: E depois como é que foi o seu regresso para cá?

L.: Olhe..

E.: Quando é que decidiram vir para cá?

L.: O meu regresso foi muito simples, o meu marido estava de piquete e eu de repente, houve lá umas escaramuças com o FNLA e o MPLA, e quando o meu marido veio à noite eu disse-lhe tu amanhã vais ao aeroporto e marcas-me as passagens para mim e para os meninos para eu ir embora, tu não podes ir ficas, melhor te safas tu sozinho do que eu com quatro filhos, quatro, cinco já nessa altura tinha cinco, e diz ele tens razão, ele foi no outro dia ao aeroporto e tinha lá conhecimentos, e eu vim.

E.: Conseguiu arranjar com facilidade a viagem?

L.: ah arranjou.

E.: E depois quando chegou cá a Portugal teve apoio de família?

L.: pouca, tenho uma irmã em Lisboa que essa é que me deu mais apoio, e ela também lá estava, veio depois de mim, mas ficou lá, na casa da sogra e eu e os meus filhos viemos para aqui e depois fomos para lá e depois regressamos outravez para aqui, mas, a não ser a família.

E. E do estado, recebeu algum apoio?

L.: Cinco contos nessa altura, uma fartura.

E.: E o seu marido quando é que voltou?

L.: Olhe ele veio em Abril, dia 9 de Abril de 75 e depois teve que lá ir outravez um mes certinho, ele foi no dia 20, no dia 27 de Julho e veio no dia 27 de Agosto, um mes certinho, e depois não foi mais (pi), teve que lá ir dar esse tempo, pronto. E o meu marido tinha vindo do (pi), e A minha irmã de manha veio a mercearia buscar pão e chegou-me a casa muito aflita óh maninha 'ta ali um turro preso no posto, ta preso com a corrente da Lassie, que era da cadela, e a senhora lá do pão perguntou-lhe ò menina estrela foi o seu cunhado que

capturou o turra esta noite? e ela disse não, ele está no Luso e foi logo um rádio para o Luso para ele vir porque eu estava sozinha com as crianças e ele veio ah eu entretanto ela chegou a casa e disse oh Linda sabes a senhora da mercearia disse-me isto assim e assim e então eu disse-lhe então pega num garrafão de água e vamos ao posto buscar água, eu fui e passei por ele, e ele estava amarrado já com o pescoço cortado aqui, estava amarrado e eu fiz-lhe assim com o pé, então???.entretanto chegou o meu marido, arranjei as coisas e vim para Luanda, não quis estar lá mais porque era muito perigoso, e eles vinham sempre e a povoação entre o posto da policia, a igreja , uma capela pequenina e a escola eram vinte casas, estava a ver que éramos poucos, então eles vinham desaguar ali todos, fui para Luanda e já nunca mais fui para o mato.

E. Antes de começar os conflitos todos como era a sua vida lá?

I. Era, normal, era normal, eu tinha, no meu bairro tinha dois, o MPLA e o FNLA, e eles quando se lembraram de andar à bofetada uns aos outros pelo ar eles andavam por cima da minha placa ouvia-se os tiros e eu fiquei, era terrível. Agora quando estava sossegado as crianças podiam estar á vontade nas varandas , nao tinha problemas, ma havia lá um preto pegado a mim que era o k me pintava, andava sempre à volta que era pa pintar as grades da casa, e um dia disse-me assim senhora vem aí o preto pra matar o branco a senhora tira os meninos e era, é terrível.

E. Quantos anos esteve em África?

I. Eu fui em 66 e vim em 74. mas entretanto vim cá ter um filho, estive cá oito meses, se eu ficava nessa altura e que era fina, não fiquei.

4ª Entrevista

Nome: H.

Idade: 64 anos

H.: A minha história real resume-se ao facto seguinte, em 66 saio para Moçambique mais propriamente para a Beira. Em termos de trabalho que era uma condição que cá eu entendia, embora, pronto, na metrópole não ter realmente, não ter uma vida digna, avancei para lá nessa data.

Coloquei-me, trabalhei e lá fiz serviço militar. Portanto, simultaneamente jogava à bola, portanto com mais essa parte, com mais essa parte de, que usufruía no conjunto, portanto entre o trabalho que tinha, que desenvolvia, numa empresa ligada portanto à hidroeléctrica, mais a, o suplemento do futebol, digamos que a vida era bem melhor do que a que usufruía quando estava aqui no continente.

Entretanto dá-se o casamento, deu-se o casamento, passado cerca de um ano ou dois com mais a parte de cooperação que a mulher me deu, resume-se a uma vida aí bastante boa. Foram uns anos que se passaram, entretanto as coisas foram mudando.

Notava-se realmente uma certa ficção, e o bom senso, o meu bom senso, levou-me a pensar que o melhor era regressar. E é uma história simples porque os anos não foram assim tantos lá passados, pouco mais de meia dúzia.

E.: E em que ano é que veio para cá?

H.: 1974, 75.

E.: E a sua mulher, conheceu-a lá?

H.: não, cá, cá. Só que ela foi posteriormente à minha chegada lá. Vivi como disse na Beira, conheci uma grande parte de Moçambique, mas a minha, o meu ponto, o meu habitat era exactamente na Beira. Porque é que entretanto conheci outros pontos de Moçambique? Dada a possibilidade do futebol, as deslocações que fazia e relacionei-me bastante bem, já agora, o que me pareceu, como foi a minha vida lá? portanto foi bastante boa enquanto eu não me apercebi realmente do que podia eventualmente e se concretizou até à independência. De resto enquanto lá estive dei por bem empregado o tempo, o relacionamento era francamente bom, e não notei diferenças, não notei

diferenças de maior daquilo que se dá pelo nome de “apartheid” não notava, efectivamente ia ao café, do café ao cinema à esplanada, na rua, nos transportes. E é a história da minha vida.

E.: E quando chegou cá recebeu algum tipo de apoio da família?

H.: Sim, tive apoio, tive bastante apoio. Digamos a integração novamente, a reintegração na cidade metropolitana foi o que se pode dizer foi boa no possível.

E.: E recebeu algum tipo de apoio do estado?

H.: Sim, ainda recebi, o apoio que recebi a chamada Instituição de apoio ao retornado, ainda recebi. De resto foi trabalhar cá, continuar a vida e pronto.

5ª Entrevista

Nome: M.

Idade: 61 anos

M.: A minha da para lá, eu fui para lá solteira, o meu pai estava lá, não é, e eu fui para lá com o meu pai e com a minha mãe e com a minha irmã, pronto.

Nessa altura estávamos muito bem, o meu pai vivia muito bem. Eu depois lá conheci o meu marido, depois casei-me lá, tive lá um filho que me morreu aos quatro meses, depois voltei a engravidar depois vim cá passar umas férias por motivo de doença e voltei a engravidar, tenho a minha filha mais velha que já faz 38 anos.

Eu lá era funcionária do banco X e o meu pai era dos correios e tínhamos uma vida muitíssimo boa, só que infelizmente depois, quer se dizer, deu-se a independência não é, e precisamente quando se deu a independência eu estava a trabalhar no banco e tivemos que fechar imediatamente o banco e regressarmos todos para casa e a partir daí nunca mais tivemos sossego. Tive que deixar a minha casa, a minha mãe veio embora com a minha filha e com o meu irmão pequenino que tem a mesma idade que a minha filha, na altura era pequenino, agora já é grande. E pronto, vieram para cá, e eu como era funcionária do banco não podia deixar assim de momento, pedi umas férias sem vencimento e vim para Portugal. Portanto o meu marido ficou lá, depois voltei e o meu pai foi connosco, tivemos lá para ver se conseguíamos trazer alguma coisa, mas não conseguimos trazer nada. Eu por acaso ainda consegui trazer o meu carro. Tive uma noite inteira no cais para conseguir trazer o meu carro e alguma coisa, um caixote, mas pronto.

Regressamos cá e aqui, ao chegar aqui, quer dizer fomos bem recebidos por uns e mal recebidos por outros, havia aquela coisa se vocês não viessem nós 'tavamos melhor e pronto. Mas felizmente superamos tudo e renovamos aqui a nossa vida.

Entretanto o meu marido emigrou para a Venezuela e eu fui também.

E.: Quando chegaram cá a Portugal receberam algum tipo de apoio do estado?

M.: sim, houve algum tipo de apoio, houve o IARN, mas por acaso o meu marido e nós nunca, porque era muita gente, nunca precisamos disso, porque o meu marido entretanto emigrou, não é, pra Venezuela, emigrou e depois também eu fui e comprei aqui o meu apartamento mas foi com o meu dinheiro, não foi com nada porque de Angola não trouxe nada, inclusivamente eu trabalhava no Y em Angola e eu tinha lá bastante dinheiro, felizmente vivíamos todos muito bem e pedi uma transferência na altura de setecentos contos, que naquele tempo era muito dinheiro, e o banco só me deixou trazer sete contos, deixei lá ficar o dinheiro todo, não o pude trazer. Nem dinheiro, nem valores, nada. Vim de avião, aliás, o meu marido veio de avião e eu vim de barco que era para poder trazer alguma coisa, porque de avião só podia trazer os 20 Kg, não é, o excesso de bagagem era tudo pago, e pronto.

E.: Em que ano é que veio para cá?

M.: Ora eu vim em 74, 75 foi na altura da independência.

E.: Então quando chegou cá já tinha apoio de alguma família?

M.: Sim, a minha mãe já cá estava, fui para a casa dos meus sogros em G., não tinha casa, sabe como é, a nossa vida era lá, estive em G., na minha casa e depois, entretanto eu fui para a Venezuela quando vim da Venezuela é que assaltamos uma casa, alugamos uma casa aqui no Bairro T., na altura podia-se fazer isso, havia os retornados, e a minha mãe, a minha mãe enterrou-se ontem por acaso, mas morava ali. Entretanto fez-se este prédio e o meu pai disse-me que havia um prédio e construção a ver se queríamos comprar, compramos e aqui ficamos.

Deixei ficar um filho em Angola e depois tive uma aqui, a do meio, e depois fui para a Venezuela e tive outro. Tenho três filhos, um de cada nação.

E.: E para si em Angola qual foi a situação de maior risco?

M.: Nós morávamos, retirados um bocadinho da cidade não é, e tivemos de deixar a casa imediatamente, estive oito dias sem ir a minha casa. Viemos com uns amigos que também viviam em Luanda, no centro de Luanda, e tivemos aí oito dias até o meu marido tratar da bagagem, das passagens e tudo e fomos a

casa debaixo de tropa, foi debaixo de tropa que nós fomos a casa. Tive imensa pena, um vizinho nosso, olhe que eu saltei de minha casa, eram três horas da tarde, eu estava em casa, eu e o meu marido, já tinha mandado a minha filha pra cá e ouvimos uns berros dos pretos e eles disseram óh D^a F. estão a assaltar as casas, que era assim, eles se vissem armamento em casa eles encontravam a pessoa e matavam-na e o meu pai era caçador, o meu pai era do clube dos caçadores, tinha muitos, tinha muita manutenção em casa, e quer dizer quando ouvimos isso eu e o meu marido saltamos o muro para as traseiras e fomos esconder numas traseiras é que se não estivesse lá ninguém não nos faziam mal. Mas felizmente não, passaram a nossa casa, e foram roubar um vizinho nosso que também tinha uma pistola em casa e eles levaram-no pela rua abaixo, sabe como quem leva Cristo no meio daqueles todos, pronto era ele a gritar, levaram-no para uma praça de touros, ainda esteve lá retido 15 dias depois é que nós fomos lá chamar a nossa polícia, a nossa tropa para tirá-lo de lá. Foram momentos muito difíceis. Eu andava a apanhar em minha casa, no quintal daqui pra ali, e tinha uma federação do MPLA dum lado e o (palavra imperceptível) do outro. A minha casa, aquilo eram os morteiros passavam “VUHH” e nós até nos baixávamos. Eu passei duas noites sentada na beira da porta porque se caísse um morteiro ali na porta não nos atingia, eu e o meu marido. Muitas pessoas daqui não souberam avaliar o que era ter a nossa casa, o nosso emprego, a nossa vida por lá e de um dia para outro termos que abandonar tudo. (...)

Felizmente tive sorte, quando vim da Venezuela, o meu marido ainda lá ficou e arranjei emprego aqui num hotel onde estive dezasseis anos, mas tive pouca sorte porque o meu marido faleceu também, e fiquei viúva com três miúdas, mas graças a deus, olhe tenho superado bem.

O meu pai tinha uma posição social muito boa em Luanda, o meu pai era funcionário dos correios, eu trabalhava no banco, o meu marido tinha uma fábrica de móveis, e vivíamos muitíssimo bem. De modo que sentimos muito a diferença de chegar lá e vir para aqui dependendo dos outros praticamente, não é. Até estabilizara nossa vida estivemos dependentes dos outros, não trouxemos absolutamente nada, nada.

E.: E quantos anos esteve em Angola?

M.: Ai, eu estive lá, fui pra lá com 17 anos, estive lá pra ai 15 anos.

Mas passamos um bocadinho lá, a vida como em Luanda acho que ninguém fazia, porque Luanda é uma cidade espectacular, é lindíssimo.

6ª Entrevista

Nome: Sr. B.

B.: Eu estive lá, vim para cá e não me considero retornado. Considero-me um refugiado. Porque a palavra retornado pressupõe que a pessoa vem para um sitio e retorna, eu não retornei eu tive que me refugiar. Porque, normalmente as pessoas foram apelidadas de retornadas e não é bem assim, uns são retornados porque quiseram vir e outros são refugiados porque tiveram que vir. Há essas duas diferenças.

Eu estava bem lá e estou bem aqui. Lá estava bem, estava óptimo, aqui tenho de estar como estou, tenho que aceitar aquilo que as pessoas se predispuseram a dar. Posso lhe dizer que (palavras imperceptíveis) porque nós fomos obrigados a vir, não é, e uma coisa é estarem aqui cem pessoas e depois estarem aqui mil, já não é igual. Portanto, acho isso, não é.

Tenho uma ideia muito negativa contra quem fez isto tudo da descolonização. A descolonização não é nada daquilo que se pensa, não foi nada disso, eu sinto na minha pele o que é ser deslocado, não é, aquilo que nós vemos normalmente nos outros países em Israel, como existiu na Bósnia que, todos eles, isso é q é o refugiado, aquele que tem de fugir do seu sitio, abandonar as suas coisas, sabe o que é ter a sua casa, ter os seus haveres e ter de deixar tudo, não é, o que é ter um filho nos braços com vintes dias e não ter leite para o amamentar, não ter nada para lhe dar de comer, portanto, isso é aquelas coisas que a gente sente.

Os nossos governantes não souberam ou não querem dizer ao povo o que é que se passou, isso é mentira, eles são uns farsantes 'ta a perceber, é isso o que eu lhe posso dizer, não é. Independentemente de cada ideia de cada um pensa transmitir, não é, porque os políticos tentam transmitir uma ideia, mas é a deles, e não é a realidade, a realidade não é assim, a realidade é muito mais nua, muito mais crua, mais cruel, muito mais.

E.: E quanto tempo é que esteve lá em Angola?

B.: 26 anos.

E.: E em que ano voltou?

B.: Em 75

(...)

Aqui, a minha reintegração aqui, foi muito complicada. Não penso que vim roubar os postos de trabalho a ninguém, como muitas vezes se diz. Tínhamos um espaço ou arranamos um espaço que estava abandonado, fizemos dele um espaço de trabalho, trabalhamos, eu era fotografo e também fiz fotojornalismo, fazia para jornais, pra diários, na altura. Aqui já em Portugal, fiz trabalhos de fotografia e videoreportagem, fiz fotopublicidade. Antigamente não havia como há agora os vídeos e os não-sei-quantos, isso agora já é outro campo. Na altura trabalhava-se de outra maneira, trabalhava-se muito com o slide e ainda fiz muita propaganda que circulou ai nos, em vários carros (palavras imperceptíveis). Acho que não viemos ocupar os espaço de ninguém, vim ocupar um espaço que estava vago, e mais aquele sitio, porque ali na avenida da Boavista, antigamente eram umas oficinas e tinha lá um estúdio que fomos nós que o abrimos, portanto nós fizemos isso, foi uma luta. A luta foi difícil, mas nesta luta toda o que mais me custava a ouvir, sabe o que era, pessoas que não sabiam o que diziam, e então o insulto era fácil, 'tá a entender.

(...)

Saber que, por exemplo, com um filho com vinte e cinco dias, houve muita dificuldade. Eu era vizinho do Hospital Santo António e no entanto chamei uma ambulância para levar o meu filho para o Hospital, ninguém me dizia que o Hospital era já ali, tá-me a entender estas coisas assim. E uma pessoa fica muito magoado com uma coisa assim, mas eu acho que isto tudo foi fruto dos políticos, da má política, do esconder , acho que foi isso que eles sempre fizeram, esconderam sempre a realidade, a verdade das coisas. E continuam a fazer o mesmo.

E.: E quando chegou cá a Portugal recebeu algum tipo de apoio do estado?

B.: Recebi apoios através do IARN, que era o organismo de apoio , que estava na altura a apoiar. Recebi aquilo que eles me deram, mas aquilo que eu pedi não me deram. Porque depois ai começava a funcionar o padrinho, os amigos, percebe, pessoas que não tinham nada a haver com aquilo e que iam lá e

aproveitavam-se da situação, porque é assim, nós estávamos aqui assim e houve muita gente que nunca sequer pôs os pés em África e se intitulou de retornados, isso eles não dizem, nunca ninguém disse isso pois não, mas isso aconteceu. Milhares de pessoas, pessoas que nunca lá estiveram e que foram pra lá ao dito IARN a dizer que estiveram e conseguiram uma guia qualquer que era fácil de conseguir na altura e então iam para as filas, se calhar buscar aquilo que faltava aos que precisavam mesmo. Mas em todos os lados isso acontece. Mas por ai não me queixo, deram-me o essencial para ir vivendo. A minha mulher era funcionária, era professora primária. Tive muitos problemas para conseguir integrar, porque eles estavam ligados ao (p.I).

(...)

Quanto aos retornados, houve essa parte, que era quase como um insulto surdo sabe, foi o que mais me custou, de resto. A gente trabalhando não é, a gente vai trabalhando, mas olhe que 75 já lá foi há muito tempo mas ainda tem marcas, percebe. E muitas pessoas que num pequeno zigzague ainda apontam o dedo.

(...)

7ª Entrevista

Nome: MF

Idade: 78 anos

F.: o meu marido foi primeiro para África trabalhar, por causa da vida lá ser melhor, mas foi para uma firma de tintas, as tintas Rexolin, e depois esteve lá um mês mas não se estava a adaptar e u fui logo, passado um mês eu fui mais os meus filhos, os meus três filhos.

Depois estivemos lá só cinco anos, não é, durante cinco anos, depois nasceu uma filha que era natural de Luanda, natural de lá. Tivemos uma vida muito feliz, muito boa, um país que, Nova Lisboa aquilo maravilhoso era como aqui. Depois ao fim de cinco anos em 1974, tivemos que regressar. Foi quando foi a independência. Tínhamos passagens marcadas pelo Uambo, pela TAG, tínhamos as passagens marcados, mas depois viemos pelos voos fretados depois, viemos pela TAP em auxilio de doentes, que não eram bem doentes mas que foi assim que se arranjou e viemos para Portugal.

Estivemos em casa dos meus pais, em casa da minha mãe, porque o meu pai já tinha falecido. Estivemos lá um mês, quando eu soube que estavam aqui as casas do bairro T. aqui para assalto e eu vim para o assalto. Assaltei a casa aqui e o meu marido não queria mas eu com os meus filhos assaltamos a casa e aqui ficamos e aqui estamos. Tivemos uma adaptação má, mau ao principio porque já se sabe, não havia massa, mas eu como trabalhava em costura, tivemos aqui algum tempo sem pagar aluguer, e como trabalhava em costura arranjei uma casa de confecções onde trabalhei para lá este tempo todo, desde que vim de Angola até aos 70 anos. Pus-me a trabalhar na costura, depois eles legalizaram as casas e eu fiquei aqui, na minha casa com os meus filhos.

E.: E recebeu algum tipo de apoio do estado?

F.: tive o IARN, mas tive muita pouca coisa. Eu pedi uma máquina de costura e não me deram. Enquanto que havia pessoas que tinham fortuna, inclusivamente fui buscar comida algumas vezes, algumas vezes ao IARN mas

muitas poucas vezes porque por exemplo eu trouxe dinheiro de Angola não é, o como é que se chama, não era Quanzas, não, era, agora é quanzas, mas na altura não era, e trouxe algum dinheiro e com esse dinheiro fui à discovisão porque aceitavam dinheiro angolano e fui lá e comprei algumas coisas aonde tive, para as pessoas que trabalhavam em confecções elas tinham mobília para vender para quem tinha casa nova e eu comprei a mobília de quarto e a mobília de sala. Automaticamente tinha uma casa mais ou menos estável foram fazer queixa de mim que eu tinha uma casa que parecia um “bataclan”, e daí nem a comida me deram.

Pronto, o meu marido depois foi para uma firma trabalhar, ganhava dezassete contos e quinhentos naquela altura e eu é que trabalhava sempre na costura, trabalhava na costura e trabalhei muitos anos também na costura. Prontos, hoje tenho a minha vida estabelecida, sou reformada, sou viúva, tenho quatro filhos, pronto, já tenho dois netos, e pronto.

E.: E para si qual foi situação de maior risco?

F.: não tive nenhuma. Tive ser bem-estar em África porque quando aquilo começou a ficar feio, não é, nós começamos a andar a arranjar para vir embora, não é. E eu estava numa parte, morava à beira (p.i.) onde metia o FNLA, o MPLA e a UNITA, havia cruzamentos ‘tá a ver, mas morávamos num sitio que nós tínhamos de estar assim aninhados, a empregada e tudo, que era uma pretita que eu tinha, e foi essa a situação, que de contrário. Eu andava lá e não tinha problema nenhum. Deixei uma casa mobilada com tudo o que era bom, deixei tudo, e não trouxe nada. Trouxe os filhos. Com viagens pagas mas depois vim com outras viagens da companhia da Condiama e os meus filhos mandei-os assim à frente e depois eu fiquei lá mais o meu marido, e depois nós é que viemos em ajuda de um barco que havia lá que era o pica-pau que eles tinham muitos conhecimentos, nós viemos como auxilio de eles tarem doentes. Pronto e foi assim. De contrário, felizmente não tive situações de maior risco. E aqui a situação que era, é que o meu marido depois teve que arranjar um emprego, não foi ganhar muito mas pronto, também estivemos na casa um bocado de tempo de graça, estávamos aqui e não pagávamos.

E.: Os seus filhos que idade é que tinham quando vieram de lá?

F.: tenho uma menina de lá, tem agora 37 anos, a minha Paula, e os meus filhos foram daqui para lá já eram nascidos, o mais velhinho tinha dois anos, o outro foi para a quarta classe para lá e o outro foi para o primeiro ano, depois estava a tirar um curso superior em Sá da Bandeira, mas depois já não conseguiu tirar, foi o mais velho tem 50 anos. Esse estava em Sá da Bandeira a estudar mas depois já não conseguiu. O outro, o meu Ângelo, também veio para aqui para a primária, e a menina que é que veio de lá com dois anos e meio, mais novinha, que é natural mesmo de Angola, de Luanda.

E.: A Sra. Quando foi para lá trabalhava?

F.: sim trabalhava em costura. Eu trabalhava aqui em costura e depois fui para lá e continuei a trabalhar na costura. Trabalhava para pessoas da alta sociedade mas também trabalhava para empregadas, para pretas mesmo, que era de um instituto da maternidade do hospital e depois pagavam-me assim ao fim do mês mas os valores (p.l.), trabalhei para muita preta lá, muito boas raparigas.

E.: E a sua adaptação lá em África.

F.: muito bem, quem me dera lá estar. Então aquilo era, por exemplo nós passávamos de manhã pela estufa, eles estavam a plantar aquilo hoje passado uma semana aquilo era um delírio. Às cinco horas já ia para o mercado, aquilo era uma coisa fantástica. Era muito bom Nova Lisboa, Luanda não conheço. Conheço só metade de Lobito, estive lá pouco tempo, Lobito conheço um bocadito, só conheço a margem de Luanda, quem vai para os correios, quem sai do vapor, do navio e vai por ali a baixo, mais nada. Mas de contrário, dei-me bem lá.

E.: Gostava um dia de voltar?

F.: Gostava e a minha filha gostava de conhecer aquilo de onde nasceu. Ela gostava muito de lá ir, mas é que não temos lá ninguém está tudo para cá. Ah gostava, gostava de ir para lá viver, mesmo agora, aquilo é muito bom. Nova Lisboa, mesmo o clima em Nova Lisboa, é bom, é muito bonito, mais bonito

que Luanda, dizem que Luanda é mais quente. Nova Lisboa não, é como aqui,
tão depressa chove como tão depressa 'tá sol.